

**Democracia Econômica**  
**Alternativas de gestão social**

**Ladislau Dowbor**

**Versão atualizada em 31 de julho de 2012**

## Democracia Econômica

### Alternativas de gestão social

Introdução .....	5
1 – Uma visão mais ampla .....	12
2 - Buscando resultados .....	15
3 - Medindo resultados.....	17
4 - Financeirização da ciência econômica .....	20
5 - Da especulação ao investimento socialmente útil .....	25
6 - Poder econômico e poder político .....	31
7 - A teoria do consumo.....	35
8 - O assédio comercial.....	39
9 - A infra-estrutura econômica e as economias externas.....	48
10 - O Desenvolvimento local .....	51
11 - A economia do conhecimento .....	57
12 - A economia das áreas sociais .....	65
13 - A economia do tempo.....	69
14 - A teoria econômica da sustentabilidade .....	74
15 – A política macroeconômica .....	81
16 - A teoria da economia mundial.....	89
17 – O paradigma da colaboração.....	97
18 – A economia das organizações da sociedade civil .....	103
19 – A ética na economia.....	108
20 – Democracia econômica.....	115
Conclusões .....	122
Bibliografia .....	127

**Nota técnica:** Este ensaio apoia-se essencialmente em literatura internacional. Em numerosas citações não foi possível localizar a tradução em português, e muitos trabalhos simplesmente não têm edições em português. De forma geral, as citações de obras estrangeiras foram traduzidas por mim, e em vários casos foi acrescentado em nota de rodapé o texto original. (L.D.)

## **Saldo Negativo**

Dói muito mais arrancar um cabelo de um europeu  
que amputar uma perna, a frio, de um africano.  
Passa mais fome um francês com três refeições por dia  
que um sudanês com um rato por semana.

É muito mais doente um alemão com gripe  
que um indiano com lepra.  
Sofre muito mais uma americana com caspa  
que uma iraquiana sem leite para os filhos.

É mais perverso cancelar o cartão de crédito de um belga  
que roubar o pão da boca de um tailandês.  
É muito mais grave jogar um papel ao chão na Suíça  
que queimar uma floresta inteira no Brasil.

É muito mais intolerável o xador de uma muçulmana  
que o drama de mil desempregados em Espanha.  
É mais obscena a falta de papel higiênico num lar sueco  
que a de água potável em dez aldeias do Sudão.

É mais inconcebível a escassez de gasolina na Holanda  
que a de insulina nas Honduras.  
É mais revoltante um português sem celular  
que um moçambicano sem livros para estudar.

É mais triste uma laranjeira seca num kibutz hebreu  
que a demolição de um lar na Palestina.

Traumatiza mais a falta de uma Barbie de uma menina inglesa  
que a visão do assassinio dos pais de um menino ugandês

e isto não são versos; isto são débitos  
numa conta sem provisão do Ocidente.

**Fernando Correia Pina, poeta português**



## Introdução

Não há mais como negar, hoje, a amplitude dos desafios que enfrentamos. Um dos resultados indiretos das tecnologias da informação e da comunicação, aliadas à expansão das pesquisas em todos os níveis, é que emerge com clareza o tamanho dos impasses.

É importante se dar conta de que não se trata de falta de recursos. O mundo produz hoje 63 trilhões de dólares de bens e serviços, o PIB mundial. Dividido pela população do planeta, isto representa 5.500 reais por mês por família de quatro pessoas. Há recursos para todos viverem com conforto e dignidade. A tragédia planetária da fome, que atinge mais de um bilhão de pessoas, e condena à morte lenta cerca de 10 a 11 milhões de crianças por ano, é em si mesma absurda: só de grãos, produzimos 800 gramas por pessoa por dia, sem falar dos tubérculos, legumes, frutas, peixe etc. O que o caos financeiro planetário hoje mostra, é a desastrosa gestão dos nossos fartos recursos. O fato de não se encontrarem os recursos para prover às crianças que morrem de inanição, enquanto trilhões de dólares em recursos públicos foram encontrados em meses para salvar especuladores, dá a dimensão do problema. O nosso problema central não está na insuficiência de recursos, e sim nas formas absurdas da sua canalização. É um problema da governança. A questão da governança econômica está no centro dos nossos dilemas como sociedade.

Não se trata de discursos acadêmicos ou de empolamentos políticos. São dados, nus e crus, e já bastante confiáveis, sobre processos que nos atingem a todos. Gradualmente, aquela atitude de lermos no jornal as desgraças do mundo, e de suspirar sobre coisas tristes mas distantes, vai sendo substituída pela compreensão de que trata de nós mesmos, dos nossos filhos, e que a responsabilidade é de cada um de nós. Uma amostra dos relatórios internacionais mais recentes deixa as coisas claras.

### *Mudança climática*

O aquecimento global está na ordem do dia. Não há dúvidas que a mídia frequentemente se apropria das notícias científicas para um alarmismo mais centrado na venda da notícia e da publicidade do que propriamente para informar o cidadão. Mas indo diretamente à fonte, vemos no IV Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas que “o aquecimento do sistema climático é inequívoco, como se tornou agora evidente a partir de observações do aumento das temperaturas médias globais do ar e dos oceanos, derretimento generalizado da neve e do gelo, e a elevação global do nível médio do mar”.<sup>1</sup>

Não é o caso aqui de entrar em detalhes técnicos. O aquecimento global, particularmente graças à ampla divulgação do filme *Uma verdade inconveniente* de Al Gore, tornou-se

---

<sup>1</sup> IPCC – Summary for Policymakers – Climate Change 2007: The physical Science Basis, p. 5 – [www.ipcc.ch/spm2feb07.pdf](http://www.ipcc.ch/spm2feb07.pdf)

presente pela primeira vez para a massa da população razoavelmente informada. Os dados científicos saem aos poucos dos laboratórios, penetram entre os formadores de opinião, e chegam finalmente ao nível de quem toma decisões nos governos e nas grandes empresas. Neste nível, gera-se gradualmente uma tensão entre os que tomaram consciência dos desafios, e os que se satisfazem com o chamado *business as usual*, expressão que entre nós pode ser traduzida com o popular *empurrar com a barriga*. Os dramas que se desenrolam em câmara lenta são os mais perigosos.

### *A conta ambiental*

A lentidão na mudança de comportamentos no nível das estruturas de poder tem seus custos. Nicholas Stern, que foi economista-chefe do Banco Mundial, e portanto é pouco propenso a extremismos ecológicos, foi encarregado pelo governo Blair de fazer as contas. As contas do Relatório Stern referem-se aos dados climáticos mais confiáveis, que ele utiliza para avaliar o impacto propriamente econômico: o que acontecerá, em termos de custos, ao se verificarem as projeções climáticas já razoavelmente seguras, calculando-se os impactos mais prováveis, sem desconhecer o grau inevitável de incerteza. Trata-se da primeira avaliação abrangente da “conta climática”.

O Relatório teve um grande impacto mundial, pois veio justamente preencher esta grande necessidade, por parte de pessoas de bom-senso e não especializadas, de entender os pontos centrais da questão. A análise dos dados, segundo Stern, “leva a uma conclusão simples: os benefícios de uma ação forte e precoce ultrapassam consideravelmente os custos. As nossas ações nas próximas décadas poderiam criar riscos de ampla desarticulação da atividade econômica e social, mais tarde neste século e no próximo, numa escala semelhante à que está associada com as grandes guerras e a depressão econômica da primeira metade do século 20. E será difícil ou impossível reverter estas mudanças”.

Os mecanismos de mercado são simplesmente insuficientes, pois em termos de mercado, sai mais barato gastar o petróleo que já está pronto no subsolo, queimar a cana no campo, encher as nossas cidades de carros. E os dois principais prejudicados do processo, a natureza e as próximas gerações, são interlocutores silenciosos. Uma visão sistêmica e de longo prazo se impõe, e isto implica mecanismos de decisão e de gestão que vão além do interesse microeconômico imediato. Neste ponto, Stern é direto nas suas afirmações: “A mudança climática apresenta um desafio único à ciência econômica: trata-se da maior e mais abrangente falência do mercado já vista”.<sup>2</sup> É uma declaração forte, que marca a evolução geral das opiniões sobre os nossos processos decisórios por parte de especialistas que pertencem ao próprio sistema, e não mais apenas de críticos externos.

---

<sup>2</sup> No original ingles, “*Climate change presents a unique challenge for economics: it is the greatest and widest-ranging market failure ever seen*” – Nicholas Stern – *The Economics of Climate Change* – Out. 2006, [http://www.hm-treasury.gov.uk/media/8AC/F7/Executive\\_Summary.pdf](http://www.hm-treasury.gov.uk/media/8AC/F7/Executive_Summary.pdf).

### *A desordem social*

Houve até recentemente uma série de avaliações sobre a dinâmica social do capitalismo, sugerindo que a desigualdade é realmente dramática, mas que estaria melhorando. Há um pouco menos de gente vivendo com menos de um dólar por dia, graças em particular aos avanços econômicos na China. Mas a situação voltou a piorar no conjunto do planeta, conforme mostra o balanço que a ONU realizou, dez anos após o “*Social Summit*” de Copenhague, sobre a situação social no planeta. A parte dos 10% mais ricos no produto do planeta continua subindo, chegando a quase 55%. O “gap” de renda entre os países mais ricos e os mais pobres aumentou nas décadas recentes.

Como os ricos compram propriedades, enquanto os pobres compram bens de sobrevivência, o patrimônio familiar indica polarização ainda mais forte. A riqueza familiar acumulada é estimada em 125 trilhões de dólares para o ano 2000, equivalendo a 144 mil dólares por pessoa nos EUA, 181 mil no Japão, 1.100 dólares na Índia, 1.400 na Indonésia, o que dá uma dimensão deste outro tipo de polarização.

Curiosamente, quando se fala em distribuição de renda, em imposto sobre a fortuna, em imposto sobre herança, a mídia fala em populismo e demagogia. Não ver os dramas que se avolumam com as dinâmicas atuais é ser perigosamente cego. Veremos estes dados com detalhe mais abaixo.

Podemos, é claro, continuar a achar que sempre houve pobreza. O FMI apresenta em artigo sobre a saúde no mundo um dado prosaico: os mortos da AIDS já são 25 milhões. Unicef apresenta dados sobre os milhões de crianças que morrem todo ano por não ter acesso a água limpa, parte dos 10 a 11 milhões que morrem de causas absurdas como a fome. *Business as usual?*

### *A exclusão produtiva*

O IFC (International Finance Corporation) do Banco Mundial analisa a concentração da renda e da riqueza pelo prisma do potencial empresarial, e avalia a imensa massa dos “mal inseridos” no desenvolvimento econômico do planeta, buscando a forma de gerar oportunidades. Trata-se dos 4 bilhões de pessoas cuja renda per capita está abaixo de 3 mil dólares por ano, e que constituem um mercado de 5 trilhões de dólares. Não se fala mais em tragédia social, fala-se em oportunidades econômicas.<sup>3</sup>

“Os 4 bilhões de pessoas na base da pirâmide econômica (*Base Of the Pyramid – BOP*), todos aqueles cuja renda é inferior a 3 mil dólares em poder de compra local, vivem em relativa pobreza. A sua renda em dólares correntes dos EUA é inferior a \$3,35 por dia no Brasil, \$2,11 na China, \$1,89 no Ghana, e \$1,56 na Índia. No entanto, juntos eles têm uma capacidade de compra significativa: a base da pirâmide constitui um mercado consumidor de \$5 trilhões”.

---

<sup>3</sup> IFC (International Finance Corporation) – *The next 4 billion: market size and business strategy at the base of the pyramid* – Banco Mundial, Executive Summary, 2007, 11 p. - [http://www.wri.org/business/pubs\\_description.cfm?pid=4142](http://www.wri.org/business/pubs_description.cfm?pid=4142)

O enfoque já gerou um entusiasmo passageiro com os estudos de De Soto sobre a capitalização dos pobres dando-lhes títulos de propriedade, e navega hoje nas visões de Prahalad sobre a possibilidade de se transformar os pobres se não em empresários, pelo menos em consumidores.

Para nós que buscamos a inclusão produtiva desta imensa massa da população mundial, no entanto, os dados apresentados, com a força de penetração das visões do Banco, não deixam de ser interessantes, ao explicitarem a constatação de que a imensa maioria da população mundial está ficando fora do chamado progresso. Na realidade, o mundo corporativo está gerando muito mais do que pobreza, está reduzindo a capacidade desta população de se apropriar do seu desenvolvimento. Trata-se da exclusão econômica de quase dois terços da população mundial. Segundo o relatório, *“the BOP population segments for the most part are not integrated into the global market economy and do not benefit from it”* (os segmentos de “base da pirâmide” da população na sua maior parte não estão integrados na economia de mercado global e dela não tiram proveito”). Aparentemente, a ironia do fato de se qualificar 4 bilhões de pessoas de “segmentos da população”, quando se trata de quase dois terços da população mundial, escapou aos autores do relatório.

Mas o documento é importante, pois mostra indiretamente o grau de tensões que o sistema está gerando no planeta, e a necessidade de processos alternativos. A idéia de que “um outro mundo é possível” não se apoia apenas numa visão mais humana e em ideais sociais: trata-se cada vez mais de uma condição necessária da nossa viabilidade econômica.

### *O esgotamento dos recursos*

O modelo de consumo do planeta é o dos ricos. Por que razão não teriam todos os chineses e todos os indianos direito a ter também cada um o seu carro? A pressão coletiva que resulta é desastrosa, simplesmente porque os ricos se dotaram de um perfil de consumo cuja generalização é inviável. Esta política se traduz numa pressão sobre recursos não renováveis que o planeta não pode suportar. Os dados sobre o esgotamento da vida nos mares, a erosão dos solos, a redução das reservas de água doce nos lençóis freáticos, a destruição acelerada da bio-diversidade, o desmatamento e outros processos estão hoje sendo acompanhados em detalhe, numa demonstração impressionante do que podemos chamar de capacidade técnica e impotência política, pois todos vemos as coisas acontecer, e ficamos passivos, pois não há correspondência entre os mecanismos políticos e a realidade que temos que enfrentar, entre a dimensão dos desafios e os mecanismos de gestão, impotência eloquentemente demonstrada nas negociações da Conferência Rio+20.

As dinâmicas atuais sobrevivem temporariamente apoiando-se numa matriz energética que sabemos ser insustentável. A nossa pequena espaço-nave terra veio com tanques de combustível, o petróleo, que se acumularam durante milhões de anos, e que teremos liquidado em menos de duzentos. Enquanto discutimos sobre se e quando acaba o petróleo fácil, achamos normal mobilizarmos um carro de duas toneladas para levar o nosso corpo de 70 quilos. O *homo economicus* do século XXI joga nas nossas cidades

modernas cerca de um quilo de produtos no lixo por dia, e ainda paga por sua remoção. Não nos damos conta do desperdício. Todos sabemos que vivemos um sistema insustentável a prazo, conhecemos a dimensão dos impasses, e apenas esperamos que apareçam tecnologias milagrosas que abram novos caminhos na última hora. E que alternativa resta ao cidadão? Se não tiver carro, nas dinâmicas ditas modernas, como sobrevive? E alguém vai eleger um político que assume que vai aumentar o preço dos combustíveis? Esta lógica vale também para as reservas de água doce, a vida nos mares e assim por diante.<sup>4</sup>

### *Dinâmicas convergentes*

Um último enfoque que vale a pena citar nesta nossa apreciação fria e realista das dificuldades em que nos metemos, é a análise de como os dramas ambientais e sociais se articulam. O estudo de Thomas Homer-Dixon, cientista político canadense, organiza os diversos relatórios e informes setoriais, e apresenta uma visão de conjunto muito bem documentada. A idéia forte que o autor demonstra com clareza, é que as grandes ameaças estruturais convergem e se tornam sinérgicas.<sup>5</sup>

A prosperidade artificial e o consumo predatório que a concentração de renda e de riqueza familiar permite no polo rico do planeta gera uma pressão mundial por consumo e estilo de vida semelhantes. Homer-Dixon cruza os dados das polarizações econômicas com a evolução da pressão demográfica. Temos hoje 7 bilhões de pessoas no mundo, aumentando num ritmo de algo como 80 milhões a cada ano, e com um perfil de consumo crescentemente surrealista, nas duas pontas, na escassez e nos excessos, na desnutrição e na obesidade. Cerca de 2/3 do crescimento populacional se dão na área da miséria. Não estamos mais na era das populações pobres e isoladas. O planeta é um só, encolhendo dia-a-dia, e os pobres sabem que são pobres. Não há desenvolvimento equilibrado possível se os processos econômicos, que hoje dominam amplamente a política, são controlados por uns poucos, se a imensa maioria não participa dos resultados, e se ainda por cima os mecanismos econômicos travam as possibilidades das pessoas terem acesso ao que a OIT tem chamado simplesmente de “trabalho decente”.

Pessimismo? Não, apenas bom senso e informação organizada. Os desafios principais do planeta não consistem em inventar um chip mais veloz ou uma arma mais eficiente: consistem em nos dotarmos de formas de organização social que permitam ao cidadão ter impacto sobre o que realmente importa, em gerar processos de decisão mais racionais. Com a globalização, o processo se agravou. As decisões estratégicas sobre para onde caminhamos como sociedade passaram a pertencer a instâncias distantes. As reuniões dos

---

<sup>4</sup> Ver em particular o relatório especial *World Stripped Bare: the shocking state of the earth's mineral resources*, New Scientist, 26 May 2007 – [www.newscientist.com](http://www.newscientist.com) ; para uma visão conjunta da degradação, os chamados *megatrends* planetários, ver [www.newscientist.com/opinion](http://www.newscientist.com/opinion) , tabela-resumo do New Scientist de 18 de outubro de 2008, disponível também em [http://dowbor.org/09fsm7portuguespositionpaperldfinal\(2\).doc](http://dowbor.org/09fsm7portuguespositionpaperldfinal(2).doc) na p. 3

<sup>5</sup> Thomas Homer-Dixon – *The Upside of Down* – Island Press, Washington, 2006, 426 p.; para uma visão de conjunto propositiva, ver o excelente *Plano B 4.0* de Lester Brown, de 2010, disponível online ne íntegra em [http://www.worldwatch.org.br/plano\\_b.pdf](http://www.worldwatch.org.br/plano_b.pdf)

que mandam, em Davos, lembram vagamente as reuniões de príncipes brilhantes e inconscientes na Viena do século XIX. A ONU carrega uma herança surrealista, onde qualquer ilhota do pacífico com status de nação tem um voto, tal como a Índia que tem um sexto da população mundial. As grandes empresas transnacionais tomam decisões financeiras, fazem opções tecnológicas ou provocam dinâmicas de consumo que afetam a humanidade, sem que ninguém tenha como influenciá-las. A mão invisível do mercado está cada vez mais invisível. Democracia econômica ainda é uma noção distante. Somos cidadãos, mas a realidade nos escapa.

Pensar de maneira inovadora sobre os processos decisórios que regem o planeta e o nosso cotidiano não é mais uma questão de estar à esquerda e protestando, ou à direita e satisfeito: é uma questão de bom senso e de elementar inteligência humana. E para os mais informados, uma questão de urgência. Com todas as suas fragilidades, a declaração final *O Futuro que Queremos* da Rio+20 é eloquente: “Erradicar a pobreza é o maior desafio que o mundo hoje enfrenta, e uma exigência indispensável para um desenvolvimento sustentável. Nesta visão nos comprometemos de liberar a humanidade da pobreza e da fome como uma questão de urgência. Em consequência reconhecemos a necessidade de aprofundar o desenvolvimento sustentável em todos os níveis, integrando os aspectos econômico, social e ambiental”. São 192 países que reconhecem os desafios, os objetivos e a urgência. Teremos governança para isto?

Já estive na moda sentir-se desiludido. Mas temos um desafio pela frente: fazer este planeta funcionar. Já experimentamos grandes simplificações, seja na linha da estatização geral, seja na linha do poder corporativo. A realidade é que qualquer poder sem contrapesos se descontrola. E no mundo complexo que vivemos, não há soluções simples.

Não se trata de gemer sobre os dramas, trata-se de construir soluções, de identificar as esperanças. Escolhemos neste ensaio o caminho de sistematizar aportes dos que contribuem. E não custa adiantar a nossa visão sobre as oportunidades que se abrem: não surgem nem dos magos corporativos cujos livros lemos nos aeroportos, nem de super-líderes políticos ansiosos por nos redimir, e sim da apropriação democrática dos processos e dos resultados econômicos. Não basta a democracia limitada a um voto na urna a cada par de anos. A própria economia precisa ser democratizada. Nesta espaçonave, somos todos tripulantes.

**Atualização: julho de 2012**

## Democracia Econômica

*“A evolução das estruturas de poder no capitalismo avançado escapa aos esquemas teóricos que herdamos do passado” - C. Furtado – Em busca de novo modelo – Paz e Terra, 2002, p. 9*

*“If economists could manage to get themselves thought of as humble, competent people, on a level with dentists, that would be splendid!” – Economic Possibilities for our Grandchildren, 1930<sup>6</sup>*

A realidade econômica e social está mudando profundamente. Com isso, é natural que mude um instrumento importante da sua interpretação, a ciência econômica. Eram diferentes as regras do jogo nas sociedades agrárias, onde a referência principal era o controle da terra, ou na sociedade industrial, onde o eixo de discussão era a propriedade dos meios de produção. E quando o conhecimento, os serviços sociais e outros “intangíveis” se tornam centrais na economia, podemos manter os mesmos referenciais de análise?

Lendo recentemente um livro pequeno e extremamente rico de Celso Furtado, *Em Busca de Novo Modelo*, me dei conta a que ponto os referenciais mudaram, a que ponto precisamos de outros conceitos, de um olhar renovado. Veio-me então a idéia de fazer um tipo de revisão de literatura econômica internacional recente, buscando responder a uma pergunta básica: haveria uma nova visão em construção? Estaria surgindo uma nova ciência econômica mais afinada com as problemáticas atuais, mais próxima das necessidades da sociedade em geral?

Não se trata, evidentemente, de navegar pelo imenso espectro da literatura econômica em geral. Os malabarismos teóricos e econométricos que tentam justificar a fortuna dos ricos, desculpar a pobreza dos pobres, ou trivializar a tragédia ambiental que ronda o planeta simplesmente não interessam. Inclusive porque o seu esforço é essencialmente cosmético, tentando dourar uma pílula cujo gosto amargo é cada vez mais evidente. O que nos interessa aqui, são as propostas que buscam alternativas realistas e decentes ao escândalo econômico que aí está.

Dialogando com algumas idéias centrais de Celso Furtado, e revendo uma série de estudos que têm surgido na literatura econômica internacional, achei interessante trabalhar com a hipótese de que algo novo está se desenhando no horizonte das teorias, uma visão que já não seria uma versão remendada de teorias de poder interpretativo declinante, e que responde de maneira mais realista a desafios históricos que são novos.

---

<sup>6</sup> “Se os economistas pudessem conseguir ser vistos como pessoas humildes e competentes, no nível dos dentistas, isto seria esplêndido”

Esta visão, no seu conjunto, pode ser resumida no conceito de democracia econômica. A democracia política, a idéia de que o poder sobre a sociedade deve ser exercido de acordo com um pacto social e de forma democrática, foi um avanço impressionante, quando consideramos a relativa proximidade histórica de reis que exerciam poder por “direito divino”, dos impérios coloniais que datam ainda de poucas décadas, ou das diversas formas de ditadura que subsistem.

A democracia econômica nos parece ainda um conceito pouco familiar. Bertrand Russell, no entanto, descrevia nos anos 1940 um paradoxo: consideramos ultrapassado uma família real querer mandar em um país, ou doar uma região a um sobrinho, com habitantes e tudo, mas achamos normal uma família – os bilionários do planeta por exemplo – dispor do poder econômico e político de que dispõe, e comprar ou vender empresas com trabalhadores e tudo, como se fossem feudos pessoais. Hoje, com 435 famílias no mundo manejando ao seu bel-prazer recursos superiores à renda da metade mais pobre da população mundial, e levando o planeta por caminhos cada vez mais irresponsáveis, torna-se legítimo ampliar a intuição de Russell, e trazer para a discussão da ciência econômica um tema central: a economia precisa ser democratizada.<sup>7</sup>

### **1 – Uma visão mais ampla**

Um dos legados mais importantes de Celso Furtado é o seu esforço por fazer a teoria econômica “colar” com a realidade. Tanto o evidencia a citação que abre o presente ensaio, como a sua avaliação direta do que aprende o estudante de economia: “Haverá lido de forma sistemática muito material sobre desenvolvimento econômico, conquanto nem sempre tenha encontrado conexão clara entre essas leituras e a realidade”.<sup>8</sup> Esse “nem sempre” é pura bondade do economista: todos sentimos a brecha crescente entre o que estudamos, ou ensinamos, e as dinâmicas sociais. A teoria já não ilumina adequadamente o caminho, quanto a isto há poucas dúvidas. No entanto, estão surgindo coisas novas, e respondendo ao desafio de Celso Furtado, optamos por sistematizar alguns aportes recentes, olhando de certa maneira o que está surgindo no horizonte das teorias econômicas em diversos países, e concentrando-nos em autores que de certa forma tendem a fechar a brecha.

Tânia Bacelar apresenta Celso Furtado como um “keynesiano de *gauche*”, Ricardo Bielschowsky avalia o seu método como sendo “histórico-estrutural”.<sup>9</sup> Ambas qualificações são sem dúvida corretas, mas não esgotam a visão deste homem que aliava preocupações sociais, postura ética e uma abertura teórica que o levaram a utilizar conceitos das mais variadas correntes e áreas científicas. O importante para ele era entender o mundo, e propor alternativas. Talvez um dos traços mais importantes de Celso Furtado, em termos da herança teórica que nos deixa, é esta recusa de forçar a realidade

<sup>7</sup> “Aceitamos o princípio da hereditariedade no que se refere ao poder econômico, enquanto o rejeitamos no que concerne ao poder político. As dinastias políticas desapareceram, mas as dinastias econômicas sobrevivem.” – Bertrand Russell – *The History of Western Philosophy*, p. 622

<sup>8</sup> Celso Furtado – *Em busca de novo modelo – Reflexões sobre a crise contemporânea* – Paz e Terra, Rio de Janeiro 2002, p. 69

<sup>9</sup> Tânia Bacelar de Araújo – Celso Furtado: economista e cientista social – *Teoria e Debate*, fevereiro/março 2005, p. 38 e ss.

para dentro de teorias preconcebidas. O foco está na realidade, com toda a sua riqueza e complexidade, vista sobre o pano de fundo dos valores básicos de justiça social, viabilidade econômica e, sobretudo nas obras mais recentes, sustentabilidade ambiental e riqueza cultural. A teoria, neste sentido, volta a ser um instrumento a serviço do progresso humano, deixando para trás um arquipélago de refúgios teóricos acadêmicos e de congelamentos ideológicos. Trata-se de um processo permanente de reconstrução teórica para acompanhar a evolução da realidade.

Uma forma de enfrentar o “desgarramento” teórico mencionado é tentar sistematizar e avaliar a evolução das diferentes correntes teóricas tradicionais. É o que faz, por exemplo, um número especial da publicação francesa *Alternatives Economiques*,<sup>10</sup> que mostra a evolução dos keynesianos para o neo-keynesianismo, dos liberais para o neo-liberalismo, da corrente da economia institucional para o neo-institucionalismo e assim por diante. A partícula “neo” constitui frequentemente o que de mais novo apresentam as digressões teóricas. É cômoda, pois permite fazer uma pequena ponte entre a teoria herdada e uma realidade que teima em seguir um caminho que a teoria não previu. Mas nos dá igualmente um certo sentimento de estar usando remendos, onde talvez sejam necessárias visões novas. O fato é que de “neo” em “pós” fomos construindo algo que se assemelha cada vez mais a uma colcha de retalhos, e os eixos tradicionais podem inclusive aprisionar o novo, pelo peso histórico que carregam.

Outra visão consiste em tentar nos voltar de cabeça fresca para os dados básicos da própria realidade econômica, social e ambiental, revalorizar o enfoque empírico, e tentar expor da maneira mais clara possível as diversas transformações que se manifestam, eixos de mudança como por exemplo a dominância das dinâmicas financeiras, deixando para mais tarde as teorizações mais amplas e eventuais etiquetas.

Não há dúvida que nos sentimos todos um pouco órfãos. Não órfãos de valores, pois a busca do que Paulo Freire chamava singelamente de “uma sociedade menos malvada” continua a nos mover a todos, ou pelo menos aos que não esqueceram. Mas órfãos de uma geração de pensadores que se foi, levando Celso Furtado, mas também o próprio Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Milton Santos e outros gigantes que constituíram os nossos referenciais. Na ausência dos grandes mestres, e frente aos desafios cada vez mais dramáticos que despontam, somos obrigados a prosseguir na permanente reconstrução da nossa capacidade de entender o mundo, e de viabilizar alternativas.

No século XX as coisas pareciam mais simples. Fossemos de direita ou de esquerda, havia um “caminho” relativamente reto, avenidas teóricas que bastava trilhar. Na esquerda, o caminho seria a estatização dos meios de produção, o planejamento central e uma classe redentora, o proletariado. Na direita, outro caminho reto, com privatização, mecanismos de mercado e outra classe redentora, a burguesia. Definiam-se assim, simetricamente, o marco institucional da propriedade, o mecanismo dominante de

---

<sup>10</sup> Alternatives Economiques, *La science économique aujourd'hui*, no número especial de 2003, 3º trimestre, apresenta uma visão geral das correntes atuais de pensamento econômico – [www.alternatives-economiques.fr](http://www.alternatives-economiques.fr)

regulação e a base social do poder. Frente à sociedade complexa que enfrentamos, estes modelos murcharam. O *estatismo* de esquerda saiu simplesmente do horizonte, ainda que o movimento pendular para a direita tenha fragilizado o Estado de maneira preocupante, gerando tendências caóticas crescentes. E a visão *privatista* da direita, resumida no equivalente capitalista do Pequeno Livro Vermelho, o Consenso de Washington, se manteve até a crise de 2008 não por credibilidade teórica, mas por servir interesses dominantes.

O fato é que, com o aquecimento global, a erosão dos solos, a destruição da biodiversidade, a liquidação da vida nos mares, a polarização generalizada entre ricos e pobres, e a progressiva perda da capacidade de governo – e portanto da própria capacidade de pôr ordem nas coisas – estamos rapidamente nos orientando para impasses estruturais dramáticos, no sentido literal e não no sentido teatral da palavra. Só os desinformados, os mentalmente confusos e os privilegiados pelo processo deixam de perceber o que está em jogo.

A visão que aqui sustentamos, é que numerosas análises pontuais de processos concretos de mudança estão contribuindo para o desenho de uma nova configuração teórica; não se trata de uma macro-teoria como foi a de Marx para a segunda metade do século XIX, mas de um conjunto de estudos que partem do real, e que contribuem gradualmente para construir uma outra visão de mundo, ainda pouco definida, e cujas linhas mestras apenas começam a aparecer. Trata-se sem dúvida de teorias que surgem no segmento da esquerda tradicional que soube repensar as suas antigas simplificações. Mas trata-se também de um número crescente de teóricos do “sistema”, que estão deixando o barco que os carregou para o sucesso, ao se darem conta dos absurdos gerados no planeta. Não se trata de mais um “neo”, mas de contribuições que, ainda que dispersas e pontuais, pertencem à construção de uma arquitetura científica diferente.<sup>11</sup>

A crise financeira de 2008 provocou indiscutivelmente um salto, ou um despertar nas renovações teóricas. Frente ao descalabro gerado pelo sistema financeiro internacional, e a desorganização geral das economias que se apresentavam como exemplo para o mundo, os consensos tradicionais envelheceram. A busca de caminhos novos já não é aventureirismo teórico, é pura necessidade. Nas palavras de Ignacy Sachs, “somos condenados a inventar”, pois estamos “sentados sobre as ruínas de dois paradigmas falidos”.<sup>12</sup>

Cada um de nós tem o seu universo diferenciado de leituras. Ainda que sabendo que é rigorosamente impossível acompanhar toda a produção científica publicada mesmo em áreas científicas relativamente limitadas, tentamos aqui identificar novos pontos de referência. Somos, de certa forma, condenados aqui a uma metodologia de esboços, ou de

---

<sup>11</sup> Os núcleos de renovação da teoria econômica se multiplicam rapidamente. Exemplos significativos são o *New Economics Foundation* de Londres, o *Real World Economics* cujo nome diz tudo, o próprio *Alternatives Economiques* já mencionado e inúmeros outros. Ver links em <http://dowbor.org/sites-recomendados/>

<sup>12</sup> I. Sachs, *Condenados a Inventar*, capítulo de *Riscos e Oportunidades em tempos de mudanças*, BNB/IPF, Fortaleza e São Paulo, 2010 – Disponível em <http://dowbor.org>

*impressionismo*: como numa pintura de Renoir, de perto vemos inúmeros pontos sem sentido. Quando nos afastamos da pintura, no entanto, surge uma forma. A visão que a sustenta está apenas surgindo.

## **2 - Buscando resultados**

No nível mais geral, há uma reabilitação a se fazer da ciência econômica como instrumento de orientação de políticas. Celso Furtado explicita isto de maneira muito clara: “Impõe-se formular a política de desenvolvimento com base numa explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais”<sup>13</sup>. Em termos metodológicos, este ponto é central. Ultimamente temos olhado para a economia apenas do ponto de vista do ritmo do crescimento, esquecendo-nos de pensar *o que* está crescendo, *para quem*, e com que impactos ambientais. Ou então, proclamando uma falsa objetividade, nos limitamos a elaborar modelos que permitam prever se o dólar vai subir ou baixar, ou se a última bomba no Iraque vai afetar o preço do petróleo. Temos de resgatar aqui um ponto evidente: a economia é um meio, que deve servir para o desenvolvimento equilibrado da humanidade, ajudando-nos, como ciência, a selecionar as soluções mais positivas, a evitar os impasses mais perigosos.

Cabe aqui lembrar a importância que foi o surgimento, em 1990, do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano<sup>14</sup>, das Nações Unidas, que sugere uma fórmula simples mas poderosa: temos de assegurar uma sociedade economicamente viável, socialmente justa, e ambientalmente sustentável. Na medida em que esta articulação de objetivos está se tornando aceita de forma generalizada, com a disponibilização anual de um balanço mundial que cruza os três enfoques, e com todas as limitações dos estudos gerais, temos aí um “norte” de grande importância. Na academia, ainda temos dificuldades, pois algumas áreas científicas estudam o social, outras o econômico, outras ainda o ambiental, quando as iniciativas têm de ser vistas simultaneamente sob os três ângulos. A segmentação está sendo cada vez mais claramente contestada, pois impede a visão sistêmica do processo.

O essencial, no entanto, é ultrapassar uma falsa objetividade da ciência econômica, como se apenas se limitasse a fazer contas, a “constatar”: a economia parece tão complicada porque diversas correntes servem simplesmente a interesses diferentes, e enfrentamos análises contraditórias quando os interesses também o são. A Federação dos Bancos nos diz que o Brasil tem um sistema de intermediação financeira sólido, a julgar pelos lucros. Não diz que esta solidez se nutre da fragilização dos tomadores de empréstimos, e em particular da área produtiva da economia. O leitor frequentemente vê um caos científico onde há simplesmente a defesa de interesses divergentes, cada uma das partes se apresentando como “científica”. Ao cientista econômico que não representa um grupo particular, cabe explicitar os interesses, e buscar o interesse social.

---

<sup>13</sup> C. Furtado, Op. Cit. p. 36

<sup>14</sup> Os relatórios, elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, estão disponíveis em <http://undp.org/hdro>

Uma ótima visão desta volta da ciência econômica a uma visão normativa, centrada na construção de objetivos que nos interessam como humanidade, é o livro de Herman Daly e de John Cobb Jr., *“For the Common Good: redirecting the economy toward community, the environment and a sustainable future”*.<sup>15</sup> Devemos, segundo os autores, reconhecer os limites dos mecanismos herdados: “A mudança envolverá correção e expansão, uma atitude mais empírica e histórica, menos pretensão de ser uma “ciência”, e a vontade de subordinar o mercado a objetivos que ele não está equipado para determinar”. Esta mudança resultaria da perda, por parte do mercado, de sua capacidade básica de alocar recursos escassos entre usos alternativos: “Tres grandes categorias de problemas com o mercado foram identificadas pelos economistas: (1) a tendência para a competição de ser auto-eliminadora (*self-eliminating*); (2) o efeito corrosivo do auto-interesse, que o mercado implica, sobre o contexto moral da comunidade, e (3) a existência de bens públicos e das externalidades”.<sup>16</sup>

Esta visão se materializa em recomendações recentes de estudos das Nações Unidas: devemos nos concentrar “em políticas explícitas para evitar tanto os efeitos negativos da globalização sobre o desenvolvimento social como as novas ameaças colocadas por reformas centradas em mercados. Uma ação deliberada deve ser empreendida para garantir que as identidades e direitos culturais, religiosos e étnicos sejam explicitamente protegidos em acordos internacionais e em legislações nacionais e locais, e que esta proteção se traduza num código de conduta implementável para as corporações nacionais e transnacionais bem como os interesses privados que operam sob jurisdição nacional”.<sup>17</sup>

No plano da América Latina, uma excelente sistematização da economia como instrumento de avanço equilibrado pode ser encontrada na publicação da CEPAL, *La hora de la igualdad*, de 2010. Após a era de Raúl Prebisch, tinha se fragilizado o papel da instituição como norteadora teórica do desenvolvimento da América Latina. Agora, com Alicia Bárcena, temos não só a visão, como os mecanismos de sua construção.<sup>18</sup>

Quando falamos em “ação deliberada”, já não nos restringimos a obedecer a “mecanismos”. Em outros termos, não basta criar um ambiente favorável ao mercado, é preciso orientar a economia para o que dela a sociedade deseja. O “bem comum” parece uma boa definição do que queremos, pois compreendemos cada dia mais que direcionar a economia em função das minorias dominantes, gera problemas para todos, inclusive as próprias minorias. Esta idéia, de resgatar a ciência econômica como instrumento da construção do bem comum, por simples que seja, é importante. Falta explicitar, naturalmente, o que entendemos por “bem comum”.

<sup>15</sup> Herman E. Daly and John B. Cobb jr., *For the Common good* – Beacon Press, Boston 1994, 534 p.

<sup>16</sup> Daly & Cobb, op. Cit., p. 8 e p. 49

<sup>17</sup> UN – *The Inequality Predicament: Report on the World Social Situation 2005* – United Nations, New York, 2005, p. 135

<sup>18</sup> CEPAL – *La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir*. Santiago, mayo de 2010, 289 p. Documento síntese com 58 páginas em português: <http://bit.ly/bqwYAh> Documento completo em espanhol: <http://bit.ly/bA9yrl>

### 3 - Medindo resultados

Se quisermos orientar a economia, canalizando racionalmente os nossos esforços produtivos para resultados que nos interessem, devemos construir os instrumentos de avaliação destes resultados. Celso Furtado utiliza o conceito de “rentabilidade social”, conceito que diz o essencial, mas que pode nos levar a confundir a visão da produtividade macroeconômica com a produtividade dos setores que normalmente identificamos com o “social”, como educação, saúde etc. Talvez seja mais explícito o conceito de *produtividade sistêmica*.<sup>19</sup>

A lógica básica é simples: quando um grande produtor de soja expulsa agricultores para as periferias urbanas da região, podemos eventualmente dizer que aumentou a produção de grãos por hectare, a produtividade da empresa rural. O empresário dirá que enriqueceu o município. No entanto, se calcularmos os custos gerados para a sociedade com as favelas criadas e com a contaminação das águas, por exemplo, ou o próprio desconforto de famílias expulsas das suas terras, além do desemprego, a conta é diferente. Ao calcular o aumento de produção de soja, mas descontando os custos indiretos gerados para a sociedade e os impactos ambientais, o balanço sistêmico será mais completo, e tecnicamente correto. Ou seja, temos de evoluir para uma contabilidade que explicita o resultado em termos de qualidade de vida, de progresso social real, numa visão sistêmica e de longo prazo.

De forma semelhante, quando um país vende os seus recursos naturais, isto aparece nas nossas contas como aumento do PIB, quando na realidade o país está vendendo recursos naturais herdados, que não teve de produzir e que não vai poder repôr, e portanto está se descapitalizando, aumentando a riqueza imediata às custas das dificuldades futuras.

O que herdamos, em termos de metodologia, é o sistema de contas nacionais elaborado ainda nos anos 1950 no quadro das Nações Unidas a partir de estudos de Kuznets, com ajustes em 1993, e que nos fornece o famoso PIB, soma dos valores e custos de produção de bens e serviços, restringida portanto à área de atividades mercantis. Não vamos aqui fazer mais uma descrição dos limites desta metodologia, hoje bastante óbvios.<sup>20</sup> O essencial é que a partir de 1990, com as visões de Amartya Sen<sup>21</sup> e a metodologia dos *indicadores de desenvolvimento humano* (IDH) houve uma inversão radical: o ser humano deixa de ser visto como um instrumento para servir às empresas – na época o

<sup>19</sup> Todos andam tateando em busca de um conceito que dê expressão mais ampla aos resultados socio-econômicos esperados, já que a simples produtividade econômica é estreita demais para refletir os objetivos da sociedade. Jörg Meyer-Stamer utiliza *competitividade sistêmica* no seu trabalho sobre *Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional*; The Economist utiliza o conceito de “social return” ao calcular o impacto de investimentos sociais que façam “a maior contribuição possível aos problemas da sociedade”. H. Schmitz utiliza o conceito de “*collective efficiency*” (in Vázquez-Barquero). Ver também a nossa nota técnica *Produtividade sistêmica do território*, no link

<http://dowbor.org/09produtividade%20sistemica%20do%20territorio.doc>

<sup>20</sup> A este respeito, ver o nosso *A Reprodução Social*, Editora Vozes, Petrópolis, 2003 – <http://dowbor.org>, e a nota técnica *O Debate sobre o PIB: Estamos fazendo a conta errada* disponível em

<http://dowbor.org/pibestamosfazendoacontaerrada-1.doc>

<sup>21</sup> O livro básico de Amartya Sen, *Desenvolvimento como Liberdade*, foi editado pela Companhia das Letras, São Paulo, 1999, [editora@companhiadasletras.com.br](mailto:editora@companhiadasletras.com.br)

Banco Mundial dizia que a educação era boa porque aumentaria a produtividade empresarial – e passa a ser visto como o objetivo maior. Em outros termos, o social deixa de ser um meio para assegurar objetivos econômicos; pelo contrário, o econômico passa a ser visto como um meio para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Uma vida com saúde, educação, cultura, lazer, segurança, é o que queremos da vida. E a economia tem de se colocar a serviço destes objetivos sociais, da prosaica qualidade de vida.

A qualidade de vida é evidentemente mais difícil de medir do que o valor das vendas de uma empresa, ou o custo de funcionamento de uma escola pública, sem falar da economia do voluntariado e do trabalho feminino domiciliar. Mas a realidade é que enquanto não adotarmos formas aceitas e generalizadas de medir o valor final, os *resultados*, das nossas atividades, não teremos como avaliar nem políticas públicas nem privadas. Hoje, aproveitando e indo além das metodologias do IDH, já se avançou muito. O livro de Jean Gadrey e de Florence Jany-Catrice, *Les nouveaux indicateurs de richesse* (os novos indicadores de riqueza), apresenta uma sistematização extremamente bem organizada do novo quadro conceitual das contas nacionais que está se desenhando.<sup>22</sup>

Assim, passa-se a diferenciar a contabilização da produção (*outputs*), dos resultados efetivos em termos de valores sociais (*outcomes*); os indicadores econômicos, sociais e ambientais; os indicadores objetivos (taxa de mortalidade infantil, por exemplo) e os subjetivos (satisfação obtida); os resultados monetários (valor da produção) e não monetários (toneladas de produto). Com isto foram sendo construídas várias metodologias, hoje bastante bem embasadas, como o *índice de bem-estar econômico* de Osberg e Sharpe, o *índice de bem-estar econômico sustentável* (IBED), o *indicador de progresso real* (IPV), o *indicador de poupança real* (genuine savings) do Banco Mundial, o *Happy Planet Index* britânico, *Felicidade Interna Bruta* do Butão e outros.

Particularmente interessante é a metodologia adotada pelo *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators: a new tool for assessing national trends*<sup>23</sup>, um autêntico balanço das contas nacionais aplicado aos Estados Unidos. Em vez de ficar na soma do produto monetário, distribui as contas em 12 áreas, incluindo renda mas também direitos humanos, segurança pública, qualidade do meio ambiente e assim por diante. O resultado é que pela primeira vez os americanos têm um instrumento de avaliação de como e em que áreas o país está melhorando (ou piorando). O interessante é que não foi preciso construir novos indicadores ou realizar novas pesquisas: partiram dos dados existentes, selecionaram os mais confiáveis, e simplesmente os cruzaram de maneira inteligente segundo os grandes eixos de resultados práticos esperados pela população.

---

<sup>22</sup> Jean Gadrey et Florence Jany-Catrice, *Les nouveaux indicateurs de richesse*, Ed. La Découverte, Paris 2005, [www.editionsladecouverte.fr](http://www.editionsladecouverte.fr) - ver dados mais detalhados sobre o livro em <http://dowbor.org> sob “dicas de leitura”. A edição brasileira é do Senac, 2006, [editora@sp.senac.br](mailto:editora@sp.senac.br); outra publicação excelente é o livro de Patrick Viveret, *Reconsiderar a Riqueza*, Ed. UNB, Brasília, 2006

<sup>23</sup> Hazel Henderson, Jon Lickerman and Patrice Flynn (editors) – *Calvert Henderson Quality of Life Indicators: a new tool for assessing national trends* (Indicadores Calvert-Henderson de qualidade de vida: uma nova ferramenta para avaliar tendências nacionais). – [www.calvertgroup.com](http://www.calvertgroup.com)

O próprio Banco Mundial está finalmente repensando as suas metodologias. No *World Development Indicators 2003*<sup>24</sup>, no quadro 3.15 que avalia as poupanças, o Banco passou a contabilizar a extração de madeira, por exemplo, não como cifra positiva (aumento do PIB), mas como descapitalização do país. Na mesma lógica, países que exportam o petróleo passam a ser vistos como gastadores do seu capital natural, apresentando taxas de poupança negativas. Na própria produção de automóveis passou-se a deduzir, no cálculo, os gastos adicionais com saúde causados pela poluição. Como as metodologias do Banco Mundial têm um poder forte de indução, esta abertura é bem-vinda, e vai influenciar contas nacionais em numerosos países.

A partir de 2009, a pedido do governo Sarkozy, uma comissão dirigida por Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Jean Paul Fitoussi, elaborou um conjunto de propostas que tanto apresentam as possibilidades de se reformular o PIB no quadro das contas existentes atualmente, como sugerem novos indicadores a serem adotados. No plano internacional, portanto, o debate sobre a reformulação das contas nacionais está posto. O que aparece como tendência mais provável, não é o desaparecimento da conta PIB com tal, mas a sua complementação com um conjunto diversificado de dados mais significativos. Tentar reduzir a avaliação de uma economia complexa moderna a uma só cifra já não faz sentido.<sup>25</sup>

Há igualmente soluções criativas bastante práticas no plano das cidades. A Rede Nossa São Paulo elaborou o IRBEM, indicadores de bem-estar da metrópole, com 100 indicadores básicos escolhidos a partir de reuniões com as comunidades, visando responder às prioridades reais da população. Hoje dezenas de cidades adotam a metodologia, assegurando uma apropriação gradual dos processos políticos. Assim, as pessoas podem orientar o seu voto segundo resultados reais para as suas vidas, e não segundo quem distribuiu mais camisetas. A inovação não exigiu grandes cálculos econométricos, pois os dados existem, mas significou uma mudança política extremamente importante: a informação é organizada *para* a população, e os dados levantados são os que mais interessam à qualidade de vida da população. Ou seja, a contabilidade econômica passa a ser um instrumento de cidadania, e as iniciativas dos diversos atores públicos e privados serão avaliadas em termos de resultados finais para a sociedade, pelo menos no território mais próximo, onde as pessoas podem mais facilmente participar dos processos de decisão.

De toda forma, o que estamos apontando, é que a mudança do enfoque das contas econômicas é essencial. Um banco que desvia as nossas poupanças para aplicações financeiras especulativas, e apresenta lucros elevados, aumenta o PIB, mas reduz a nossa produtividade sistêmica ao descapitalizar as comunidades, ao reduzir o uso produtivo das nossas poupanças. O sistema alemão de intermediação financeira, baseado em pequenas caixas econômicas municipais, não apresenta grandes lucros, mas canaliza as poupanças

---

<sup>24</sup> World Bank – *World Development Indicators 2003*, Washington, 2003, páginas 174 e ss.

<sup>25</sup> Sobre o relatório da Comissão Stiglitz, de 2009. ver

[http://dowbor.org/resenhas\\_det.asp?itemId=d9a42935-bbd1-400c-9506-505e7ac418df](http://dowbor.org/resenhas_det.asp?itemId=d9a42935-bbd1-400c-9506-505e7ac418df)

para investimentos socialmente úteis, gerando melhores condições de vida para todos.<sup>26</sup> O “lucro”, nesta visão, tem de ser social, e a produtividade tem de ser sistêmica. O fato da ciência econômica evoluir para esta contabilidade integral, e não apenas uma soma grosseira de resultados micro-econômicos, constitui um progresso importante.<sup>27</sup>

De forma geral, um avanço importante para as ciências econômicas é a mudança radical de como organizamos a informação sobre os resultados obtidos. Enquanto a medida se resumia à soma do valor de produção das empresas e dos custos dos serviços públicos, naturalmente passávamos a achar que o progresso só se dá através do lucro empresarial, e que inclusive os serviços públicos representam um ônus, o “custo”. Quando passamos a avaliar de maneira sistêmica os resultados para a sociedade no seu conjunto, podemos ter uma visão inteligente do progresso real obtido. A construção de sistemas mais realistas de avaliação do nosso progresso econômico e social vem corrigir uma deficiência estrutural da ciência econômica.

Grande parte do nosso sentimento de impotência frente às dinâmicas econômicas vem do fato que simplesmente não temos instrumentos para saber qual a contribuição das diversas atividades para o nosso bem-estar. O clamor quase histérico da mídia por alguns pontos percentuais suplementares de crescimento do PIB age sobre a angústia generalizada do desemprego, e tira o nosso foco do objetivo principal que é a qualidade de vida da sociedade, deixando as pessoas confusas e mal informadas. Pessoas desinformadas, naturalmente, não participam. Não há democracia econômica sem informação adequada sobre as dinâmicas e os resultados que realmente importam. A construção de novos indicadores de riqueza é um eixo particularmente importante neste sentido.

#### **4 - Financeirização da ciência econômica**

Outro eixo de análises busca entender o que acontece com as intermediações financeiras. As pesquisas teóricas dominantes, curiosamente, não se preocupam em tornar as nossas poupanças mais produtivas com investimentos que geram mais riqueza e empregos, mas em gerar instrumentos mais avançados para se fazer dinheiro com aplicações financeiras. Assim a área das finanças passou a ser analisada de forma isolada das suas consequências e utilidade econômica, e a especulação financeira adquiriu nas ciências econômicas um

---

<sup>26</sup> Os dados sobre a gestão da poupança na Alemanha podem ser encontrados em *The Economist*, June 26th 2004, p. 77. *The Economist* naturalmente lamenta que os legisladores regionais da Alemanha “se recusem a autorizar a venda dos bancos de poupança, que são de propriedade das comunidades locais, para compradores do setor privado”. Hoje constatamos a importância deste sistema descentralizado de controle das poupanças pelas próprias comunidades frente à crise financeira gerada pelos grandes sistemas especulativos. *The Economist* não poderia estar mais redondamente enganado.

<sup>27</sup> Para uma discussão do papel da informação nesta apropriação cidadã das políticas econômicas, ver o nosso artigo *Informação para a Cidadania e o Desenvolvimento Sustentável*, <http://dowbor.org>, sob “Artigos Online”. É importante mencionar aqui os aportes metodológicos como os do IPEA com Marcio Pochmann nos estudos sobre a distribuição da riqueza no Brasil, de Aldaiza Sposatti sobre os “mapas de exclusão”, de Anne Louette em [www.compendiosustentabilidade.com.br](http://www.compendiosustentabilidade.com.br), do IBGE com *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2012*, lançado na Conferência Rio+20.

papel central, como se trocar papéis por outros papéis aumentasse magicamente a qualidade da saúde ou a produção de alimentos.

Continua a ser muito atual nesta área o livro de Joel Kurtzman, *A Morte do Dinheiro*. Como o dinheiro passou a ser uma notação eletrônica, que viaja na velocidade da luz nas ondas da virtualidade, o mundo se tornou um cassino global. Mais importante para nós, o lucro e o poder gerados pela especulação financeira fizeram com que a ciência econômica se concentrasse de maneira obsessiva nesta área. A lista dos prêmios Nobel de economia constitui essencialmente, com raríssimas exceções como Amartya Sen, uma lista de especialistas em comportamento do mercado financeiro.

A situação é agravada pelo fato do Nobel de economia não ser realmente um prêmio Nobel, mas um prêmio do Banco da Suécia. Peter Nobel, neto de Alfred Nobel que instituiu o prêmio, explicita a confusão voluntariamente criada por um segmento particular de economistas: “Nunca na correspondência de Alfred Nobel houve qualquer menção referente a um Prêmio Nobel de economia. O Banco Real da Suécia depositou o seu ovo no ninho de um outro pássaro muito respeitável, e infringe assim a “marca registrada” Nobel. Dois terços dos prêmios do Banco da Suécia foram entregues a economistas americanos da escola de Chicago, cujos modelos matemáticos servem para especular nos mercados de ações – no sentido oposto às intenções de Alfred Nobel, que entendia melhorar a condição humana”. Portanto, o dinheiro não vem do fundo Nobel, e os critérios de atribuição do prêmio partem da própria área financeira, que se apropriou assim de uma respeitabilidade que não tem, através de um processo fraudulento. O fato da área financeira ter conseguido que o prêmio seja entregue na mesma cerimônia na Suécia, contribui para a confusão, mas não para a ética do processo.<sup>28</sup>

Outra demonstração de força deste segmento da economia, é o poder das agências de avaliação de risco. Todos os nossos jornais trazem com alarde a última cotação do “risco Brasil”. O muito conservador *The Economist* chega a se indignar com o peso que adquiriu este oligopólio de tres empresas – Moody’s, Standard & Poor (S&P) e Fitch – que “fazem face a críticas pesadas nos últimos anos, por terem errado relativamente a crises como as da Enron, da WorldCom e da Parmalat. Estes erros, a importância crescente das agências, a falta de competição entre elas e a ausência de escrutínio externo estão começando a deixar algumas pessoas nervosas”. *The Economist* argumenta também

---

<sup>28</sup> A este respeito ver o artigo de Hazel Henderson no *Le Monde Diplomatique* de fevereiro de 2005, p. 28. O nome formal do “nobel” de economia é “Prêmio do Banco da Suécia em ciências econômicas em memória de Alfred Nobel”, nome que facilitou a fraude: os economistas só usam a primeira e a última palavra. O prêmio não é pago pela Fundação Nobel. Wikipedia apresenta os fatos: “[The Bank of Sweden Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel](#), sometimes referred to as the Nobel prize in economics, was not a part of Nobel's will. It was instituted in 1969 by [Sveriges Riksbank](#), the Bank of Sweden. Since this prize has no foundation in Nobel's will, and is not paid for by his money, it is technically not a Nobel Prize. However, it is awarded with the official Nobel prizes”. Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, em palestra em 2010, declarava com bom humor que “os prêmios Nobel são concedidos por serem cientificamente certos, enquanto em economia são frequentemente concedidos por serem brilhantes”. É significativo que Yunus, um dos economistas mais inovadores da atualidade, tenha sido reconhecido por um prêmio Nobel da Paz. O “banqueiro dos pobres” não está exatamente na linha do Banco da Suécia.

que as agências de avaliação são pagas pelos que emitem títulos, e não por investidores que utilizarão as avaliações de risco, com evidentes conflitos de interesse. O resultado é que “a mais poderosa força nos mercados de capital está desprovida de qualquer regulação significativa”.<sup>29</sup>

O essencial da especulação financeira, é que consiste em acumular riqueza sem precisar produzir a riqueza correspondente. Em termos práticos, são pessoas que vivem do esforço dos outros, e o ganho de um corresponde à perda de outro. Joseph Stiglitz entendeu isto, e escreveu um livro forte e de leitura simples, *Globalization and its discontents*,<sup>30</sup> mostrando como os países em dificuldade precisam de mais capital para se reequilibrar, e é justamente o momento em que os capitais especulativos fogem, quebrando o país. Stiglitz ilustra a sua visão do papel da liberalização dos capitais com o caso do Sudeste Asiático, mas o mesmo raciocínio se aplica por exemplo à Argentina no momento do “corralito”.<sup>31</sup>

A teoria oficial do Fundo Monetário Internacional, amplamente dominante ainda que enfrente um ceticismo crescente, aparece como cínica frente a estas novas dinâmicas: “Os benefícios fundamentais da globalização financeira são bem conhecidos: ao canalizar fundos para os seus usos mais produtivos, ela pode ajudar tanto os países desenvolvidos como os em via de desenvolvimento a atingir níveis mais elevados de vida.”<sup>32</sup>

O processo real é inverso. Descapitaliza-se o setor produtivo, o Estado, as comunidades e o consumidor. A liberalização dos fluxos de capital que deveria teoricamente “canalizar fundos para os seus usos mais produtivos” leva pelo contrário à drenagem dos recursos para fins especulativos, e força as empresas a buscarem o autofinanciamento, gerando um feudalismo financeiro em que cada um busca a autosuficiência, perdendo-se justamente a capacidade das poupanças de uns irrigarem os investimentos de outros. O efeito é rigorosamente inverso ao previsto, ou imaginado pelo Fundo, mas rigorosamente coerente com a economia realmente existente.

O interessante para nós aqui é que não se trata mais de mecanismos econômicos objetivos, do tipo “reações do mercado”: trata-se da montagem consciente de um processo de desestabilização econômica e financeira, que envolve gigantescas propinas e a articulação de uma rede de amigos no governo americano, em Wall

<sup>29</sup> The Economist, *Credit-rating agencies: Special Report* – 26 de março de 2005, p. 67 e ss. A última citação é de Glenn Reynolds, de uma firma independente de pesquisa de crédito, no mesmo artigo.

<sup>30</sup> Joseph Stiglitz, *Globalization and its discontents*, W.W. Norton & Cy., New York, 2002 – publicado no Brasil com o título *A Globalização e seus Malefícios*, Ed. Futura.

<sup>31</sup> Stiglitz analisa, no caso asiático, o que ele chama de “the naked self-interest of financial markets”, e constata que “capital flows out of a country in a recession, precisely when the country needs it most, and flows in during a boom, exacerbating inflationary pressures. Sure enough, just at the time the countries needed outside funds, the bankers asked for their money back”. (Stiglitz, op. Cit., p. 100). Para o caso Argentino, ver o nosso *Altos juros e descapitalização da economia*, <http://dowbor.org> sob “Artigos Online”.

<sup>32</sup> *Finance & Development*, IMF, March 2002, p. 13

Street, nas organizações financeiras multilaterais e nas grandes empresas. Constituem processos decisórios que não obedecem aos fins declarados, e muito menos a mecanismos de mercado, no sentido de livre concorrência e de liberdade econômica. Na realidade trata-se de mecanismos de manipulação político-financeira que não se encontram nos compêndios tradicionais, e que autores como os acima gradualmente “desmontam”, num tipo de *engenharia reversa*, explicitando “como funciona” um determinado segmento de atividades econômicas a partir de exemplos presenciados e vividos.

É impressionante a dimensão da desinformação sobre um fato tão simples de que as aplicações financeiras, que os banqueiros tanto gostam de chamar de *investimentos*, levam ao enriquecimento de intermediários, sem gerar ativos novos, e que este enriquecimento sem produção correspondente – portanto correspondendo à apropriação da produção de terceiros – se faz com o nosso dinheiro, e não com o dinheiro dos próprios intermediários.<sup>33</sup>

A ciência econômica que ensinamos não nos ensina o essencial, que é de como construir os objetivos do desenvolvimento no novo contexto de mudança tecnológica, desregulação e mudança institucional. Estas três categorias de mudança fazem parte das análises do FMI, que está começando, depois das críticas contundentes recebidas, a ficar um pouco mais prudente nas suas certezas: “Ainda que seja difícil ser categórico sobre qualquer coisa tão complexa como o sistema financeiro moderno, é possível que estes desenvolvimentos estejam criando mais movimento procíclicos que no passado. Podem igualmente estar criando uma probabilidade maior (mesmo que ainda pequena) de uma catástrofe (*catastrophic meltdown*)”.<sup>34</sup>

O cassino financeiro internacional (com a sua dimensão nacional) gera assim um processo de descapitalização da economia, levando a uma subutilização impressionante de um dos principais fatores de dinamização econômica que são as nossas poupanças. E dizemos bem aqui *nossas* poupanças, pois o cassino joga com o dinheiro dos fundos de pensão, das pequenas economias familiares, dos nossos depósitos.

Na realidade, gerou-se uma cultura setorial. A área dos cartões de crédito constitui uma ilustração cuirosa de como ao mesmo tempo nos deparam e nos mostram

---

<sup>33</sup> Uma discussão deste tema pode ser encontrada no nosso *O que é capital?*, editora Brasiliense, São Paulo, 2004, 10ª ed. revista e ampliada. Sobre a crise financeira de 2008 e suas sequelas, ver o nosso *A Crise Financeira sem Mistérios*, 2009, <http://dowbor.org/criseseemmisterios8.pdf>

<sup>34</sup> Raghuram Rajan, diretor do departamento de pesquisa do FMI, *Finance and Development*, IMF, September 2005, p. 54, sob o título “Risky Business”. – No original: “While it is hard to be categorical about anything as complex as the modern financial system, it’s possible that these developments are creating more financial-sector induced procyclicality than in the past. They may also create a greater (albeit still small) probability of a catastrophic meltdown”. *Procyclicality* no jargão do FMI se refere ao fenômeno apontado por Stiglitz, dos capitais fugirem justamente quando uma economia está em dificuldades, portanto justamente no momento em que precisa de aportes, aprofundando os desequilíbrios.

como podemos parecer importantes ao pagar com um “cartão ouro” o jantar com a namorada. O cartão permite simplesmente taxar todas as nossas transações, cobrando tanto dos comerciantes como do consumidor através da taxa de uso, do crédito implícito e dos juros sobre atrasos, além do aluguel dos equipamentos. A General Electric, por exemplo, já emitiu 68 milhões de cartões, 40% em países em desenvolvimento. É mais uma empresa que descobriu que se ganha mais brincando com o dinheiro dos outros do que enfrentando a dureza dos processos produtivos. O americano médio ostenta orgulhosamente uma média de 8 cartões de crédito, e vive endividado.

Trata-se, como dizem na terra de Celso Furtado, de  *festa com chapéu dos outros*. Celso Furtado, aliás, gosta de ser claro: “Já ninguém ignora a fantástica concentração de poder que hoje se manifesta nos chamados  *mercados financeiros*, que são dominados por atividades especulativas cambiais”.<sup>35</sup>

Mas se ninguém ignora isto, o fato é que conhecemos todos como está estruturada a indústria automobilística mundial, mas ignoramos como estão estruturados e como organizam o seu poder político e econômico os grupos que se apropriaram das poupanças. Temos páginas em todos os jornais com cotações diversas, mas nada sobre como o processo é manejado. Um pouco de democracia, senão no controle, pelo menos na informação, não seria bem-vindo?

É impressionante constatar que apenas em 2011 aparece a primeira pesquisa global sobre o controle corporativo dos processos financeiros. Os pesquisadores do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica de Zurich (ETH na sigla em alemão), selecionaram 43 mil das principais corporações mundiais, e analisaram o rendimento operacional, o valor econômico das corporações e as tomadas cruzadas de participação em ações (*mutual cross-shareholdings*) identificando as unidades mais fortemente conectadas dentro da rede. “Encontramos que apenas 737 dos principais atores (*top-holders*) acumulam 80% do controle sobre o valor de todas as empresas transnacionais (ETN)... Isto significa que o controle em rede (*network control*) é distribuído de maneira muito mais desigual do que a riqueza. Em particular, os atores no topo detêm um controle dez vezes maior do que o que poderia se esperar baseado na sua riqueza.”(6)

Analisando o próprio núcleo de 737 corporações, identificaram um núcleo central de atores no topo (*top ranked actors*) com as suas interconexões: “Encontramos que, apesar de sua pequena dimensão, o núcleo detém coletivamente uma ampla fração do controle total da rede. No detalhe, quase 4/10 do controle sobre o valor econômico das ETNs do

---

<sup>35</sup> Celso Furtado, *O capitalismo global*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1998, p. 7; o sistema de movimentações eletrônicas como o *algorithmic trading* exige investimentos impressionantes em tecnologia da informação, avaliada em 26,4 bilhões de dólares só em 2005 nos grupos americanos de especulação. Os países menores ou mais fracos têm toda a liberdade de tentar acompanhar. Na realidade, trata-se de um sistema global de expropriação de poupanças por quem tem meios para dominar os mecanismos. Ver *The Economist*, 4 de fevereiro de 2006, p. 68 sobre “Technology and Exchanges”; ver também a explicitação do impacto econômico do sistema no plano mundial no *Trade and Development Report 1998*, da UNCTAD, uma das raras instituições internacionais a abordar o problema com realismo, na época sob orientação de Rubens Ricupero.

mundo, através de uma teia complicada de relações de propriedade, está nas mãos de um grupo de 147 ETNs do núcleo, que detém quase pleno controle sobre si mesmo. Os atores do topo dentro do núcleo podem assim ser considerados como uma “super-entidade” na rede global das corporações. Um fato adicional relevante neste ponto é que  $\frac{3}{4}$  do núcleo são intermediários financeiros.”<sup>36</sup>

Os números em si são muito impressionantes, e estão gerando impacto no mundo científico, e vão repercutir inevitavelmente no mundo político. Os dados não só confirmam como agravam as afirmações dos movimentos de protesto que se referem ao 1% que brinca com os recursos dos outros 99%. O New Scientist reproduz o comentário de um dos pesquisadores, Glattfelder, que resume a questão: “Com efeito, menos de 1% das empresas consegue controlar 40% de toda a rede”. E a maioria são instituições financeiras, entre as quais Barclays Bank, JPMorgan Chase&Co, Goldman Sachs e semelhantes.<sup>37</sup>

A partir da crise de 2008, os dramas vão se desenrolando. As perdas geradas pelos especuladores, que emitiram rios de papéis financeiros sem a cobertura correspondente, para fins especulativos, foram cobertos generosamente com recursos públicos dos países mais afetados. As medidas salvaram bancos, mas apenas transferiram o déficit para os cofres públicos. O caos privado virou caos público. Em 2012, ainda não haviam sido tomadas medidas de regulação minimamente significativas. Com precariedade crescente, o cassino continua.<sup>38</sup>

### **5 - Da especulação ao investimento socialmente útil**

A realidade patológica da área financeira vai curiosamente criando os seus antídotos. Enquanto a corrente teórica dominante – e o grosso dos recursos – reforçam as atividades especulativas e o financiamento das corporações, vai se construindo uma outra corrente, que vem responder às prosaicas necessidades de financiamento da pequena e média empresa, da agricultura familiar, das organizações da sociedade civil. Todos conhecem os trabalhos de Yunus no Bangladesh, mas vale a pena realçar que muito dinheiro na mão de poucos gera o caos, enquanto pouco dinheiro na mão de muitos gera resultados impressionantes

<sup>36</sup> Fonte Vitali, Glattfelder e Fattiston, <http://j-node.blogspot.com/2011/10/network-of-global-corporate-control.html> Para uma análise da pesquisa, ver o nosso A Rede do Poder Corporativo Mundial, <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/>

<sup>37</sup> New Scientist, 22/10/2011: <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=rede-capitalista-domina-mundo&id=010150111022&mid=50> e original inglês <http://www.newscientist.com/article/mg21228354.500-revealed--the-capitalist-network-that-runs-the-world.html?DCMP=OTC-rss&nsref=online-news>

<sup>38</sup> Sobre a fragilidade da regulação introduzida pelo Frank-Dodd Act nos Estados Unidos em 2010, ver análise de Jeff Madrick, <http://www.nybooks.com/articles/archives/2011/apr/28/wall-street-leviathan/?pagination=false> ; uma excelente visão de conjunto do mecanismo que gerou a crise pode ser encontrado no documentário que ganhou o Oscar de 2012, Inside Job (Trabalho Interno).

em termos de progresso econômico e social.<sup>39</sup> Numa visão estritamente econômica, para quem não tem quase nada, um pouco de dinheiro faz uma imensa diferença, em termos de saúde, de condições de estudo das crianças, de melhores condições de produção.

A reorientação que se busca, é de que os recursos financeiros possam prosaicamente servir ao nosso desenvolvimento. Stiglitz enfatiza corretamente o *Community Reinvestment Act* – CRA - de 1977, nos Estados Unidos, que obriga as instituições de intermediação financeira a aplicarem parte pelo menos dos recursos no desenvolvimento das comunidades que afinal são proprietárias destes recursos. O Federal Register de 19 de julho de 2001 explicita o objetivo de se assegurar que as agências financeiras “cumpram obrigações continuadas e afirmativas para ajudar a satisfazer as necessidades de crédito das comunidades locais onde estão autorizadas. Além disso, o Congresso instruiu as agências a avaliar o desempenho das instituições (financeiras) em responder às necessidades de crédito de toda a sua comunidade”.<sup>40</sup> Com esse tipo de “obrigações” e ações “afirmativas”, estamos longe da liberdade dos intermediários financeiros de apenas especular com recursos de terceiros. Trata-se de colocar os recursos da comunidade a serviço da própria comunidade.<sup>41</sup>

Stiglitz apresenta também a importância do sistema da China: “As cidades e vilas canalizaram os seus preciosos recursos para a geração de riqueza, e havia forte competição pelo sucesso. Os habitantes das cidades e vilas podiam ver o que acontecia com os seus fundos. Sabiam se havia empregos sendo criados e se a renda aumentava. Apesar de talvez não haver democracia, havia responsabilização. Novas indústrias na China foram localizadas em áreas rurais. Isto ajudou a reduzir a tensão social que inevitavelmente acompanha a industrialização. Esta é a China que lançou as fundações de uma Nova Economia em cima das instituições existentes, mantendo e fortalecendo o seu capital social, enquanto na Rússia era erodido”.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> Mohammad Yunus, *Banqueiro dos pobres*, Ática, São Paulo, 2000; Yunus foi agraciado com o Nobel da Paz de 2006

<sup>40</sup> Federal Register, Proposed Rules, vol. 66 No 139, July 19, 2001, p. 37603 - <http://www.ffiec.gov/cra/about.htm>

<sup>41</sup> Curiosamente, os grandes bancos que se apropriaram deste mecanismo de financiamento local para gerar um sistema de especulação internacional, através dos chamados “Structured Investment Vehicles” (SIVs), tentaram jogar a culpa da especulação na irresponsabilidade dos pobres ao se individualarem. A propensão dos pobres a serem culpados pelos problemas dos ricos é impressionante.

<sup>42</sup>J. Stiglitz – Globalization... - O CRA está detalhado na página 70, como reação ao desgarramento entre a poupança e as necessidades de desenvolvimento. A opção Chinesa nas páginas 184 e 185. Stiglitz menciona também o caso da República Checa: “It had created a capital market which did not raise money for new investment, but allowed a few smart money managers (more accurately, white-collar criminals – if they did what they did in the Czech Republic in the United States, they would be behind bars) to walk off with millions of dollars of others’ money”. A visão de Stiglitz sobre os poucos casos de sucesso de políticas financeiras é interessante: “One attribute of the success cases is that they are “homegrown”, designed by people within each country, sensitive to the needs and concerns of their country”.(p. 186) O seu otimismo sobre o fato que especuladores deste tipo nos Estados Unidos “estariam atrás das grades” não se verificou.

A Alemanha oferece outro exemplo interessante, visto rapidamente acima. A gigantesca massa de poupanças familiares do país não é confiada aos chamados “investidores institucionais” para especularem. É gerida por pequenas caixas de poupança que existem em cada cidade ou vila. O Economist informa que mais da metade da poupança alemã é gerida desta forma. A revista considera, naturalmente, que isto é um fator de atraso, pois o dinheiro seria aplicado de maneira mais dinâmica se a poupança fosse administrada por alguns grupos financeiros internacionais. São estes grupos, no entanto, que geraram o colapso financeiro de 2008.<sup>43</sup>

É não ver a imensa gama de pequenas iniciativas que localidades bem capitalizadas podem tomar, gerando pequenas empresas, restaurantes típicos, transformação dos produtos agrícolas locais – nem tudo deve ir para o McDonald ou a rede de hipermercados – num processo que não é apenas econômico, é cultural e associativo. Faz uma região ser “dona” do seu território, com iniciativas próprias, criatividade. Nunca é demais lembrar que 54% das empresas nos Estados Unidos empregam até 5 pessoas, e que o país tem 26 milhões de micro e pequenas empresas. Trata-se aqui de um grande hiato na teoria econômica, que considera produtiva a pequena empresa apenas quando é reduzida ao papel de subcontratada de um gigante corporativo.

Se a teoria deixa em branco o esmagamento da iniciativa econômica individual e associativa no capitalismo globalizado, no plano da economia aplicada surgem coisas muito interessantes. O livro *Les placements éthiques*, constitui um tipo de pequeno manual para quem quer fazer coisas úteis com o seu dinheiro, em vez de colocá-lo no banco.<sup>44</sup> Sem teorizar muito, o livro parte do princípio que as pessoas realmente existentes querem equilibrar vários interesses, como ter uma razoável remuneração pelo seu dinheiro, mas também segurança, liquidez para o caso dele precisarem inesperadamente, e o sentimento do seu dinheiro estar sendo útil. As aplicações financeiras úteis apresentadas no livro se referem concretamente à França, mas abrem perspectivas gerais.

Em termos práticos, trata-se de um pequeno manual onde em cada página aparece um fundo ético, com indicações da taxa média de remuneração da aplicação, a liquidez

---

<sup>43</sup> The Economist, October 15th, 2004 – « The public sector banks – 11 regional wholesale *Landesbanken*, a few development banks and nearly 500 savings banks – account for 36% of German banking assets and more than half of savings deposits. For years they have been protected by laws and state guarantees from the full force of the market.” (p. 73) . The Economist é fortemente partidário e faz campanha. No seu número de 13 de dezembro de 2003, já vinha esta nota indignada: “Consider the 500-odd municipal savings banks that hold half of the money in Germans’ savings accounts. None of these banks has ever been privatised, even though private-sector banks, which have only 15% of the savings deposits, would like the chance to buy some.” O artigo lamenta a existência na Alemanha “of the three-pillar structure of private, public and co-operative banks that stultifies the banking system” (p. 69).

<sup>44</sup> Alternatives Economiques – *Les placements éthiques : comment placer son argent* – [www.alternatives-economiques.fr](http://www.alternatives-economiques.fr), Paris, 2003, 176 p. ; além disto, na França os diversos sistemas locais de gestão pública das poupanças (La Poste, Caisse d’Épargne, Crédit Mutuel) administram 40% das poupanças francesas, conforme The Economist, December 24<sup>th</sup> 2005-January 6th 2006 double-issue, p. 99.

(alguns fundos exigem um determinado tempo de aplicação), a segurança (há desde aplicações garantidas pelo Estado até aplicações de risco como no mercado de ações) e a “mais-valia ética” que descreve em detalhe que tipo de atividade socialmente ou ambientalmente útil está envolvido. O processo também se firmou na França porque além do interesse da população os bancos locais, – comunitários ou do Estado – passaram a garantir as aplicações feitas em iniciativas de economia solidária, gerando um processo perfeitamente seguro em termos financeiros e de elevada produtividade sistêmica.

As aplicações envolvem tipicamente empresas de economia solidária – por exemplo o seu dinheiro será aplicado numa pequena empresa que organizou o transporte para pessoas deficientes na cidade, iniciativa demasiado pontual para interessar grupos empresariais tradicionais – ou empresas tradicionais que passam pelo crivo de uma série de critérios como o respeito às normas trabalhistas, respeito ao consumidor e assim por diante. Há fundos que além disso excluem um conjunto de empresas notoriamente anti-sociais como as que produzem armas, fumo ou bebidas alcóolicas.

Isto implica por sua vez um conjunto de critérios de avaliação de atividades empresariais que vão muito além do lucro, e com isto surgiram diversas instituições que fazem um seguimento sistemático de diversos setores de atividades e de empresas, de maneira que a pessoa que aplica num fundo possa conhecer efetivamente o uso final do seu dinheiro. Estamos todos acostumados ao indicador de “risco Brasil”, que apresenta o risco que um determinado país ou empresa representa para os aplicadores financeiros, mas quase não aparecem os indicadores de utilidade social das empresas, e nunca do risco *para* o Brasil, por exemplo, das atividades especulativas. Para nós, este conceito é de grande importância, pois onde predominam pequenos bancos municipais e a população pode razoavelmente seguir o que se faz com o seu dinheiro, funcionam mecanismos de mercado e um mínimo de concorrência. No caso brasileiro, com grandes conglomerados, nós normalmente não temos a mínima idéia do que acontece, no privado menos ainda que no público.<sup>45</sup>

O sistema montado na França é maduro e bastante sofisticado. Envolve legislação que permite que certas aplicações financeiras sejam tratadas de maneira diferenciada pelo fisco, um sistema de notação das empresas pelas instituições de avaliação, uma forte participação de organizações da sociedade civil, de sindicatos e de poderes locais, e envolve um sistema regular de informação ao acionista ou aplicador financeiro. O sistema está se expandindo num ritmo de 20% ao ano. Há organizações da sociedade civil que já administram mais de 800 milhões de euros, cerca de 2 bilhões de reais. Não investem no cassino internacional

Em termos teóricos, o sucesso das experiências deste tipo é sumamente importante, pois implica que afinal as pessoas não querem apenas maximização de retorno e segurança do

---

<sup>45</sup> No plano das empresas, vale a pena acompanhar o progresso das iniciativas do Instituto Ethos e dos seus indicadores de responsabilidade empresarial. [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br) ; a ONG Akatu disponibiliza boas cartilhas para aprender a se defender das políticas agressivas de crédito, [www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br) ; o Idec, Instituto de Defesa do Consumidor, contribui muito para gerar um pouco de transparência nos processos. Os avanços são lentos, mas reais.

seu dinheiro. As pessoas querem sim fazer coisas socialmente úteis se tiverem a oportunidade, e esta oportunidade se organiza. Uma nota introdutória de Henri Rouillé d'Orfeuil, dá o tom: “Os objetivos são claros. Trata-se de introduzir solidariedade, ou seja uma preocupação com o bem comum, no coração mesmo da economia, para que o crescimento leve ao progresso social e ao desenvolvimento sustentável, para que as empresas se tornem socialmente e ecologicamente responsáveis”.<sup>46</sup>

Este eixo alternativo da intermediação financeira está sendo alvo de ataques dos grandes grupos especulativos, e se vê ridicularizado pelo “mainstream” da ciência econômica. No entanto, quando Hazel Henderson e outros criaram o “*ethical market place*”, literalmente “mercado de aplicações éticas”, descobriram imenso interesse social, que está se materializando num fluxo impressionante de recursos. Hoje os próprios grupos financeiros especulativos e grandes bancos estão abrindo nichos de atividades socialmente responsáveis, nem que seja para resgatar a imagem.<sup>47</sup>

É interessante, para todos nós, ver que enquanto os mecanismos de mercado estão sendo engessados pelos gigantes transnacionais ou nacionais que monopolizam amplos setores econômicos, manipulam os fluxos e restringem o acesso às informações, gerando desequilíbrios e crises, estão surgindo formas alternativas de regulação econômica baseadas em valores e participação direta do cidadão.

Fazer política sempre foi visto por nós como atividade muito centrada no voto, no partido, no governo. Mais recentemente, surgiram atividades em que a sociedade civil organizada arregaça as mangas e assume ela mesma uma série de atividades. Está tomando forma cada vez mais clara e significativa a atividade econômica guiada por valores, por visões políticas no sentido mais amplo. As pessoas estão descobrindo que podem “votar com o seu dinheiro”. Outras atividades surgiram no Brasil, com a ajuda entre outros de Paul Singer, na linha da Economia Solidária. Já não se contam as iniciativas de microcrédito, de crédito solidário, de ONGs de garantia de crédito.<sup>48</sup>

Tata-se de uma área onde surgiram excelentes estudos descritivos na linha do “como funciona”, sem que haja muita teorização econômica. Surge igualmente nesta área uma prática generalizada de seminários e conferências, onde as pessoas que administram estas

---

<sup>46</sup> Rouillé D'Orfeuil, Henri – *Finances solidaires: changer d'échelle* – in *Les Placements éthiques*, Alternatives Economiques, Paris, 2003, p. 18 – [www.alternatives-economiques.fr](http://www.alternatives-economiques.fr)

<sup>47</sup> veja em [www.hazelhenderson.com](http://www.hazelhenderson.com) a iniciativa *Green Transition Scoreboard*. A revista Scientific American de dezembro de 2002 traz um artigo interessante sobre Joan Bavaria, chefe da Trillium Asset Management, e avalia que “a comunidade mundial de investidores sociais controla mais de \$2 trilhões em aplicações” – p. 40 – No Brasil, o portal [www.mercadoetico.com.br](http://www.mercadoetico.com.br) foi lançado em fevereiro de 2007, com objetivos semelhantes.

<sup>48</sup> Em termos de escala e de inovação metodológica, ver em particular as experiências do Banco do Nordeste, e as novas “Agências de Garantia de Crédito” que apoiam pequenos produtores. Airton Saboya e Clarício dos Santos Filho trazem boas análises disponíveis, de 2010, em [http://dowbor.org/riscos\\_e\\_opportunidades.pdf](http://dowbor.org/riscos_e_opportunidades.pdf)

novas formas de gestão das nossas poupanças cruzam com cientistas sociais, e constroem novas visões.<sup>49</sup>

Uma pequena digressão é importante aqui. A nossa visão da economia ainda está centrada na visão fabril do século XX. Mas os setores emergentes da economia não são fábricas, são redes de saúde, sistemas articulados de educação, pesquisa e organização do conhecimento, atividades culturais e assim por diante. As pessoas se espantam com o fato das atividades industriais representarem nos Estados Unidos 14% do PIB e 10% do emprego, e declinando rapidamente, enquanto a saúde já representa 17% do PIB. Se somarmos a educação, a cultura, a segurança, vamos para mais de 40% do PIB. A economia está cada vez menos baseada em capital fixo (máquinas, equipamentos, construções) e cada vez mais em organização e conhecimento. Ou seja, a economia que surge não necessita do gigantismo para ser eficiente, pelo contrário. Na realidade, o gigantismo nestas áreas gera deseconomias de escala, pela burocratização e monopolização do controle de acesso a serviços essenciais.<sup>50</sup>

Ou seja, há uma convergência a se construir entre o surgimento de novos setores de atividades, e as formas de financiamento que exigem. Quando as atividades econômicas de área social, como saúde, educação, cultura e outros, tornam-se dominantes no nosso modo de produção, o conceito de financiamento também muda. O sistema concentrador de financiamento pode se sentir confortável com gigantescas empresas de planos de saúde: neste caso temos uma absurda aliança de interesses especulativos com a indústria da doença. Mas se é para fazer uma política social que tenha resultados em termos de qualidade de vida, as inovações da gestão financeira, na linha das diversas formas de crédito que surgem, mostram-se perfeitamente coerentes e economicamente muito mais produtivas. São atividades capilares que se ajustam bem a sistemas de financiamento em rede.

No plano das finanças, a lógica é bastante semelhante: fazer movimentações planetárias com papéis financeiros, ou especulação com commodities e mercado de futuros pode dar dinheiro para os intermediários, mas para que haja investimento produtivo, aumento de empregos e riqueza, é preciso identificar bons projetos, conhecer quem vai investir, ter familiaridade com o contexto econômico local. Se for um bom projeto, renderá lucros, e permitirá pagar os juros. Isto exige proximidade, sistemas descentralizados, capacidade de avaliação e seguimento efetivos. É bem mais trabalhoso. E sobretudo, não funciona a partir de remotos escritórios transnacionais. O crédito como fomento gera novas riquezas. A especulação financeira apenas faz a riqueza existente mudar de mãos.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Para uma sistematização de algumas tendências no Brasil, ver o trabalho de Sérgio Roschel, *Microcrédito no Brasil*, no site <http://dowbor.org> sob “Pesquisas Conexas”. Ver também informações da associação brasileira de empresas de microcrédito, [lavorato@abcred.org.br](mailto:lavorato@abcred.org.br)

<sup>50</sup> Tatamos este assunto com mais detalhe no artigo *Gestão Social e Transformação da Sociedade*, veja em <http://dowbor.org> sob “Artigos Online”, 2000, 18 p.

<sup>51</sup> Distinguir claramente entre aplicação financeira e investimento produtivo ajuda a entender as diferenças. Os bancos gostam de chamar tudo de investimento, dificultando a compreensão. Em francês, teremos

O que estamos sugerindo aqui, é que há uma nova teoria econômica em construção, sem que talvez nos apercebamos disto, de tanto estarmos ocupados em refutar os marginalistas ou a lei das vantagens comparadas de Ricardo. Não se trata de uma dinâmica socialmente caridosa e economicamente marginal. É um espaço importante a ser ocupado. Não precisamos esperar um governo que nos agrade para tirar o nosso dinheiro do banco e aplicar as nossas poupanças em coisas úteis. O resgate do controle das nossas poupanças emerge como eixo estruturador das dinâmicas sociais, e o direito a controlarmos o nosso próprio dinheiro, e de exigir prestação de contas na área, é perfeitamente democrático.<sup>52</sup>

### **6 - Poder econômico e poder político**

Vai-se assim construindo uma visão. A economia não é uma ciência que deve fornecer instrumentos mais sofisticados de análise de conjuntura para orientar especuladores: tem de voltar a se concentrar nos resultados – os “fins substantivos” – que queremos construir, em particular de uma sociedade viável não só em termos econômicos, como sociais e ambientais; o “norte” definido por estes objetivos deve por sua vez refundar a contabilidade econômica, a forma como calculamos os resultados; é para estes resultados, por sua vez, que devem voltar a ser canalizados os recursos gerados pelas poupanças das populações, proprietárias destas poupanças, mas cuja utilização lhes foi expropriada. Esta expropriação, sobra dizer, resulta de estruturas de poder econômico que também estão mudando.

Voltemos ao texto de Celso Furtado: “Impõe-se formular a política de desenvolvimento com base numa explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais”. Mais adiante, Furtado comenta que “a atuação da empresa de âmbito planetário constitui mutação maior na evolução do sistema capitalista, pois desloca para posição subalterna as forças sociais que estavam em ascensão e modifica substancialmente o papel do Estado nacional”.<sup>53</sup>

Ou seja, a empresa transnacional define os seus próprios fins, - o maior lucro no prazo mais curto, mas também estruturas de poder que o consolidem – e torna-se o instrumento, junto com os processos de especulação financeira, do desvio relativamente aos “fins substantivos”.

David Korten é provavelmente hoje quem melhor fez a “lição de casa” em termos de explicitar como se organiza e articula o poder das grandes corporações. Autor do

---

“placements” e “investissements”. O inglês tem apenas a palavra “investments”, o que também confunde. The Economist por vezes utiliza o conceito de “speculative investments” para distinguir o que é adquirir papéis e o que é montar uma fábrica de sapatos. Mais papéis não aumentam a riqueza da sociedade.

<sup>52</sup> Sobre as novas visões que emergem, ver o artigo de Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor, *Crises e oportunidades em tempos de mudança*, 2010,

[http://dowbor.org/09fsmt7portuguespositionpaperldfinal\(2\).doc](http://dowbor.org/09fsmt7portuguespositionpaperldfinal(2).doc)

<sup>53</sup> C. Furtado, *Em busca de novo modelo*, op. cit. páginas 36 e 50

livro *Quando as corporações regem o mundo*, este pacato servidor da Usaid, depois de anos de trabalho social na Ásia, decidiu que o conflito entre os objetivos declarados – promover o bem-estar das populações – e as práticas das empresas, tinha chegado ao limite, tornando inclusive pouco significativo o esforço de promoção social que realizava. E decidiu explicitar como este poder funciona.<sup>54</sup>

O livro tornou-se um clássico. Em parte pelo excelente trabalho de sistematização de informações e capacidade de análise, em parte por evidenciar o impressionante hiato que se criou entre a importância que as empresas transnacionais assumiram na gestão econômica – e crescentemente política – da sociedade, e o pouco que temos de informações sobre como funcionam. O único núcleo efetivo de pesquisa sobre as empresas transnacionais, que funcionava nas Nações Unidas sob o nome de United Nations Center for Transnational Corporations – UNCTC, foi desmantelado nos anos 1990.

Esta opacidade programada foi reforçada pelo mecanismo que sustenta a mídia no mundo. Hoje, a conta publicitária faz parte do preço que pagamos pelos produtos. Este imposto privado nos custa, na avaliação do PNUD de 1998, cerca de 430 bilhões de dólares, e na avaliação de Lawrence Lessig de 2001 cerca de 1 trilhão de dólares. Como esta publicidade é financiada essencialmente por grandes corporações, e constitui a base da sobrevivência econômica dos meios de informação de que dispomos, estes tendem a apresentar apenas imagens simpáticas de quem compra o seu espaço publicitário. O resultado é que quando estouram escândalos como da Enron, da WorldCom, da Parmalat, da Lehmann Brothers ou outros, ficamos espantados.

Trata-se, no entanto, de procedimentos correntes, em que grandes executivos, quando flagrados em algum descuido que se torna público, apenas dão de ombros e comentam que “todo mundo faz”. John Perkins mostra, no seu *Confessions of an Economic Hitman*, como se monta literalmente o endividamento de países politicamente frágeis. Economista principal na empresa Main (Chas. T. Main Inc., empresa de consultoria que trabalha na linha de infraestruturas como a Enron, a Bechtel, a Halliburton e outras famosas), ele assina uma previsão sabidamente exagerada de crescimento econômico caso um país – o mecanismo foi aplicado na Arabia Saudita, Equador e muitos outros – invista grandes somas em infraestruturas. Com este relatório, e frente às previsões fraudulentas de crescimento que tornam plausível o pagamento posterior dos empréstimos, as empresas negociam com o Banco Mundial e outros financiadores os empréstimos correspondentes, e os contratos de execução vão naturalmente para as empresas que ajudaram a pressionar pelo empréstimo, como as mencionadas acima. As empresas enriquecem com os contratos, o crescimento não ocorre (não há milagre), e o país ultrapassa a sua capacidade de endividamento. Entra então o segundo mecanismo, que é a renegociação de contratos de exploração de petróleo e outras riquezas, aproveitando a fragilidade financeira gerada. O mecanismo é normalmente

---

<sup>54</sup> David Korten – *When Corporations Rule the World* – publicado no Brasil pela editora Futura, com o título *Quando as corporações regem o mundo*.

apresentado como ajuda aos países pobres, e estes em geral não têm a liberdade de recusar o abraço amigo.<sup>55</sup>

Outro estudo muito interessante nos vem de Joel Bakan, *The Corporation: the pathological pursuit of profit and power*.<sup>56</sup> O autor parte de uma coisa evidente mas esquecida: a lei que cria a “pessoa jurídica” se destinava a proteger pessoas, mas foi ampliada para empresas, que passaram a gozar de direitos como se fossem seres humanos. Naturalmente, como diz o autor, enquanto uma pessoa física pode ser colocada atrás das grades, isto não acontece com uma pessoa jurídica. E uma pessoa jurídica, com muito dinheiro, inúmeros advogados, controle de mídia e o autofinanciamento permanente do exercício do poder – através do que pagamos ao comprar os seus produtos, pagar os seus juros ou utilizar os seus *softwares* – adquire gradualmente um grande poder. Mas enquanto uma pessoa física tem diversas facetas, interesses diversificados, preocupações éticas, por lei a corporação tem como obrigação apenas maximizar lucros, satisfazendo assim os seus acionistas.<sup>57</sup>

Gera-se assim uma pseudo-pessoa, com zero de escrúpulos, e imenso poder. As formas como as corporações passam a nos dominar são examinadas com os mesmos critérios que a saúde utiliza para classificar psicopatas: desinteresse pela sociedade, ausência de sentimentos éticos e assim por diante. Um grupo de pessoas teve a idéia de fazer deste livro um filme, que constitui uma inovação metodológica interessante: em vez de lermos no livro, em parágrafos entre aspas, o que Peter Drucker tem a dizer sobre determinado problema, a citação passa a ser audiovisual, e vemos Peter Drucker explicar a sua opinião na tela. O conjunto de opiniões, agrupado por “capítulos” cinematográficos, termina por constituir um excelente documento científico sobre o comportamento das corporações. Os argumentos se contam por imagens e falas, e não por páginas. O resultado é extremamente convincente, são as pessoas que estão alí falando, e aponta para uma forma mais dinâmica e viva de escrevermos as nossas pesadas obras de ciência econômica.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> John Perkins – *Confessions of an Economic Hit Man* – Berrett-Koehler, San Francisco 2004 – A edição brasileira é da Cultrix, e o título lamentavelmente traduzido como “Confissões de um assassino econômico” faz pensar num 007 irresponsável, quando se trata de uma obra séria. Tornou-se um best-seller nos EUA; uma resenha de página inteira pode ser encontrada na Folha de São Paulo de 2 de abril 2006. Prudente ou imprudente, Perkins levou quase duas décadas a se decidir a publicar o seu relato.

<sup>56</sup> Joel Bakan – *The Corporation: The Pathological Pursuit of Profit and Power* – Ree Press, New York, 2004

<sup>57</sup> Uma frase que circula nos meios corporativos, que na intimidade não têm papas na língua, é eloquente: “A corporação não tem coração para sentir nem c...na reta”. I. Sachs, de maneira mais educada, diz que o mercado é como o rinoceronte: tem pele grossa e vista curta. Boaventura de Souza Santos sugere que exigir de uma corporação que seja verde é como exigir de um tigre que seja vegetariano. As imagens são várias, mas o fato gerador é o mesmo: a desresponsabilização generalizada.

<sup>58</sup> O filme científico *The Corporation* está disponível em [www.thecorporation.com](http://www.thecorporation.com) no original e em português nos sites de livrarias. Tem duração de duas horas e 20 minutos. É uma obra prima, excelente material para aulas.. Peter Drucker não ganhou o prêmio de melhor ator coadjuvante, mas o Oscar atribuído ao filme *Uma verdade inconveniente*, de Al Gore, e a *Trabalho Interno* de Charles Ferguson mostra a forte subida de formas de expressão inteligente e não elitizada da nova ciência econômica, complemento cinematográfico à *Rede de Poder Corporativo Mundial* que vimos acima.

Apesar do permanente assédio publicitário das grandes corporações, a dimensão ilegal das atividades corporativas está gradualmente vindo à tona. Uma leitura interessante nesta linha é *A economia cidadã*, de Henri Rouillé D’Orfeuill: “Paraísos fiscais que desempenham o duplo papel de econderiço legal para os capitais que procuram se subtrair às obrigações fiscais e sociais e de interface com a economia do crime, cujo ‘produto anual bruto’ é avaliado em 1 trilhão de dólares pelo FMI, de 2 a 5% do PIB do planeta – as avaliações são difíceis – passam assim pelos lavadores, que limpam o dinheiro sujo. François-Xavier Vershave, que estudou alguns desses circuitos, gosta de declarar que ‘logo apenas os pobres e os imbecis pagarão impostos’...O magistrado Jean de Maillard faz também um julgamento claro e límpido: ‘Esta mundialização da economia criminosa acompanha-se de uma criminalização da economia mundial, e as duas tendências tendem agora a uma lógica comun. A fusão entre a economia legal e a economia criminosa parece, portanto, atualmente realizada’”.<sup>59</sup>

David Korten, Joel Bakan, John Perkins – entre tantos outros – são autores que estudam o poder das empresas transnacionais mas não elaboram teorias gerais: antes estudam o que acontece, e de que forma, enriquecendo a base de informação com dados empíricos. Gradualmente, aparecem regularidades, contradições e tendências. Desenham-se assim esboços de teorias, que terão de ser confrontadas com outros estudos empíricos, outras análises setoriais.

As visões, uma vez mais, serão contraditórias: capitães da corporação apontarão para as tecnologias, a eficiência, o poder criativo. Outros apontarão para os desastres ambientais, a concentração de renda, o desemprego, a manipulação informativa, o poder destrutivo. A contradição não se resolve de dentro da esfera econômica, mas introduzindo a visão mais ampla: qualquer poder sem controle tende a degenerar. A ciência econômica tem de se ver como uma pedra a mais de um mosaico que só se torna compreensível na sua dimensão mais ampla. O argumento básico, no conjunto, é claro: surge um amplo poder político, mas com cara econômica, e portanto não submetido a controles políticos, pois seria controlado pelas “forças do mercado”. Na realidade, não é controlado por força nenhuma. Democracia, dizem estas empresas, só lá fora. A democracia tem de parar na porta da empresa?

---

<sup>59</sup> Henri Rouillé D’Orfeuill – *Economia Cidadã: alternativas ao neoliberalismo* – Editora Vozes, Petrópolis, 2002, p. 38 – Note-se que os nossos banqueiros não são nem pobres nem imbecis. Jean de Maillard, citado acima, é um juiz francês que investiga os fluxos financeiros ilegais, e elaborou um interessante atlas do dinheiro: *Un Monde Sans Loi: la criminalité financière en images*, Ed. Stock, Paris, 1998, 140 p. O livro é dedicado a 26 magistrados assassinados ao pesquisar este tipo de fluxos financeiros. Decididamente, não é um mundo de *Alice no País das Maravilhas*. Em reunião que tivemos com de Maillard na França, ele explicava que um dos principais problemas da repressão à criminalidade econômica, é que nunca há uma fronteira límpida entre um criminoso e um empresário, e sim uma gradual variação de densidade criminosa, desde o grande empresário que “poderia não saber” até a linha de frente da corrupção, passando pelo advogado que monta as aparencias de legalidade das fraudes. Joel Bakan, no livro mencionado, elaborou uma lista dos processos criminais e condenações da General Electric. Jack Welch, ex-presidente da empresa, no seu clássico chapa-branca *Straight from the Gut*, que se encontra em qualquer livreria de aeroporto no Brasil, menciona a palavra ética a cada três páginas. Não menciona nenhuma fraude.

## 7 - A teoria do consumo

Voltemos ao eixo metodológico que estamos seguindo neste pequeno ensaio. Não se trata de uma revisão teórica no sentido de analisar as grandes escolas de pensamento, e de buscar como a realidade nelas ainda encontra potencial explicativo. Trata-se de partir dos eixos de maior impacto estrutural, como o poder das empresas transnacionais, ou a financeirização das economias e assim por diante para, seguindo de forma solta idéias que nos sugeriram leituras de Celso Furtado, e particularmente o seu ensaio “*Em busca de novo modelo*”, ir identificando assim eixos de análise que se desenham na literatura econômica.

Não se trata de subestimar os clássicos. Estes merecem ser estudados, mas no quadro de referência que lhes deu vida, o que exige um bom conhecimento histórico da realidade que buscaram explicar. Puxar citações de grandes mestres, sem se dar ao trabalho de demonstrar a que ponto uma idéia continua válida no contexto atual, constitui apenas um empréstimo de autoridade. “Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros (não-econômicos), que se definem e evoluem num contexto histórico, não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos de seu quadro histórico”.<sup>60</sup>

A ciência econômica, num contexto que se transforma, tem de se transformar. “O valor do trabalho de um economista, como de resto de qualquer pesquisador”, escreve Celso Furtado, “resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto”. Afastando-se assim do consenso, o economista “perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia”, e “perderá em pouco tempo a reverência diante do que está estabelecido e compendiado”.<sup>61</sup>

Este ponto clarificado, queremos aqui abordar outro “eixo da realidade”, que é o consumo. “Ao consumidor, nos diz Furtado, cabe um papel essencialmente passivo. Sua racionalidade consiste em responder ‘corretamente’ a cada estímulo a que é submetido...O indivíduo pode reunir em torno de si uma miríade de objetos sem ter em nada contribuído para a criação dos mesmos. A invenção de tais objetos está subordinada ao processo de acumulação, que encontra na homogeneização dos padrões de consumo uma poderosa alavanca”. O resultado é que o homem deixa de ser sujeito do processo; no quadro da “racionalidade instrumental”, “o homem é aí identificado como objeto suscetível de ser analisado e programado”.<sup>62</sup>

O anti-texto ideal neste ponto é evidentemente o trabalho de Milton Friedman, da escola de Chicago, que com a ousadia de quem não tem contas a prestar à realidade, mas à corporação, escreveu, com a amável colaboração da esposa Rose, o clássico *Free to Chose*, um tributo à liberdade de escolher do sistema. Sempre achei que Friedman deve a

<sup>60</sup> C Furtado – *Em busca...*op. cit. p. 72

<sup>61</sup> C. Furtado – *Capitalismo Global*, p. 10

<sup>62</sup> C. Furtado – *Em busca...*op. cit. p. 60 e 61

sua fama e o seu pseudo-nobel muito pouco à coerência do seu pensamento, e muito mais ao fato de divulgar idéias que defendem o sistema. O sistema pode ser generoso.<sup>63</sup>

John K. Galbraith, seguramente, não é do “sistema”. Além disto, escreve magistralmente. Antigamente, este magistralmente implicaria em frases complexas e expressões rebuscadas. No deserto estilístico da ciência econômica contemporânea, implica sobretudo escrever de maneira simples e direta. Ao ler *A Economia das Fraudes Inocentes*, sentimos na leitura o prazer que Galbraith claramente teve ao escrever. É o prazer de deixar as idéias bem arrumadas, como contemplamos com gosto um trabalho bem feito.

O poder corporativo se veste de maneira respeitável. A corporação deixa de ser um monopólio ou oligopólio capitalista, passa a chamar-se “mercado”.<sup>64</sup> A versão oficial que se contruiu em torno deste mercado, segundo Galbraith, cabe em um parágrafo: “No sistema de mercado, sustenta-se que o poder de última instância, repetimos, está na mão daqueles que compram ou decidem não comprar; assim, com algumas qualificações, o poder de última instância é o do consumidor. A escolha do consumidor dá forma à curva da demanda. Tal como o voto dá autoridade ao cidadão, assim na vida econômica a curva da demanda confere autoridade ao consumidor”. O mecanismo fica bem claro, mas tem o defeito de não corresponder à realidade.<sup>65</sup>

A realidade é o que Galbraith chama de “sistema corporativo”, que se apoia no monopólio ou no oligopólio, e centraliza drasticamente o poder econômico no mundo da grande empresa, corroendo o espaço da concorrência, deixando o consumidor sem opções. Por outro lado, o gigantesco sistema de manipulação do consumidor através da publicidade leva a que seja o próprio sistema corporativo que define o perfil da demanda. Dentro da corporação, por sua vez, o poder não é mais diluído entre um grande número de acionistas, mas concentrado na burocracia corporativa, evidenciada entre outros pelas remunerações astronômicas que atribuem uns aos outros. Como a oligopolização permite manipular os preços, incorpora-se neles os custos de construção de marca e de imagem

---

<sup>63</sup> Milton and Rose Friedman, *Free to Chose*, Harvest Books, New York, 1990 – Existe tradução em português de Portugal.

<sup>64</sup> É importante introduzir aqui uma distinção. Originalmente, quando falamos em mercado na ciência econômica, nos referimos aos mecanismos de concorrência que permitem que milhares de agentes econômicos compitam em pé de igualdade no espaço de trocas comerciais. Como esta visão é simpática, por implicar mecanismos democráticos, os grandes grupos econômicos passaram a apropriar-se do termo, e hoje “mercado” se refere cada vez mais ao grupo de poderosas corporações que dominam o mercado, substituindo a concorrência impessoal por mecanismos de controle, o chamado “managed market”. Mais recentemente ainda, com a força dos grupos de especulação financeira, “mercado” passou a designar o núcleo de grandes investidores institucionais. É o que hoje entende a imprensa especializada, quando informa por exemplo, frente a uma volatilidade maior do câmbio, que “o mercado está nervoso”. Trata-se em geral do nervosismo de meia dúzia de grupos financeiros.

<sup>65</sup> John Kenneth Galbraith – *The Economics of Innocent Fraud: truth for our time* -Houghton Mifflin Cy., New York, 2004, 62 p. – No Brasil, editado pela Companhia das Letras, São Paulo, 2004. Utilizamos o original inglês, com tradução livre de L.D. - “In the market system the ultimate power, to repeat, is held to be with those who buy or choose not to buy; thus, with some qualifications, the ultimate power is that of the consumer. Consumer choice shapes to the demand curve. As the ballot gives authority to the citizen, so in economic life the demand curve accords authority to the consumer... Economics as taught and believed lags well behind the reality in all but the business schools”. (p. 12 e 13)

corporativa, fechando o círculo. O mecanismo de livre concorrência foi substituído por um mecanismo de poder.

Em outro estudo, Galbraith é ainda mais explícito, comentando que o conceito de capitalismo saiu de moda: “A referência aprovada agora é o sistema de mercado”. Em vez de proprietários de capital, “temos o personagem admiravelmente impessoal chamado de ‘forças do mercado’. Seria difícil pensar numa mudança de terminologia mais coincidente com os interesses daqueles a quem o dinheiro dá poder. Eles agora passam a dispor de um anonimato funcional”.<sup>66</sup>

Na visão de Galbraith, outra fraude se dá na interpretação da conjuntura macroeconômica. “A falsa e favorável reputação do FED (banco central americano) tem sólidos fundamentos: há o poder e o prestígio dos bancos e dos banqueiros, e o poder mágico que se atribui à moeda. Estes estão juntos e apoiam o Federal Reserve e os seus membros – ou seja, os bancos que lhe pertencem. No caso de recessão a taxa de juros é reduzida pelo banco central, os bancos que são membros devem repassar a taxa reduzida para os seus clientes, encorajando-os assim a pedir empréstimos. Os produtores então produzirão bens e serviços, vão poder agora comprar plantas industriais e maquinaria, com os quais ganharão dinheiro, e o consumo financiado por empréstimos mais baratos aumentará. A economia responderá, a recessão acabará. Se então se produz um “boom” com ameaça de inflação, um custo maior do crédito também promovido pelo Federal Reserve e imposto aos bancos membros elevará as taxas de juro. Isso restringirá o investimento empresarial e o empréstimo para consumo, reduzirá o otimismo excessivo, equilibrará os preços, protegendo-nos da inflação”.<sup>67</sup> A dificuldade, nos diz Galbraith, “é que este processo altamente plausível, e com o qual se concorda amplamente, existe apenas na crença econômica bem estabelecida, e não na vida real”.

“Na realidade, nos diz o autor, as taxas de juros são um detalhe quando as vendas são más. Empresas não pedem empréstimos nem expandem uma produção que não tem como ser vendida...O que fica é um fato: quando os tempos são bons, taxas mais elevadas de juros não reduzem o investimento empresarial. Não importam muito; a perspectiva de um lucro maior é o que conta. E na recessão ou na depressão, o fator de controle é uma perspectiva de lucros baixos.”<sup>68</sup> Segundo Galbraith, “o único remédio totalmente confiável para a recessão é um sólido fluxo de demanda de consumidor.”<sup>69</sup> E a melhor maneira de assegurar este fluxo, não é reduzir os impostos dos ricos, que poupam e especulam, mas é aumentar a renda dos mais pobres, que consomem.

---

<sup>66</sup> J. K. Galbraith – *Free Market Fraud* – The Progressive, Jan. 1999, 63 (1); in Marjorie Kelly, *The Divine Rights of Capital*, Berrett-Koehler, New York, 2001, p. 76 – No original: “The approved reference now is to the market system...Instead of capital owners in control, we have the admirably impersonal role of market forces. It would be hard to think of a change in terminology more in the interest of those to whom money accords power. They have now a functional anonymity”.

<sup>67</sup> Galbraith, op. cit. p. 44

<sup>68</sup> Idem, p. 45 e 47

<sup>69</sup> id.em, p. 61 – “The one wholly reliable remedy for recession is a solid flow of consumer demand”...”The needful are denied the money they will surely spend. The affluent are accorded the income they will almost certainly save”.

Vivemos assim no reino da fantasia científica: “A ciência econômica e os sistemas econômicos e políticos mais amplos cultivam a sua própria versão da verdade. Esta última não tem necessariamente relação com a realidade”.<sup>70</sup>

O que resta da teoria do consumo, central na visão tradicional da ciência econômica, se o financiamento se orienta por critérios especulativos e não de fomento econômico, se as empresas não precisam competir por preços cada vez mais administrados por oligopólios, se o consumidor não tem informação ou é demasiado bombardeado por mensagens publicitárias para ter uma opção de consumo racional, e se a capacidade reguladora do Estado se torna irrelevante frente ao processo de globalização? Pouca coisa, naturalmente, e o fato vai se refletir na deformação absurda das prioridades do desenvolvimento econômico.<sup>71</sup>

*O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1998* examina os problemas do consumo sob a ótica das necessidades das pessoas, o que constitui uma inovação ousada. A visão é essencialmente uma chamada para a realidade: “O mundo tem recursos mais do que suficientes para acelerar o desenvolvimento humano para todos e para erradicar as piores formas de pobreza do planeta. Fazer avançar o desenvolvimento humano não é uma tarefa exorbitante. Por exemplo, estimou-se que o total adicional de investimento anual necessário para atingir acesso universal aos serviços sociais básicos seria de aproximadamente \$40 bilhões, 0,1% da renda mundial, pouco mais do que um arredondamento estatístico. Isto cobre a conta da educação básica, saúde, nutrição, saúde reprodutiva, planejamento familiar e acesso a água e saneamento para todos”.<sup>72</sup>

Sob o título de “As prioridades do mundo?”, e a título ilustrativo, o Relatório compara necessidades não cobertas por falta de recursos, e recursos de prioridade duvidosa. Por exemplo, o investimento anual suplementar para assegurar educação básica para todos seria de \$6 bilhões, que não se conseguem, enquanto se gastam \$8 bilhões em cosméticos nos EUA; para assegurar água segura e saneamento para todos, seriam necessários \$9 bilhões, e se gastam na Europa \$11 bilhões em sorvete; saúde reprodutiva universalizada exigiria 12 bilhões suplementares por ano, o mesmo que se gasta em perfumes na Europa e nos EUA; saúde e nutrição básicas para todos exigiria \$13 bilhões suplementares por ano, e se gastam \$17 em ração para animais de estimação na Europa e Estados Unidos. Além disso, gasta-se \$35 bilhões em entretenimento para executivos no Japão, \$50 bilhões em cigarros na Europa, \$105 bilhões em bebida alcoólica na Europa, \$400 bilhões em narcóticos no mundo, e \$780 bilhões em despesas militares no mundo.<sup>73</sup>

---

<sup>70</sup> Idem, p. x - “Economics and larger economic and political systems cultivate their own version of truth. This last has no necessary relation to reality”.

<sup>71</sup> Um excelente estudo do impacto cultural do consumismo pode ser encontrado em *O Estado do Mundo 2010*, do World Watch Institute, disponível no site do Akatu no link <http://bit.ly/9JnEDk>

<sup>72</sup> - UNDP – *Human Development Report 1998*, New York, 1998, p. 37

<sup>73</sup> - id. ibid., p. 37, tabela 1.12 ; O fato que estas cifras precisariam ser atualizadas não nos preocupa muito aqui, pois trabalhamos com uma visão ampla. Quando muito, os números pioram, como é o caso dos gastos militares que ultrapassaram 1,5 trilhão de dólares em 2009, isto que a guerra fria acabou. A deformação das prioridades está diretamente ligada à governança: produzir e vender cosméticos é simples, o dinheiro volta para a empresa que expande a produção; “produzir” educação é mais complexo, exige um conjunto de políticas sociais, impostos, sistemas de avaliação e assim por diante. Terminamos fazendo o que é mais fácil, não o que é mais importante.

Assim a simultânea degradação da capacidade reguladora do mercado (no sentido de mecanismos efetivos de concorrência) e redução da capacidade de planejamento do Estado, levam a uma deformação do consumo. E quando o interesse final do consumidor não é mais determinante, os processos produtivos se deformam. O mundo que herdamos deste processo é cada vez mais surrealista. O que está acontecendo, na realidade, é que estamos aplicando a uma realidade nova sistemas de regulação ultrapassados. Explica-se por mecanismos de mercado, teoricamente objetivos e democráticos, dinâmicas que pertencem a mecanismos articulados de poder, que geram por sua vez uma cultura surrealista de comportamento econômico que tem muito pouco a ver com o que queremos da nossa vida.

Por outro lado, os nossos gastos são cada vez menos de compra de um produto e cada vez mais de adesão a um direito de acesso, como no plano de saúde, na telefonia, na TV a cabo, no condomínio e tantos outros sistemas de consumo onde a nossa escolha é extremamente limitada.<sup>74</sup> A urbanização levou a uma expansão do consumo coletivo que também envolve poucas opções. Somos clientes de um banco porque a nossa empresa fez um acordo de lhe “fornecer” determinado número de contas de funcionários, e não porque o escolhemos, e a cartelização torna inclusive as opções pouco diferenciadas. O conhecimento constitui uma mercadoria entre aspas, pois só se torna fonte de lucro se uma empresa puder limitar o acesso e cobrar pedágio sobre o seu uso. São novas realidades. E o que é o capitalismo quando o elemento regulador principal que seria a demanda final deixou de exercer este papel?

À medida que os mercados – no sentido original de mecanismo regulador democrático de inúmeros agentes econômicos – deixam de operar, o sistema evolui para subsistemas diferenciados de articulação organizada de interesses, variando segundo os setores, as regiões e culturas econômicas herdadas. E para entender estes subsistemas, precisamos de estudos empíricos inovadores. O mercado apropriado pelos grandes grupos é cada vez menos democrático, e na realidade cada vez menos mercado.

Na era das corporações, quando a economia deixa de ser regida por leis de concorrência de mercado, e tampouco é regida pelas leis da política – o planejamento continua sendo visto como uma “ingerência” no sistema privado - gera-se um espaço desgovernado. Inclusive, quando há planejamento, a sociedade pode discutir as opções, em vez de enfrentar fatos consumados, condição básica de processos econômicos mais democráticos.

### **8 - O assédio comercial**

Na ausência de sistemas adequados de regulação, e em particular com a erosão da capacidade reguladora do mercado, passa a imperar o vale tudo onde quem ganha é quem tem simplesmente maior tamanho, maior capacidade de compra de tempo de publicidade, um bolso mais fundo para enfrentar a guerra. Sempre nos ensinaram que a competição é boa. Há uma condição tácita, por trás do argumento, segundo a qual as empresas estariam competindo para nos servir melhor, e em pé de igualdade. Pensar que algumas empresas competem para melhor se servir não seria correto?

---

<sup>74</sup> Ver em particular o excelente *A Era do Acesso*, de Jeremy Rifkin, que detalha a mudança em curso..

A simples guerra entre empresas não é necessariamente feita para o nosso bem. Cada vez mais nos perguntamos qual o papel real que desempenhamos no processo. Quando depois de meia hora gasta no telefone tentando chegar a um ser humano que nos atenda e resolva o nosso problema, o telefone de repente dá ocupado, ficamos apenas com uma frase decorada, de tanto ouvida: “A sua ligação é muito importante para nós”. E como as pessoas são levadas frequentemente a abusos escabrosos de linguagem quando uma empresa terceirizada finalmente nos atende, um aviso antecede o atendimento personalizado: “Para a sua segurança, esta ligação está sendo gravada”. Para a nossa segurança, naturalmente.

O nosso relacionamento diário envolve contatos com empresas ou pessoas com quem não temos interesses pessoais, mas interesses econômicos. Trata-se das pequenas negociações do nosso cotidiano. Mas crescentemente, nos sentimos como guerrilheiros de estilingue na mão, enfrentando os canhões de gigantes empresariais que têm frotas de atendentes terceirizados e poderosas empresas de advocacia.

As novas tecnologias permitem que façamos coisas à distância: a comunicação traz e leva as nossas tarefas instantaneamente, quando antigamente tínhamos que nos deslocar junto com os papéis e as informações. Esta nova cultura é extremamente positiva, e está penetrando rapidamente nos procedimentos burocráticos. No entanto, quando sistemas oligopolizados como bancos, telefonia ou outros se apropriam do processo, é o próprio consumidor que passa a ser terceirizado. Em artigo divertido, o muito conservador *The Economist* comenta: “Muitas pessoas se queixam de empresas que terceirizam o trabalho para países de baixos salários: mas quantos notam que as empresas estão crescentemente terceirizando o trabalho para os seus próprios consumidores?... Quem já não se viu pego em séries intermináveis de menus numéricos? – isto pode deixar clientes furiosos e aliená-los. No seu desejo de cortar custos, muitas empresas dificultam deliberadamente o acesso a um operador humano”.<sup>75</sup> A linha cai quando você está *quase* chegando até quem poderia resolver o seu problema.

Temos escolha? O artigo do *The Economist* constata que na medida em que todos os bancos adotam o sistema, o consumidor não tem como “votar com os pés” indo para outro banco. E as diversas instituições estão crescentemente penalizando o acesso personalizado, mesmo via telefone. Não há notícias de bancos reduzirem as tarifas. Passamos a pagar por um serviço que nós mesmos fazemos. Segundo a revista, “você talvez não o tenha notado, mas você agora está trabalhando também para o seu banco ou companhia telefônica”. No exemplo apresentado, “o auto-serviço online pode reduzir o custo de uma transação até um mínimo \$0,10, comparado com \$7 para fazer a mesma transação num *call centre*”.<sup>76</sup>

As fúrias com a publicidade não solicitada nos nossos computadores refletem igualmente o sentimento de impotência crescente que sentimos. As empresas de publicidade acham que sai mais barato. As ruas da nossa cidade vão gradualmente sendo cobertas de outdoors, massacrando-nos com imagens não solicitadas. Há algum limite ético? Outro artigo de *The Economist* relata a guerra da Coca-Cola, Pepsi e outros contra a água e o

<sup>75</sup> *The Economist*, september 18th 2004, p. 16

<sup>76</sup> *The Economist* – página 16 do encarte sobre tecnologia no mesmo número: *Technology Quarterly*.

leite nas escolas: em troca da instalação de máquinas de venda de refrigerantes, as escolas ganham bolsas, software, equipamento de esporte e mais.<sup>77</sup>

É interessante ver outra dimensão deste cruzamento do poder econômico centralizado da corporação com a capilaridade das novas tecnologias. Quando o computador de uma empresa pode enviar, praticamente sem custos, 10 milhões de mensagens que chegam ao nosso domicílio ou escritório, as relações econômicas mudam. Inclusive, o mesmo mecanismo permite, por exemplo, acrescentar uma pequena taxa ao que estamos pagando, sem que o notemos. A revista americana *Business Week*, ao fazer um relatório especial sobre o assunto, concluiu que os Estados Unidos, que eram *Land of the Free*, estão se tornando rapidamente *Land of the Fee*, terra das cobranças enrustidas (“*hidden charges*”).<sup>78</sup>

O artigo mostra por exemplo como a empresa AT&T, ao acrescentar uma módica “taxa de avaliação regulatória” de 99 centavos por mês na conta dos seus clientes de chamadas à distância, levantou algo como 475 milhões de dólares. Cobranças discretas aos consumidores que pagam as suas contas *online* trazem aos bancos lucros estimados em US\$2 bilhões. Segundo o artigo, “as empresas não podem elevar os preços sem perder negócios, então elas estão enterrando taxas mais elevadas nas ‘letrinhas’ (*fine print*)”. Segundo Stephen Brobeck, diretor da Consumer Federation of America, “é muito mais fácil elevar os preços através de taxas obscuras e de sobrecargas do que elevar os preços de venda”. Um juiz da Corte Superior da Califórnia obrigou MasterCard e Visa a restituir \$800 milhões pela cobrança de taxas escondidas sobre compras feitas em moeda estrangeira. O artigo considera que “a cobrança de taxas está descontrolada. Um dos piores violadores é a indústria de telecomunicações, que faz publicidade de planos baratos de chamadas à distância, e joga encargos extra que acrescentam 20%, em média, na conta do celular dos clientes.”

A ética dominante do “todo mundo faz” predomina: o porta-voz da AT&T explica que “se você publica tarifas mais altas baseadas em suas despesas, e os seus competidores publicam tarifas mais baixas, mas acrescentam várias taxas em baixo da página, o que você vai fazer?” O relatório da *Business Week* constata ainda que “ninguém consegue vencer a indústria do cartão de crédito em sua capacidade de inventar taxas”. A lista da bandidagem é ampla, envolvendo inúmeras grandes coporações. Estes pequenos roubos legais envolvem por exemplo os momentos de relaxamento descuidado como no aluguel de um filme na Blockbuster. As empresas aéreas descobriram que podem inventar multas

<sup>77</sup> The Economist, December 13 2003, p. 15 “*Survey of Food*”. É interessante constatar que a indignação crescente está começando a dar frutos. A Coca-Cola deixou de vender refrigerantes em escolas primárias da Bélgica. O diretor local de comunicação da Coca-Cola, Tom Delforge, explicou que “há dois anos, a empresa introduziu um novo código de conduta no qual se estabelece que uma escola não é um ambiente comercial”. Isto vale apenas para a parte francófona da Bélgica, e apenas para escolas primárias. *Folha de São Paulo*, 5 de janeiro de 2005. Nos Estados Unidos, a American Beverage Association decidiu em maio de 2006 a progressiva retirada da Coca-cola, Pepsi e Schweppes das escolas, segundo New Scientist de 13 de maio de 2006. Para uma avaliação mais ampla do processo, ver o artigo *Resgatando a Importância da Informação Publicitária*, de Helio Silva e Ladislau Dowbor, Meio& Mensagem, 9 de maio de 2005, p. 49 [www.meioemensagem.com.br](http://www.meioemensagem.com.br)

<sup>78</sup> Business Week, September 29, 2003, Cover Story – “*Fees! Fees! Fees! Unable to raise prices, companies are hitting consumers with hundreds of hidden charges. That’s creating stealth inflation and fueling a popular backlash.*”

porque o passageiro teve de mudar o horário do voo, além de atrair passageiros prometendo milhas para as quais nem sempre há lugar. Trata-se quase sempre de pequenos achaques sobre gastos maiores, e o consumidor suspira mas paga.<sup>79</sup> O sentimento de raiva e indignação (*outrage*) levou nos Estados Unidos ao surgimento de inúmeras instituições da sociedade civil. Mas a briga é difícil, pois o cidadão comum não tem tempo ou recursos para enfrentar empresas terceirizadas de uma grande corporação, que dispõe de serviços de advocacia permanentes para se defender (ou ameaçar), de empresas de cobrança que calculam riscos e benefícios, e de empresas de relações públicas que amaciam o consumidor. Quando a situação se torna crítica, contratam campanhas milionárias de “imagem” para desviar a pressão, atividade que já se tornou um lucrativo setor empresarial. As instituições que tentam defender o consumidor enfrentam esta ofensiva com dificuldade<sup>80</sup>

O resultado geral, é que quando juntamos várias transformações econômicas como a formação de um universo de gigantes corporativos, a cartelização que permite manipular os preços, a generalização da publicidade invasiva que modela às nossas custas o nosso perfil de consumo, a facilidade da entrada da corporação dentro da nossa casa através do nosso computador, cobrando pequenas taxas sobre tudo o que fazemos e inclusive se mantendo informada sobre o que fazemos através dos “cookies” inseridos, tudo isto gera um universo novo, onde os conceitos tradicionais se tornam pouco convincentes. A informação sobre o processo é escassa, pois se trata de corporações que a mídia comercial considera como clientes, compradoras de espaço publicitário. É um *sistema* novo que exige da nossa parte a reformulação de numerosas categorias tradicionais, e sobretudo o acúmulo de estudos empíricos que nos permitam avanços teóricos mais próximos da realidade.

Celso Furtado coloca o consumo como fator central da cadeia de causalidades que modela o sistema que nos rege, e mostra que no nosso caso, de economias menos desenvolvidas que adotam costumes dos ricos, a deformação se torna mais grave: “A adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos explica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional. A variável independente é, em última instância, o fluxo de inovações nos padrões de consumo que irradia dos países de alto nível de renda. Ora, esse mimetismo cultural tem como contrapartida o padrão de concentração de renda que conhecemos. Para liberar-se dos efeitos desse imperativo cultural perverso, faz-se necessário modificar os padrões de consumo no quadro de uma ampla política social, e ao mesmo tempo elevar substancialmente a poupança, comprimindo o consumo dos grupos de elevadas rendas.”<sup>81</sup>

O círculo lógico se fecha. Se as grandes corporações podem modelar o consumo, satisfazer o consumidor muda de sentido. Na realidade, somos nós que passamos a

---

<sup>79</sup> A escala de ação que as novas tecnologias permitem tornou-se aqui essencial. Uma corporação, com dezenas de milhões de clientes, pode diluir pequenas taxas de forma extremamente barata – uma inserção no sistema – e os clientes normalmente não irão reparar, ou não têm como perder tempo com cada variação nas inúmeras contas..

<sup>80</sup> O relatório do Business Week cita como exemplos [www.saveonphone.com](http://www.saveonphone.com) , [www.ripoffreport.com](http://www.ripoffreport.com) , [www.complaints.com](http://www.complaints.com) e outros. No Brasil, o IDEC presta serviços importantes [www.idec.org.br](http://www.idec.org.br)

<sup>81</sup> Celso Furtado – O capitalismo global – Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1998, p. 60

satisfazer as empresas. Um “plano-executivo” de saúde oferece atendimento numa casa luxuosa, com poltronas caras e recepcionistas cheirosas. E o serviço médico é abaixo da crítica, não por culpa dos médicos, mas porque regulado pelo *just-in-time* da lógica financeira aplicada à saúde. As pesquisas de marketing indicam que o cliente com problemas de saúde se sente desprotegido, inseguro: vamos lhe dar a impressão de entrar num hotel de várias estrelas. Quanto ao tratamento, que é mais caro do que as mocinhas, não é este que traz clientes. O serviço de saúde se torna assim indústria da doença, por simples racionalidade do lucro.

Há uma nova geração de estudos do consumo. Não se trata de um tema novo, evidentemente. Vale sempre a pena reler o suavemente sarcástico Thorstein Veblen, que já escrevia sobre o consumo ostensivo em 1899: “Já que o consumo destes bens de luxo é uma prova de riqueza, torna-se honorífico. Da mesma forma, o fato de não os consumir na devida quantidade e qualidade constitui uma marca de inferioridade e demérito”.<sup>82</sup> Temos também os estudos de Wright Mills, Vance Packard, a escola de Frankfurt e outros. Mas trabalhos como os de Robert Kuttner, ou de Juliet Schor, trazem uma visão da expansão qualitativamente nova desta invasão comercial. Henrique Rattner traz no seu recente *O Resgate da Utopia*, uma frase simples: “o mundo não é uma mercadoria”. A frase traduz bem este sentimento difuso que todos temos de ruptura de limites.<sup>83</sup>

A apresentação do livro de Kuttner resume o enfoque, ao denunciar “a corrente de argumentos circulares e de modelos matemáticos complexos que ignoram as condições do mundo real e desconsideram valores e objetivos que não podem ser facilmente transformados em *commodities*. Acontece que estes valores e objetivos constituem o que os americanos ainda consideram parte integral da identidade nacional: justiça, liberdade, fé, lazer, família, caridade, amor”. Ao concentrar os nossos esforços nas “*commodities*”, na visão das pessoas como consumidores e não como cidadãos, o sistema aprofunda a eficiência na produção de coisas inúteis. Como o processo é regido não pelas necessidades das pessoas mas pela capacidade de compra, aprofundam-se as desigualdades. E as desigualdades geram, além de perda de qualidade de vida para todos, uma baixa produtividade sistêmica. Assim, a eficiência micro-econômica gera ineficiência macroeconômica: “As consequências sociais negativas da desigualdade ultrapassam de longe os ganhos de eficiência alocativa”.<sup>84</sup>

Juliet B. Schor é uma pesquisadora bem organizada. Escreveu um livro de grande impacto internacional, *The Overworked American*, em que analisou como os americanos se relacionam com o trabalho. O fato é que os americanos realmente passaram a viver

<sup>82</sup> Thorstein Veblen – *The Theory of the Leisure Class* - Dover Publications, New York, 1994, p. 46

<sup>83</sup> Henrique Rattner – *O resgate da utopia: cultura, política e sociedade* – Palas Athenas, São Paulo, 2005, p. 196 - *The Economist* apresenta um balanço da economia da fé, e a expansão do que os americanos chamam de “*passion dollars*”: “A reconciliação entre a América evangélica e a Disney é o último exemplo de uma tendência maior, – a reconciliação entre a América religiosa e a América corporativa. Muitas das maiores empresas de mídia da América estão entrando no mercado religioso.” Você pode comprar livros dietéticos que explicam “o que Jesus comeria?”. Comentando que “as grandes corporações só recentemente descobriram Deus”, o artigo analisa a força de Rupert Murdoch, da Random House, da Time-Warner, Sony e outros. O “*profit motive*” virou “*prophet motive*”. É o vale-tudo geral. *The Economist*, December 3rd 2005, p. 61

<sup>84</sup> Robert Kuttner – *Everything for Sale: the virtues and limits of markets* – Alfred A. Knopf, New York, 1998, p. 86 – No Brasil, *Tudo à Venda* – Cia. Das Letras, São Paulo, 1998

para o trabalho, ostentando por exemplo – e com orgulho – tempos de férias e de lazer que ficam léguas atrás do que se conhece em outros países. É uma vantagem? Afinal vivemos para quê?

Tendo constatado que o americano se tornou literalmente escravo do seu trabalho – o filme *American Beauty* vem naturalmente à memória – Schor fez outra ampla pesquisa para ver se pelos menos o que o americano faz com o dinheiro compensa o esforço. Este segundo livro, *The Overspent American*, analisa tanto o consumo obsessivo, como a angústia das famílias americanas, permanentemente endividadas pelas compras que fazem, e que gastam 18% da sua renda com o serviço das dívidas contraídas.<sup>85</sup> O processo está naturalmente muito centrado no *lifestyle marketing*, na criação de *clusters* de comportamento de consumo.

O que nos interessa é o mecanismo. Vale a pena pegar uma citação mais longa que o explicita. “A intensificação do gasto competitivo afetou mais do que as finanças da família. Há igualmente o efeito *boomerang* sobre os recursos públicos e o consumo coletivo. Conforme as pressões sobre o gasto privado foram subindo, o apoio aos bens públicos, e o pagamento de impostos, sofreram erosão. Educação, serviços sociais, segurança pública, recreação e cultura estão sendo comprimidas. A deterioração dos bens públicos leva então a uma pressão maior ainda para gastar privadamente. As pessoas respondem a serviços públicos inadequados matriculando as suas crianças em escolas privadas, comprando sistemas de segurança, e gastando mais tempo no *Discovery Zone* do que no espaço local de lazer. As pressões financeiras pessoais também reduziram a boa vontade dos americanos em apoiar programas de transferência de recursos para os pobres ou quase pobres. Com o declínio dramático dos recursos, constata-se um aumento significativo da pobreza, deterioração de bairros pobres, e níveis alarmantes de criminalidade e de uso de drogas. As pessoas com dinheiro tentam ‘comprar’ o seu espaço em volta destes problema. Mas isto não é uma solução para estes males sociais”.

“Um problema com o discurso nacional é o foco em trocas comerciais, em vez da qualidade da vida, ou saúde social. O produto interno bruto é o deus para quem rezamos. Mas o PIB é uma medida cada vez mais pobre do bem-estar: deixa de contabilizar a poluição, o tempo dos pais com as crianças, a força do tecido social da nação, ou a probabilidade de ser assaltado ao descer uma rua. O ‘indicador de progresso genuíno’, medida que se admite ser ainda crua mas compreensiva da qualidade de vida, tem divergido crescentemente do PIB desde 1973, e negativamente. O ‘índice de saúde social’, outra medida alternativa, declinou também dramaticamente desde 1976, ficando num nível baixo recorde durante os anos 1990. Quando contabilizamos não só a nossa renda mas também as tendências em tempo livre, segurança pública, qualidade ambiental, distribuição de renda, suicídios adolescentes e abuso de crianças, descobrimos que as coisas tem se tornado piores durante mais de vinte anos, ainda que o consumo tenha crescido”.<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> Juliet B. Schor - *The Overspent American: why we want what we don't need* – Harper Perennial, New York 1998, p. 19: “Debt service as a percentage of disposable income now stands at 18%, even higher than during the early 1990s recession”. Este excessivo endividamento americano iria contribuir em boa parte para a crise financeira de 2008.

<sup>86</sup> Id., *ibid.*, p. 21

É bastante evidente que se matar de trabalho para comprar coisas inúteis, e depois trabalhar mais pelo endividamento gerado por essas compras é de uma racionalidade corporativa perfeitamente compreensível, mas de uma idiotice lamentável do ponto de vista do cidadão, dos *resultados* que a economia visa, como vimos na começo deste ensaio.

Uma terceira pesquisa de Juliet Schor merece ser mencionada: ela resolveu estudar como o processo impacta as crianças, num livro extremamente forte, *Born to Buy*.<sup>87</sup> A análise sistemática do universo da publicidade centrada no público infantil mostra que o grosso da publicidade tem origem num número reduzido de corporações, que trabalham um leque relativamente reduzido de produtos que também pertencem a grandes corporações. Na mídia, trata-se da Disney, Viacom, Murdoch e AOL Time Warner. Os produtos são de Mattel e Hasbro na área de brinquedos (*American Girl etc.*); Nintendo, Sony e Microsoft na área de jogos eletrônicos; Coca-Cola e Pepsi na área dos refrigerantes; McDonald e Burger King na área de *fast-food* e assim por diante. “No mundo de produtos para crianças, os mercados são dominados por algumas empresas poderosas. Isto é importante por várias razões. Uma é que com o monopólio vem a uniformidade. A teoria econômica prevê que quando dois oponentes se enfrentam, a estratégia ganhadora para ambos os leva a serem quase idênticos...O que isto significa para os consumidores é que a verdadeira variedade e diversidade de produtos se torna difícil de achar. Se você estiver interessado numa pizza gordurosa, bebidas doces, brinquedos de plástico e programação violenta para as suas crianças, não há problema. São as outras coisas que faltam.”<sup>88</sup>

Para a criança, submetida em média a 38 horas semanais de exposição à mídia, o impacto é poderoso. Além do impacto indireto da publicidade dirigida ao mundo adulto, desenvolveu-se uma indústria impressionante da publicidade dirigida a crianças até os três anos de idade, a crianças um pouco maiores chamadas de “tweens” porque estão “*between*” os pequenos e os “*teens*” adolescentes, e evidentemente aos próprios adolescentes. O conteúdo está centrado em relativamente poucos produtos, essencialmente as “fast foods”, refrigerantes, brinquedos e roupas.

A filosofia transmitida é de que a criança precisa sentir que sem um determinado produto estará “por fora”: Nas palavras de Nancy Shalek, presidente da agência Shalek Agency, “a publicidade atinge o ideal quando está fazendo as pessoas sentir que sem o seu produto, você é um perdedor. As crianças são muito sensíveis a isso. Se você lhes diz que têm de comprar algo, elas resistem. Mas se você lhes diz que se não o fizerem serão uns “babacas” (dork, no original inglês, é bem mais pesado que “babaca”), elas prestam atenção. Você abre a vulnerabilidade emocional delas, e isto é fácil de fazer com crianças porque elas são as mais vulneráveis emocionalmente”.<sup>89</sup> Nancy Shalek mereceria sem dúvida o hoje muito popular “Prêmio IgNobel”.

---

<sup>87</sup> Juliet B. Schor – *Born to Buy: the Commercialized Child and the New Consumer Culture* – Scribner, New York, 2004

<sup>88</sup> Id., *ibid.*, p. 28

<sup>89</sup> Id., *ibid.*, p. 65 – É importante lembrar que nos nossos cursos de marketing nos ensinamos jovens a dominar estas técnicas.

Juliet Schor analisa este universo setor por setor, de maneira bem documentada. Há a indústria da chamada “Big Food”, grandes empresas da alimentação caracterizadas por “*high-fat, high-sodium, high-sugar*” que geraram uma epidemia de crianças obesas, a quem se oferece por sua vez cirurgias estéticas que lhes permitirão comer mais comida. Esta batalha inclui a luta contra o leite e a água, a serem substituídos por refrigerantes com altas doses de açúcar. Há os batalhões de psicólogos que fazem pesquisas com crianças para definir como conseguir uma ponte de cumplicidade entre as corporações e as crianças: o ideal é inserir uma cunha entre os pais (velhos, chatos, cheios de suco natural, leite, legumes, frutas e outras idiotices ultrapassadas) e a garotada “cool” que é mais esperta, que “não engole qualquer coisa” (a não ser sabores químicos misturados com muito açúcar).

E há evidentemente a ofensiva pela inserção da publicidade (e dos produtos) nas escolas, utilizando inclusive os horários de aula. Muitos dos impactos resultam da visão das crianças de que se estas coisas são legais, autorizadas pelos pais, e veiculadas nas escolas, devem ser legítimas. A penetração nas escolas se dá pela via mais óbvia, pois as escolas estão sempre desesperadas por recursos, por computadores, e as empresas trocam a ajuda por direito de entrada na escola, na sala de aula, até nos conteúdos dos livros escolares.

A autora trabalha os grandes argumentos, e aparece o enfoque da economista. Primeiro, a afirmação de que a televisão é gratuita: “A população paga a publicidade e os programas ao pagar preços mais elevados pelos produtos apresentados. O fato é que se você é um consumidor, você paga pela TV, quer você assista ou não.” A idéia de que a publicidade promove a competição, e portanto leva a melhores produtos, é outra bobagem: “Com as indústrias monopolizadas de hoje, o alto custo das campanhas publicitárias mantém os gigantes no controle e exclui novas empresas. Se realmente quiséssemos maximizar a inovação e melhoria dos produtos, organizaríamos o sistema da maneira que a publicidade fosse menos cara e essencialmente informativa”.

Outro argumento é de que a publicidade aumenta a demanda, e com isto a produção e o emprego. “Mas a maioria dos economistas discorda desta lógica. Eles vêem a publicidade como afetando a escolha da marca e não o volume global de compras”. Há igualmente o argumento de que as empresas de publicidade geram empregos, argumento levantado pelo presidente de uma das maiores empresas de publicidade frustrado com o seu sentimento de ter dedicado a sua vida a promover alimentos ruins e a liquidar a cultura e tradições locais. Na visão de Juliet Schor, “quando envolve crianças, esta instrumentalidade é muito mais questionável. Com efeito, há muito pouca justificação em fazer publicidade para crianças meramente para assegurar o lucro das agências”.<sup>90</sup>

Igualmente poderoso, é o argumento de que “todos fazem”, e se eu não fizer...Schor entrevista uma publicitária que declara abertamente que empurra produtos que não deixaria as suas próprias crianças usar. A chave do problema, é que “nas agências, as pessoas têm medo de confrontar os clientes. Nas empresas, há uma ausência semelhante de responsabilização (*accountability*). E no conjunto, a pressão para fazer dinheiro supera a necessidade de fazer coisas boas para as crianças”. As empresas, segundo Schor, estão

---

<sup>90</sup> As várias citações acima estão nas páginas 181 e 182 do livro citado.

presas ao sistema: “À medida que baixa o nível, individualmente as empresas se vêm amarradas na dinâmica. Se os seus competidores o fazem, a pressão para acompanhar é forte”.<sup>91</sup>

A autora é particularmente feliz quando descreve as alternativas: assegurar que uma parcela dos fundos publicitários seja destinada a programas culturais de informação sobre a própria publicidade e sobre os produtos; facilitar a criação de rádios e TVs locais e comunitárias com programas gerados por crianças e adolescentes (há muitos exemplos de bom funcionamento); resgatar o direito das crianças brincarem fora de casa, em vez de ficarem confinadas frente a um televisor (a Suécia reduziu pela metade acidentes com crianças nas ruas através de algumas medidas simples); gerar dinâmicas culturais com protagonismo das próprias crianças e assim por diante.

Nos Estados Unidos, já se gerou uma onda de protestos que cresce a cada ano, e a leitura das formas como os pais estão se organizando – por exemplo proibindo no Estado da Califórnia os manuais escolares, doados por empresas, onde as palavras a aprender eram os nomes das próprias empresas – é particularmente útil. É interessante aparecer uma área da ciência econômica que por exemplo os educadores não podem mais ignorar, e que deveria ser ensinada inclusive às próprias crianças.<sup>92</sup>

Na realidade, pela intensidade de trabalho que desenvolvemos para produzir coisas inúteis, pelo volume de coisas descartadas que desperdiçamos, pelo impacto ambiental de um consumo que não se sustenta e nos leva a impasses generalizados, pelos custos adicionais para nos curar da obesidade e outras doenças geradas por consumo irracional, pelo isolamento social que gera a acumulação individual de bens, pelos gastos em segurança e desconforto geral que resulta da desigualdade e da elitização social – fica cada vez mais evidente a inadequação do instrumental teórico herdado, que nos fala de valor de uso e de valor de troca sem se referir ao valor artificialmente construído, que aponta para a *liberdade de escolher* sem se referir às escolhas idiotas a que somos reduzidos, que soma no PIB os valores comercializados sem se referir a *o quê e para quem* produzimos, que faz cálculos de rentabilidade empresarial sem se referir aos resultados práticos em termos de qualidade de vida da sociedade, que aponta para a curva crescente de consumo sem fazer o paralelo com a descapitalização dos recursos não renováveis.

A realidade é que estamos trabalhando cada vez mais para produzir coisas que fazem cada vez menos sentido. E formar profissionais para tornar mais “eficiente” este processo não faz nenhum sentido. A democracia econômica, nesta área essencial do consumo,

---

<sup>91</sup> Id., Ibid., p. 188 e 193

<sup>92</sup> O livro vale também pela excelente bibliografia, e pelos sites de internet onde pode ser adquirida documentação sobre os mais variados aspectos do problema (nas páginas 215 e seg.). Tradução em português publicada pela Editora Gente em 2009, sob o título *Nascidos para Comprar*. Ver em <http://www.alana.org.br> ; . O Alana, instituto que batalha a regulamentação da publicidade infantil, produziu um excelente filme, *Criança: a alma do negócio*, dirigido por Estela Renner. Veja-se também um excelente estudo do impacto cultura do consumismo em *O Estado do Mundo 2010*, do *World Watch Institute*, *Transformando Culturas: do Consumismo à Sustentabilidade*, disponível online no site do Akatu, ou no link <http://bit.ly/9JnEDk>

consiste em respeitar o direito de cada um buscar a informação que lhe interessa (lógica da demanda), em vez de invadir o seu tempo e espaço de privacidade com produtos que interessa empurrar. Quanto a invadir a mente das crianças para gerar uma obsessão consumista, trata-se de um comportamento corporativo simplesmente obsceno.

### **9 - A infra-estrutura econômica e as economias externas**

É impressionante a que ponto a questão das infraestruturas econômicas está pouco presente nas ciências econômicas. Há gente, sem dúvida, que pesquisa energia, outros que estudam soluções para os transportes, outros ainda a problemática das comunicações, ou da água. Mas se trata de forma geral de engenheiros voltados à problemática específica. O mercado de papéis é mais importante, para efeitos de desenvolvimento econômico, do que boas soluções de transportes?

Uma coisa é o funcionamento da máquina econômica, o seu dia a dia, o seu ritmo maior ou menor segundo a conjuntura. Outra coisa é a estrutura da própria máquina: neste plano, a economia funcionará bem ou mal em grande parte em função das infraestruturas serem mais ou menos adequadas. Um navio que chega a Rotterdam é descarregado em horas em terminais especializados por tipo de carga; esta passa diretamente do navio para o vagão de trem, com etiquetas eletrônicas que permitem ao empresário acompanhar a carga esperada.

Desenvolvemos em outro trabalho o estudo de como se articulam as grandes redes de infraestruturas que permitem que as atividades produtivas se desenvolvam de maneira eficiente, e que as pessoas tenham melhor qualidade de vida.<sup>93</sup> Interessam-nos aqui não as eventuais soluções para os transportes ou a energia, mas a necessária intensificação dos estudos das infraestruturas na ciência econômica, e o estudo econômico das formas como se articulam e geram sinergias.

A tradição quer que na economia nos concentremos nos processos produtivos, nos fluxos financeiros e comerciais correspondentes, mas menos nas infraestruturas físicas que tornam a produção viável. O Banco Mundial utiliza a imagem simpática de que as infraestruturas representam “senão o motor, então as rodas da atividade econômica”. Podemos também utilizar a imagem do corpo: para funcionar, o corpo tem órgãos, como fígado, coração, cérebro, que seriam as unidades empresariais. Mas a qualidade sistêmica do corpo se dá graças ao sistema nervoso que transmite informações, à corrente sanguínea que assegura o transporte interno, ao esqueleto que assegura estrutura e articulações. Na realidade, ter boas empresas mas infraestruturas inadequadas reduz a produtividade sistêmica.<sup>94</sup>

<sup>93</sup> Ladislau Dowbor – *A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada* – Editora Vozes, Petrópolis 2003, 3ª Edição revista, ver em particular o vol. II.

<sup>94</sup> The World Bank – *World Development report 1994: Infrastructure for Development* - Washington, Oxford University Press, 1994 – “Recent studies in the United States suggests that the impact of infrastructure on economic growth represents startlingly high rates of return (up to 60 percent)”, p. 15.

As grandes infraestruturas exigem forte presença do Estado, pois se trata de investimentos muito elevados, e de rentabilização de longo prazo, que não interessam muito ao investidor privado. O setor privado, de forma geral, prefere que o Estado arque com as grandes despesas, e que energia, transportes e água mais baratos resultem em economias externas para a sua produção. O relatório mencionado do Banco Mundial, analisando 200 bilhões de dólares de investimentos em infraestruturas nos países em desenvolvimento, constatou a presença de apenas 14 bilhões de dólares de dinheiro privado, ou seja, 7%.<sup>95</sup>

Mas há uma razão maior para a forte presença do Estado na área: enquanto a indústria, por exemplo, desenvolve as suas atividades em unidades empresariais geograficamente localizadas, as infraestruturas, pela sua própria natureza, constituem redes que articulam o conjunto, e que devem portanto obedecer a uma visão sistêmica do desenvolvimento do território, e a uma visão de longo prazo. Ambas exigem capacidade de planejamento, atividade que praticamente desapareceu do horizonte de trabalho dos economistas, enterrada sob as bobagens da escola de Chicago e sob os desmandos dos economistas da ditadura. O estudo das infraestruturas, e o planejamento sistêmico das necessidades, para além dos interesses pontuais e fragmentados das empreiteiras, apenas recentemente voltou a ocupar a agenda governamental.

O resultado prático, para o país, é que se restringiu drasticamente a capacidade de ação do principal ator desta área, que é o Estado, sem que o setor privado tivesse capacidade de intervenção significativa. Ficou um vazio, com prejuízos seguramente impressionantes – mas pouco estudados –, vazio mal preenchido por remendos do tipo PPP (Parcerias Público Privadas) e outras iniciativas.

Quando o setor privado se interessa, o faz buscando respostas pontuais que reduzam os seus custos, e não a constituição de uma rede integrada capaz de dinamizar uma região. Às fazendas de soja da região Oeste interessa fazer uma ferrovia que una as suas plantações ao porto de Paranaguá ou de Santos; aos japoneses interessa uma ferrovia que una Carajás ao porto mais próximo em São Luis, e assim por diante. É o que aconteceu na África, onde as ferrovias constituem canais de escoamento de grandes grupos (mineração ou monocultura), sempre unindo o porto e uma região particular do interior, em vez de articular as diversas regiões entre si. São infraestruturas cuja lógica é drenar riqueza para fora, sem buscar integrar os espaços econômicos da própria região e do conjunto. O inverso pode ser constatado na Europa, onde uma rede em forma de teia une todos os centros significativos entre si, e se desdobra em ramais secundários para cada pequena região produtiva, gerando um sistema que funciona tanto nos grandes eixos como na capilaridade de apoio à produção local. As redes de trens de grande velocidade (TGV), por sua vez, permitem viagens cômodas e rápidas entre as capitais, reduzindo a dependência do automóvel particular e do avião, incomparavelmente mais caros, gerando economias para conjunto.

Trata-se aqui, em termos de estudos econômicos, não de desbravar novos territórios mas de resgatar uma capacidade técnica que já tivemos. Celso Furtado vem de duas

---

<sup>95</sup> Op. Cit., p. 10

influências interessantes nesta área: a Cepal, que buscou resgatar a visão macroeconômica e criar condições para promover ativamente o desenvolvimento, e sobretudo a França, onde os estudos de ordenamento do território (*aménagement du territoire*) e das infraestruturas correspondentes sempre foram muito presentes na ciência econômica. Resultou desta influência a visão muito presente dos desequilíbrios regionais, e da necessidade de se gerar condições de reequilíbrio.

O território está pouquíssimo presente nas análises do *main-stream* econômico, que espera resolver os problemas econômicos através da criação de um espaço contínuo planetário, onde o mercado resolverá os problemas através dos fluxos de otimização no rendimento dos recursos. A importante questão do desenvolvimento local, da visão do território, é tão insuficiente nas análises econômicas que frequentemente recorremos a Milton Santos, um geógrafo, para entender as dinâmicas espaciais.<sup>96</sup>

Os resultados são críticos. Uma região metropolitana como São Paulo não tem nenhuma instituição que estude e promova a racionalização territorial e ordenamento das infraestruturas. A Emplasa, organismo de planejamento criado para este fim, sobrevive *proforma*, quando deveria ter um papel essencial. Não há sequer, na maior e mais moderna metrópole latino-americana, um núcleo de estudos da cidade. As tentativas de se criar uma secretaria de assuntos metropolitanos ficaram no limbo. O resultado são mais de um milhão de pessoas vivendo em áreas de mananciais; poluição dos rios e represas da região, enquanto bombeia-se água a 150 quilômetros na bacia do Piracicaba; sistemas de saneamento em condições lamentáveis, gerando doenças cuja cura exige muito mais recursos do que custaria a prevenção; diariamente milhões de paulistanos tomam individualmente o seu carro para ficarem parados na Marginal, olhando pateticamente para os esgotos que caem no rio Tietê: a velocidade média do automóvel em São Paulo atingiu 14 quilômetros por hora, velocidade das carroças do início do século passado; o tempo médio perdido pelo paulistano no trânsito atinge a fantástica cifra de 2 horas e 40 minutos, tempo em que nem trabalha nem descansa; a rede coletiva ostenta os seus ridículos 74 quilômetros de metrô; uma sucessão de prefeitos prehistóricos multiplica “elevados” e túneis, pistas suplementares nas marginais, em associação com grandes empreiteiras, imaginando resolver o problema do transporte ao acumular vários andares de veículos particulares, em vez de investir no transporte coletivo. Na realidade, o objetivo não é melhorar a mobilidade da população, e sim de lucrar com obras.<sup>97</sup>

No nível do país no seu conjunto as coisas não são mais brilhantes. Se olharmos o mapa, vemos que quase todos os centros econômicos do país, com exceção da região de Belo Horizonte, são cidades portuárias ou semi-portuárias, de Manaus a Belém, passando por Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos-São Paulo, Paranaguá-Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre. Uma solução evidente é uma política fortemente centrada na

<sup>96</sup> Milton Santos – *O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* – Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro 1979; ver também o excelente *Espaço, Ciência e Técnicas*

<sup>97</sup> A cidade de Boston desmanchou recentemente os seus últimos elevados, estes monumentos à burrice técnica e ao descaso com a qualidade de vida urbana. A cidade de Toronto, depois de desmanchar os “minhocões”, deixou as colunas de pé, ornamentadas com plantas, como memoriais dedicados à burrice urbanística. O dado sobre o tempo perdido pelo paulistano da PEA no trânsito está em [www.nossasaopaulo.org.br](http://www.nossasaopaulo.org.br), pesquisa realizada em 2010.

modernização dos portos, e no desenvolvimento do transporte de cabotagem, associados ao desenvolvimento de uma rede ferroviária integradora, utilizando-se o caminhão apenas para carga fracionada em distâncias curtas. Gastar asfalto, petróleo e pneu para transportar mercadorias de grande volume por estrada – opção mais cara em termos de custo tonelada-quilômetro – é surrealista. O transporte de uma saca de soja que sai do Mato Grosso do Sul para ser embarcada em Santos, por exemplo, encarece o produto de tal forma, que a competitividade só pode ser mantida às custas de baixos salários.

Com isto tudo fica mais caro para todos. Numa metrópole, perde-se uma manhã para resolver um problema simples, jovens morrem como moscas em acidentes de motos, pois não basta entupir as ruas, agora preenchemos os espaços entre as filas de carro. Só na cidade de São Paulo são mais de 150 mil motoqueiros que levam documentos e pequenas encomendas através da cidade parada, criando uma nova geração de paraplégicos e tetraplégicos. Morre em média 1,5 jovem por dia. As opções econômicas não são neutras nem inocentes.

A mídia e as revistas econômicas só falam de inflação, da cotação do dólar, dos diversos produtos de aplicações financeiras, de fusões empresariais, do volume de exportações. Os problemas estruturais deixaram de ser analisados, ficou a análise de conjuntura. Temos aqui uma tradição a resgatar, e uma capacidade de planejamento a reorganizar, permitindo a construção de uma visão sistêmica e de longo prazo do nosso desenvolvimento. Por enquanto, o que temos não são economias externas, são *deseconomias* externas, sobrecustos gerados por infraestruturas irracionais. E cursos de economia que gastam anos estudando teorias desconectadas da realidade.

As infraestruturas têm um impacto profundo sobre o desenho espacial das atividades econômicas. Soluções inteligentes não exigem reinventar a roda, mas exigem um exercício sério de estudos de economia comparada, para conhecer as soluções que já deram as suas provas em diversos países, e um estudo igualmente sério do potencial de interação das bacias econômicas em diversos níveis territoriais. As nossas universidades sequer estudam as regiões onde estão instaladas, quando poderiam tornar-se braços científicos da mobilização dos recursos de cada região. O BNDES, única instituição a manter a tradição de estudos setoriais deste tipo, poderia constituir-se em poderoso articulador do conjunto. O PAC constitui um resgate progressivo destas visões. A ciência econômica tem um amplo terreno perdido a recuperar.

Estamos falando, na realidade, do resgate do papel estruturador do Estado, da capacidade de planejamento, da visão de conjunto e de longo prazo, que desapareceram do horizonte da ciência econômica. Quando há planejamento e uma visão ampla dos objetivos, estes podem se submetidos à sociedade, que poderá se pronunciar. Uma vez mais, sem planejamento, aparecem fatos consumados. Não há opção democrática, apenas negócios.

## **10 - O Desenvolvimento local**

É viável se pensar a cidade como espaço de acumulação? Podemos sem dúvida pensar uma empresa como unidade de acumulação, e os gestores de uma empresa têm à sua

disposição um conjunto de técnicas para assegurar que os recursos disponíveis sejam plenamente utilizados, que as diversas atividades empresariais formem um conjunto coerente, que os processos e ritmos dos diversos departamentos sejam compatíveis. Ou seja, a empresa proclama a mão invisível, mas apenas lá fora. Dentro da empresa, impera a racionalidade por vezes opressiva, por vezes hipócrita, por vezes corrupta, e muitas vezes simplesmente eficiente, mas no conjunto ninguém nega a necessidade de uma gestão racional.

O município pode ser gerido racionalmente? A própria prefeitura é uma unidade gestora, e presta contas. Mas uma cidade, com o seu contorno rural, pode ser vista como espaço de processos coerentemente articulados e integrados, visando uma produtividade sistêmica elevada? Até recentemente, o problema não aparecia como relevante, pois havia população urbana apenas em algumas capitais, e o grosso da população constituía população rural dispersa. O resultado era que governo era coisa da capital, onde famílias ricas acumulavam a direção empresarial e a direção política. Hoje o Brasil tem 84% de população urbana, em 5.565 municípios, que constituem a unidade básica de organização política, econômica, social e cultural. A Constituição de 1988 concedeu autonomia aos municípios. É possível se pensar a racionalidade do conjunto – o país – sem resgatar a coerência interna das unidades básicas, os municípios?

Esta visão constitui um deslocamento de perspectiva. De certa maneira, deixamos de olhar o município como o lugar distante onde os projetos do governo central ou as iniciativas da grande empresa devem *chegar*, para considerar o município como bloco básico de construção do conjunto. Uma economia poderia funcionar bem se as suas empresas fossem geridas de forma caótica? Adotando o mesmo raciocínio para a nação, podemos nos perguntar se é viável uma racionalidade nacional sem se promover a racionalidade das unidades que a compõem.

Em particular, ao se deslocar boa parte das iniciativas do desenvolvimento para o nível local, aproxima-se a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, enfrentando em particular a questão das periferias urbanas que se tornaram a forma dominante de manifestação da nossa tragédia social.

John Friedmann (é o bom Friedmann, o outro é Milton) coloca com clareza a mudança de foco em termos tanto de objetivos como de mecanismo correspondente de regulação que a territorialização exige: “O modelo *mainstream* de crescimento econômico expressa o anseio do capital global por uma economia ‘sem fronteiras’ na qual não haja nem interesses organizados nem poderes intermediando os centros de decisão corporativa por um lado, e trabalhadores e consumidores individuais por outro. Na ideologia do capital, este tipo de economia se chama ‘livre’. Reduz os interesses territoriais a um mínimo de ‘lei e ordem’, como assegurar o respeito aos contratos e a manutenção da ordem nas ruas. Esta visão traz também a expectativa que os Estados territoriais lidarão da melhor forma que puderem com as consequências sociais do investimento privado e das decisões produtivas, tais como o esgotamento de recursos, desemprego, pauperização, poluição, deflorestamento e outros problemas das ‘áreas comuns’. A territorialidade chama a nossa atenção para o ambiente físico: a base de recursos da economia, o valor estético de

paisagens tradicionais, e a qualidade de vida no ambiente construído onde têm lugar todas as nossas ações e que afetam a nossa vida, direta e indiretamente”.<sup>98</sup>

Friedmann coloca com força a compreensão de que além da regulação empresarial e da regulação governamental, existe um processo de regulação crescente na base da sociedade, a partir do local onde as pessoas vivem, na linha do que chamou de “*participatory governance*”. “Um desenvolvimento alternativo é centrado nas pessoas e no seu ambiente, mais do que na produção e nos lucros. Da mesma forma que o paradigma dominante aborda a questão do crescimento econômico na perspectiva da empresa, que é o fundamento da economia neoclássica, um desenvolvimento alternativo, baseado como deve ser no espaço de vida da sociedade civil, aborda a questão da melhoria das condições de vida e das vivências na perspectiva do domicílio”.

Estes objetivos nos levam ao conceito de articulação da regulação local com o poder do Estado. “Apesar de apontar para uma política localmente enraizada, um desenvolvimento alternativo requer um Estado forte para implementar as suas políticas. Um Estado forte, no entanto, não precisa ser pesado no topo, com uma burocracia arrogante e enrijecedora. Será mais bem um Estado ágil e que responde e presta conta aos seus cidadãos. É um Estado que se apoia amplamente numa democracia inclusiva na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo, organizado nas suas comunidades.”<sup>99</sup>

Com isto a participação comunitária, através do seu envolvimento direto nos assuntos da gestão racional dos recursos localmente disponíveis, aparece como um mecanismo regulador complementar, acrescentando-se ao mercado que constitui o mecanismo regulador dominante do setor empresarial, e ao direito público administrativo que rege a ação dos órgãos do Estado. Como a qualidade de vida da comunidade representa em última instância o resultado que se quer do desenvolvimento, a demanda organizada da comunidade passa a constituir o “norte” orientador, para a produtividade sistêmica, da mesma forma como a demanda do consumidor individual o era para os processos produtivos tradicionais.<sup>100</sup>

Os trabalhos de Robert Putnam trouxeram fortes avanços neste plano, pois mostram a que ponto os mecanismos participativos não só complementam a regulação do Estado e do mercado, mas constituem uma condição importante da eficiência destes mecanismos. O capital social aparece como fator importante da qualidade da governança de um território determinado. O estudo sobre a Itália já se tornou um clássico, mas é sobretudo na análise dos Estados Unidos que Putnam mostra a importância da capacidade de organização da

<sup>98</sup> John Friedmann – *Empowerment: the politics of alternative development* – Blackwell, Cambridge 1992 – As citações foram retiradas das páginas 31 e 35

<sup>99</sup> Idem - O conceito de “empowerment” tem sido traduzido de forma óbvia por *empoderamento*, e já foi apropriado na nossa literatura, tal como *empoderamiento* na literatura hispânica. Note-se que Friedmann trabalha com o conceito de desenvolvimento local, mas na perspectiva de territorialidades (no plural) articuladas (ver p. 133 para as definições correspondentes). Estamos além de um “*O negócio é ser pequeno*”.

<sup>100</sup> Ver a nossa nota técnica, *Produtividade sistêmica do território*, 2009, 4p., <http://dowbor.org/2009/11/produtividade-sistemica-do-territorio-nov.html/>

sociedade em torno aos seus interesses – a dimensão participativa da regulação econômica e política – como um elemento chave da racionalidade do desenvolvimento em geral.<sup>101</sup>

Do ponto de vista da teoria econômica, o processo em si é interessante, pois fomos gradualmente passando da visão do *capital físico* acumulado que ainda ocupa o papel central em *O Capital* de Marx, para uma compreensão do papel maior do *capital financeiro*, evoluindo para a recente tomada de consciência da importância do *capital natural* que estamos esgotando no planeta, a compreensão mais ampla do *capital humano* que se tornou crucial com os avanços tecnológicos, e do *capital social* que representa de maneira mais ampla a maturidade e coesão do tecido social que sustenta o conjunto. A progressão ao mesmo tempo reflete a ampliação do conceito de economia, e a articulação da ciência econômica com as outras ciências sociais. O conceito de capital social está sem dúvida na moda neste momento, mas na realidade o importante é compreender a necessidade de se organizar a alocação racional de capital nas suas diversas formas e no sentido mais complexo<sup>102</sup>

A visão tradicional seria de que os municípios constituem a base de uma pirâmide, e esta “verticalidade” teórica está profundamente ancorada nas nossas convicções. Na realidade, as novas orientações apontam para a articulação horizontal dos atores sociais dentro do município, e para as formas inter-municipais de gestão (por exemplo consórcios intermunicipais de saúde, comitês de bacias hidrográficas, conselhos regionais de desenvolvimento, redes de cidades-irmãs), permitindo articulações regionais complexas. O resultado é que as próprias comunidades deixam ser “pequenas demais” para serem viáveis, pois podem se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades. O ponto chave, aqui, é a iniciativa, o sentimento de apropriação das políticas que é devolvido ao espaço local, onde as pessoas podem participar diretamente, pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento.

Isto muda profundamente o que poderíamos chamar de cultura do desenvolvimento. Uma comunidade deixa de ser um receptor passivo de decisões longínquas, seja do Estado que vai “doar” um centro de saúde, ou de uma empresa que chegará e poderá “dar” empregos. O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos. A cidadania política é complementada pela cidadania econômica, e gera-se o sentimento de apropriação e domínio da sua própria realidade.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> Robert Putnam – *Bowling Alone: the collapse and revival of American community* - Simon & Schuster, New York, 2000; o seu estudo sobre a Itália, *Making Democracy Work*, foi traduzido no Brasil como *Comunidade e Democracia*.

<sup>102</sup> É a visão que desenvolvemos no nosso “*A Reprodução Social*”, partindo da compreensão de que a *reprodução do capital* constitui apenas um segmento – ainda que central – do processo de desenvolvimento. Passamos assim a ver o desenvolvimento como articulação das diversas formas de capital em territórios diferenciados e complementares.

<sup>103</sup> Um aporte interessante neste plano é o de Bruno Frey e Alois Stutzer, que no seu estudo sobre felicidade e economia, insistem na importância relativa do *processo* pelo qual chegamos a resultados econômicos. O sentimento de apropriação, de ser sujeito criativo de um processo, constitui frequentemente

Uma dimensão importante deste processo é a mudança do paradigma da comunicação. “O espaço morreu” comenta um articulista americano, ao ver a conectividade planetária instantânea dos que trabalham com aplicações financeiras. É um exagero evidente, as pessoas ainda moram numa cidade concreta, olham o pôr do sol na beira de um rio concreto. Mas o fato da informação estar instantaneamente disponível em qualquer parte do planeta muda drasticamente o nosso universo de reflexão. O município de Piraí, no interior do Estado do Rio, criou um sistema público de acesso banda larga na internet para todos. Foi um pequeno investimento público, mas representou um grande fator de produtividade para as empresas e comércios locais, que passaram a se relacionar com fornecedores e consumidores em escala muito mais ampla. A taxa um pouco mais elevada paga pelos empresários permitiu generalizar o acesso banda larga até nos bairros mais pobres, por 35 reais por mês. O impacto de inclusão digital foi profundo, mas o interessante é que a generalização da conectividade permitiu melhorar a produtividade de todos os atores sociais do município, das escolas, do sistema de saúde e assim por diante. A experiência constitui uma forte ilustração de como podem ser articulados os espaços global, regional e local, através das formas modernas de conectividade, num processo em que a comunidade é dona do seu próprio processo de desenvolvimento, em vez de aguardar que uma multinacional abra um *resort* e fantasie a população local com trajes típicos.<sup>104</sup>

O Wi-Fi é a tecnologia que permite, havendo um ponto emissor na casa, todo o “ambiente” da casa, ou do escritório acessar a internet sem fio. Hoje a tecnologia está sendo aplicada a espaços urbanos, permitindo que as pessoas trabalhem ou estudem em qualquer lugar. É a versão computador do telefone celular, cobrindo todo um espaço urbano. Gerou-se hoje uma corrida de cidades que instalam retransmissores de forma que todo o espaço urbano esteja coberto pelo sinal. Chamam isso de “municipal mesh Wi-Fi networking”. Segundo artigo publicado pelo New Scientist, “as redes públicas Wi-Fi terão também impacto no Wi-Fi em residências, escolas, livrarias e cafés...Sistemas que abrangem toda uma cidade ligam um conjunto de pontos Wi-Fi para formar uma teia (“mesh”) onde os sinais de rádio recebidos num ponto saltam de antena para antena até encontrarem alguém que está conectado na net”.<sup>105</sup>

Para já, a tecnologia que permite conectividade de todo o espaço urbano é barata. Por exemplo, na cidade de Philadelphia, nos EUA, “cerca de 4000 postes nos 320 quilômetros quadrados da cidade terão antenas Wi-Fi que cobrirão a cidade com sinal,

---

uma motivação mais importante do que apenas o *resultado (output)* sob forma de vantagens econômicas. Bruno S. Frey and Alois Stutzer, *Happiness and Economics*, Princeton University Press, Princeton 2002

<sup>104</sup> O projeto Piraí Digital resultou de uma parceria entre o município e a Universidade Federal Fluminense, sob orientação do prof. Franklin Coelho. Hoje vários municípios da região estão seguindo o exemplo, e criando um eixo digital integrado regional. Este enfoque, de se gerar com serviços públicos iniciativas que tornam todos os atores sociais mais produtivos, generalizando *economias externas*, é estudado de maneira sistemática por Carlos Trigiglia, no seu *Sviluppo Locale*, Ed. Laterza, 2005.

<sup>105</sup> Paul Marks, New Scientist, 25 March 2006 - *Cities race to reap the rewards of wireless net for all*; esta corrida pela disponibilização da Banda Larga tem hoje na frente cidades como Seul e Singapura, com WiMax e outras tecnologias que se desenvolvem rapidamente. Na era da economia do conhecimento, o livre acesso torna-se essencial para a produtividade de todas as atividades.

banda larga sem fio. A promessa é de um acesso internet de 1-megabit/segundo por menos de 10 dólares por mês, comparado com 45 dólares para a conexão cabo hoje.” A cidade de Taipei em Taiwan, na China, está generalizando o sistema com uma taxa geral de 12 dólares por mês. A gratuidade tem cada vez mais lógica. Ninguém paga para andar na rua, nem o conhecimento deveria pagar para transitar, o que não impede aplicações produtivas estas sim remuneradas.

A convergência teórica mencionada aponta assim para um conjunto de estudos centrados nos diversos vetores que constroem a modernidade. Os trabalhos de Manuel Castells sobre a *sociedade em rede* apontam para a facilidade maior desta regulação local aproveitando a conectividade horizontal do conjunto de atores sociais que participam do processo de desenvolvimento. Os estudos de Pierre Lévy sobre a *inteligência coletiva* permitem vislumbrar uma sinergia de esforços sociais através da convergência das informações e dos conhecimentos de uma comunidade territorial articulada com comunidades virtuais. Os trabalhos de Ignacy Sachs, partindo da preocupação da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, evidencia a importância dos recursos subutilizados – herança das discussões sobre planejamento econômico na Polônia socialista, tempos de Lange e Kalecki – que existem em cada localidade.<sup>106</sup>

Voltamos aqui, de certa maneira, ao nosso ponto de partida, da visão que Celso Furtado nos trouxe de uma ciência econômica propositiva, que aponta o caminho de construção dos resultados que queremos, em vez de nos perdermos em prognósticos sobre a nervosidade do mercado financeiro. O resultado, evidentemente, deve ser a nossa prosaica qualidade de vida, numa visão sustentável. A imagem da qualidade de vida nos remete a um bairro agradável, com razoável prosperidade, saúde, riqueza cultural, equidade e segurança: grande parte destas coisas se organiza localmente, e ter uma economia gerida por resultados implica que estes resultados sejam em grande parte determinados pelas comunidades criativas e diferenciadas que temos, e não necessariamente reproduzindo um modelo padrão decidido em cima. Assim, ao associarmos desenvolvimento local com o conceito de cultura do desenvolvimento estamos apontando para uma reconciliação entre a democracia política e a democracia econômica. O possível outro mundo vai exigir também uma outra ciência econômica, que incorpore estas dimensões.<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> Manuel Castells – *The Rise of the Network Society* – Blackwell, Oxford 1996; Pierre Lévy – *L'intelligence collective* – Ed. La Découverte, Paris, 1994; Ignacy Sachs – *Inclusão Social pelo Trabalho* – Ed. Garamond/Sebrae, Rio de Janeiro, 2003

<sup>107</sup> Um dossiê extremamente rico sobre as dimensões econômicas, políticas e culturais da construção de alternativas pode ser encontrado em *Pour Changer le Monde*, número 83 (Oct.-Nov. 2005) de Manière de Voir, publicação do Le Monde Diplomatique, que reúne artigos essenciais sobre um tema escolhido, a cada dois meses. Dois artigos em particular, de Claude Julien e de José Saramago, focam as relações entre a economia e a política, e mostram a que ponto a nossa correria para fazer funcionar a política através de mexidas na legislação eleitoral, sem enfrentar o grande poder econômico que tudo compra e absorve, simplesmente não resolve. Na nossa visão resgatar o potencial econômico da gestão local não envolve apenas eficiência de gestão, envolve também colocar uma parte maior da economia na escala onde as pessoas têm sobre ela um controle maior, resgatando assim o controle sobre as suas próprias vidas. Uma economia que passa a pertencer ao cidadão abre mais espaço para uma cidadania política real. Há uma explosão de estudos sobre o tema, espaço para uma ciência econômica capaz de aterrissar.

## 11 - A economia do conhecimento

De certa forma, as mesmas tecnologias que favorecem a globalização podem favorecer os espaços locais, as dimensões participativas, uma conectividade democrática. Para as multinacionais, as novas tecnologias implicam numa pirâmide mais alta, com o poder central de uma mega-corporação estendendo dedos mais compridos para os lugares mais distantes, graças ao poder da conectividade de transmitir ordens mais longe. Implicam também numa forte presença planetária de poder repressivo visando o controle da propriedade intelectual, crescentemente apropriada pelas próprias empresas transnacionais. O mundo não está mais “plano” (*flat*), está cada vez mais hierarquizado.

Para nós, estas tecnologias tornam viável uma rede mais ampla e mais horizontal, com cada localidade recuperando a sua importância ao cruzar a especificidade dos interesses locais com o potencial da colaboração planetária. Dedos mais longos das mesmas corporações não descentralizam nada, apenas significam que a mesma mão tem alcance maior, que a manipulação se dá em maior escala. A apropriação local do potencial de conectividade representa uma dinâmica de democratização.

A mudança nas tecnologias da informação e da comunicação que abre estas novas opções, no entanto, está articulada com mudanças tecnológicas mais amplas, que estão elevando o conteúdo de conhecimento de todos os processos produtivos, e reduzindo o peso relativo dos insumos materiais que outrora constituíam o fator principal de produção.

O conhecimento é um fator de produção? Como se desenvolve a teoria do que Castells chamou de “novo paradigma sócio-técnico”? Castells introduz a categoria interessante de *fatores informativos de produção*, que nos leva a uma questão básica: o conhecimento se regula de maneira adequada através dos mecanismos de mercado, como por exemplo os bens e serviços no quadro de uma economia industrial? <sup>108</sup>

O deslocamento do eixo principal de formação do valor das mercadorias do capital fixo para o conhecimento nos obriga a uma revisão em profundidade do próprio conceito de modo de produção. André Gorz coloca o dedo no ponto preciso ao considerar que “os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados. O computador aparece como o instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados”. <sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> M. Castells – *The rise of the network society*, vol. I, p. 75 – Castells considera que este novo fator de produção exige intervenção do Estado: “Deregulation and privatization may be elements of states’ development strategy, but their impact on economic growth will depend on the actual content of these measures and on their linkage to strategies of positive intervention, such as technological and educational policies to enhance the country’s endowment in informational production factors” (id., *ibid.*, p. 90).

<sup>109</sup> André Gorz – *O Imaterial: conhecimento, valor e capital* – Ed. Annablume, São Paulo, 2005, p. 21. O original francês, *L’immatériel*, foi publicado em 2003; a inevitável revisão da ciência econômica encontra-se sistematizada no excelente trabalho de Gar Alperovitz e Lew Daly, *Apropriação Indébita: como os ricos estão se apropriando da nossa herança comum*, ed. Senac, São Paulo 2010, veja resenha em [http://dowbor.org/resenhas\\_det.asp?itemId=dd6ad9fb-d10b-4451-8e87-2a0b5f2eca0d](http://dowbor.org/resenhas_det.asp?itemId=dd6ad9fb-d10b-4451-8e87-2a0b5f2eca0d)

A economia do conhecimento está apenas nascendo. Lawrence Lessig nos traz uma análise sistemática e equilibrada deste desafio maior que hoje enfrentamos: a gestão da informação e do conhecimento. O livro de Lessig, focando de maneira precisa como se desenvolve a conectividade planetária, leva cada questão – a da apropriação dos meios físicos de transmissão, a do controle dos códigos de acesso, a do gerenciamento dos conteúdos – a um nível que permite uma avaliação realista e a formulação de propostas práticas. O livro anterior dele, *Code*, já marcou época. O *The Future of Ideas* é simplesmente brilhante em termos de riqueza de fontes, de simplicidade na exposição, de ordenamento dos argumentos em torno das questões chave.<sup>110</sup>

Andamos todos um tanto fracos na compreensão destas novas dinâmicas, oscilando entre visões tétricas do Grande Irmão, ou uma idílica visão da multiplicação das fontes e meios que levariam a uma democratização geral do conhecimento. A realidade, como em tantas questões, é que as simplificações não bastam, e que devemos fazer a lição de casa, estudar o que está acontecendo.

Tomemos como ponto de partida o fato que hoje, quando pagamos um produto, 25% do que pagamos é para pagar o produto, e 75% para pagar a pesquisa, o design, as estratégias de marketing, a publicidade, os advogados, os contadores, as relações públicas, os chamados “intangíveis”, e que Gorz chama de ‘o imaterial’. É uma cifra vaga mas razoável, e não é a precisão que nos interessa aqui. Interessa-nos o fato do valor agregado de um produto residir cada vez mais no conhecimento incorporado. Ou seja, o conhecimento, a informação organizada, representam um fator de produção, um capital econômico de primeira linha. A lógica econômica do conhecimento, no entanto, é diferente da que rege a produção física. O produto físico entregue por uma pessoa deixa de lhe pertencer, enquanto um conhecimento passado a outra pessoa continua com ela, e pode estimular na outra pessoa visões que irão gerar mais conhecimentos e inovações.

Em termos sociais, portanto, a sociedade do conhecimento acomoda-se mal da apropriação privada: envolve um produto que, quando socializado, se multiplica. Portanto, o valor agregado ao produto pelo conhecimento incorporado só se transforma em preço, e conseqüentemente em lucro maior, quando este conhecimento é impedido de se difundir. A batalha do século XX, centrada na propriedade dos meios de produção, evolui para a batalha da propriedade intelectual do século XXI. O conhecimento é um fator de produção cujo consumo não reduz o estoque, pelo contrário. Como fica a ciência econômica, cujo núcleo teórico é a alocação de recursos escassos?

De certa maneira, temos aqui uma grande tensão, de uma sociedade que evolui para o conhecimento, mas regendo-se por leis da era industrial. O essencial aqui, é que o conhecimento é indefinidamente reproduzível, e portanto só se transforma em valor monetário quando apropriado por alguém, e quando quem dele se apropria coloca um pedágio, “direitos”, para se ter acesso. Para os que tentam controlar o acesso ao conhecimento, este só tem valor ao se criar artificialmente, por meio de leis e repressão e não por mecanismos econômicos, a escassez. Por simples natureza técnica do processo, a

---

<sup>110</sup> *The Future of Ideas: the Fate of the Commons in a Connected World* – Random House, New York, 2001, 340 p.

aplicação à era do conhecimento das leis da reprodução da era industrial trava o acesso. Curiosamente, impedir a livre circulação de idéias e de criação artística tornou-se um fator, por parte das corporações, de pedidos de maior intervenção do Estado. Os mesmos interesses que levaram a corporação a globalizar o território para facilitar a circulação de bens, levam-na a fragmentar o espaço e a dificultar a circulação do conhecimento.

A questão central de como produzimos, utilizamos e divulgamos o conhecimento envolve portanto um dilema: por um lado, é justo que quem se esforçou para desenvolver conhecimento novo seja remunerado pelo seu esforço. Por outro lado, apropriar-se de uma idéia como se fosse um produto material termina por matar o esforço de inovação. Lessig nos traz o exemplo de diretores de cinema nos Estados Unidos que hoje filmam com advogados na equipe: filmar uma cena de rua onde aparece por acaso um *outdoor* pode levar imediatamente a que a empresa de publicidade exija compensações; filmar o quarto de um adolescente exige uma longa análise jurídica, pois cada flâmula, poster ou quadro pode envolver uso indevido de imagem, gerando outras contestações. A *propriedade intelectual* não tem limites?

Numa universidade americana, com a compra das revistas científicas por grandes grupos econômicos, um professor que distribuiu aos seus alunos cópias do seu próprio artigo foi considerado culpado de pirataria. Poderia quando muito exigir dos seus alunos que comprem a revista onde está o seu artigo. Todos conhecem o absurdo patente concedido à Amazon, proibindo outras empresas de utilizar o “one-click” para compras. Um raciocínio de bom senso é que se o “one-click” é bom, deve ter dado lucro à Amazon, que é a forma normal de uma empresa se ver retribuída por uma inovação, e não impedindo outras de utilizar um processo que já era de domínio público. Estamos na realidade travando a difusão do progresso, em vez de facilitá-la.

Lessig parte da visão – explícita na Constituição americana – de que o esforço de desenvolvimento do conhecimento deve ser remunerado, mas o conhecimento em si não constitui uma “propriedade” no sentido comum. Por exemplo, numerosos copyrights são propriedade de empresas que por alguma razão não têm interesse em utilizar ou desenvolver o conhecimento correspondente, ficando assim uma área congelada. Em outros países, prevalece o princípio de “*use it or lose it*”, de que uma pessoa ou empresa não pode paralisar, através de patentes ou de copyrights, uma área de conhecimento. O conhecimento tem uma função social. O meu carro não deixa de ser meu se eu o esqueço na garagem. Mas idéias são diferentes, não devem ser trancadas, o seu desenvolvimento por outros não deve ser impedido.

Na base desta visão está o fato de que o conhecimento não nasce isolado. Toda inovação se apoia em milhares de avanços em outros períodos, em outros países, e com o crescente enclacramento jurídico multiplicam-se as áreas ou os casos em que realizar uma pesquisa envolve tantas complicações jurídicas que as pessoas simplesmente desistem, ou a deixam para mega-empresas com seus imensos departamentos jurídicos. A inovação, o trabalho criativo, não é só um “output”, é também um “input” que parte de inúmeros esforços de pessoas e empresas diferentes. Precisa de um ambiente aberto de colaboração.

A inovação é um processo socialmente construído, e deve haver limites à sua apropriação individual.

O problema se agrava drasticamente quando não só as idéias, como os veículos da sua transmissão, passam a ser controlados. Quando uma produtora de Hollywood controla não só a produção de conteúdos (o filme), mas também os diversos canais de distribuição e até salas de cinema, o resultado é que a liberdade de circulação de idéias se desequilibra radicalmente. Lessig constata que filmes estrangeiros nos Estados Unidos, que representavam há poucos anos 10% da bilheteria, hoje representam 0,5%, gerando uma cultura perigosamente isolada do mundo. O que está acontecendo, com o controle progressivo dos três níveis – infraestrutura física, códigos e conteúdos – é que a liberdade de circulação das idéias, inclusive na internet, está se restringindo rapidamente. Grandes empresas não param de vasculhar os nossos computadores, através dos “spiders” ou “bots”, para ver se por acaso não mencionamos sem as devidas autorizações o nome ou um grupo de idéias protegidas.

Um texto de 1813 de Thomas Jefferson, citado no livro, é neste sentido muito eloquente: “Se há uma coisa que a natureza fez que é menos suscetível que todas as outras de propriedade exclusiva, esta coisa é a ação do poder de pensamento que chamamos de idéia....Que as idéias devam se expandir livremente de uma pessoa para outra, por todo o globo, para a instrução moral e mútua do homem, e o avanço de sua condição, parece ter sido particularmente e benevolmente desenhado pela natureza, quando ela as tornou, como o fogo, passíveis de expansão por todo o espaço, sem reduzir a sua densidade em nenhum ponto, e como o ar no qual respiramos, nos movemos e existimos fisicamente, incapazes de confinamento, ou de apropriação exclusiva. Invenções não podem, por natureza, ser objeto de propriedade.”<sup>111</sup>

Uma empresa que instala uma das infraestruturas importantes que é o cabo é proprietária deste cabo. Mas ela pode ditar quem pode ou quem não pode ter acesso para transmitir neste cabo? Uma empresa pode encontrar incentivo econômico em fazer acordos com outras empresas, garantindo exclusividade, um tipo de curral de comunicação. A Disney batalhou duramente, por exemplo, para ter este tipo de exclusividade. A crueza das batalhas empresariais neste plano abre pouco espaço para o fim último de todo o processo, tão bem expresso por Thomas Jefferson, que é a utilidade social da circulação das idéias. Um governo pode até privatizar a manutenção de uma estrada, e autorizar pedágio, mas assegura o seu caráter público, nenhuma administradora pode impedir o livre acesso de qualquer pessoa a esta estrada. E na *infovia*, como funciona? Em muitas cidades americanas, como Chicago, a prefeitura está instalando cabos públicos, para assegurar que os usuários possam receber e transmitir o que querem, reduzindo a pressão de empresas privadas para fazer acordos de acesso exclusivo para determinado tipo de

---

<sup>111</sup> Lessig, op. cit p. 94, citando T. Jefferson : “If nature has made any one thing less susceptible than all others of exclusive property, it is the action of the thinking power called an idea...That ideas should freely spread from one to another over the globe, for the moral and mutual instruction of man, and improvement of his condition, seems to have been peculiarly and benevolently designed by nature, when she made them, like fire, expansible over all space, without lessening their density at any point, and like the air in which we breathe, move, and have our physical being, incapable of confinement, or exclusive appropriation. Inventions then cannot, in nature, be a subject of property”. (p.94)

clientes. No Canadá, o processo está se generalizando, em reação aos controles que as empresas estão instalando. Como as estradas, as infovias devem constituir os chamados *commons*, espaços comuns que permitem que os espaços privados comuniquem, interajam com liberdade.

A análise detalhada do uso do espectro de ondas de rádio e TV é neste sentido muito significativa. Na prática, o governo americano concede faixas do espectro a gigantes da comunicação, como o fazemos no Brasil, eliminando virtualmente a possibilidade de cada comunidade ter os seus meios de comunicação, coisa hoje tecnicamente perfeitamente possível e barata. O que nos repetem sempre, é que o espectro é limitado, e portanto deve ser atribuído a alguns, e estes alguns naturalmente monopolizam o acesso.

O primeiro fato é que a emissão de curto alcance (*low power radio service*) é perfeitamente possível, e não deveria ser condenada como pirataria. O segundo, mais importante, é que a idéia do espectro ser limitado é defendida pelas empresas, mas é verdadeira apenas porque utilizam tecnologias que desperdiçam o espectro: como têm o monopólio, não se interessam por exemplo pelo compartilhamento de faixas (*software defined radios*) que permitem utilizar as ondas da mesma forma que em outros meios, aproveitando os “silêncios” e subutilizações de espectro para assegurar diversas comunicações simultâneas, como hoje acontece em qualquer linha telefônica. Lessig é duro com esse impressionante desperdício de uma riqueza tão importante – e natural, não foi criada por ninguém, tanto assim que é concedida por licença pública – que é o espectro eletromagnético: “Poluição é precisamente a maneira como deveríamos considerar estas velhas formas de uso do espectro: torres grandes e estúpidas invadem o éter com emissões poderosas, tornando inviável o florescimento de usos em menor escala, menos barulhentos e mais eficientes...A televisão comercial, por exemplo, é um desperdiçador extraordinário de espectro; na maior parte dos contextos, o ideal seria transferi-la do ar para fios.”<sup>112</sup>

Lessig é um pragmático. No caso do espectro, por exemplo, propõe que se expanda em cada segmento do espectro uma faixa de livre acesso, equilibrando a apropriação privada. Nas várias áreas analisadas, busca soluções que permitam a todos sobreviver. Mas a sua preocupação é clara. Em livre tradução, “a tecnologia, com estas leis, nos promete agora um controle quase perfeito sobre o conteúdo e a sua distribuição. E é este controle perfeito que ameaça o potencial de inovação que a Internet promete”.<sup>113</sup>

Rifkin analisa o mesmo processo de outro ponto de vista, pondo em evidência em particular o fato da economia do conhecimento mudar a nossa relação com o processo econômico em geral. O argumento básico é que estamos passando de uma era em que havia produtores e compradores, para uma era em que há fornecedores e usuários. A mudança é profunda. Na prática, não compramos mais um telefone (ou a compra é simbólica). Mas pagamos todo mês pelo direito de usá-lo, de nos comunicarmos. Pagamos também para ter acesso a programas de televisão um pouco mais decentes. Já não pagamos uma consulta médica: pagamos mensalmente um plano para ter direito de

---

<sup>112</sup> Lessig, op. cit., p. p. 243

<sup>113</sup> Idem p. 249

acesso a serviços de saúde. A nossa impressora custa uma bagatela, o importante é nos prender na compra regular do “toner” exclusivo.<sup>114</sup>

Os exemplos são inúmeros. Rifkin define esta tendência como caracterizando "a era do acesso". No nosso "*A Reprodução Social*" já analisamos esta tendência, que caracterizamos com o conceito de "capitalismo de pedágio". Basta ver o montante de tarifas que pagamos para ter direito aos serviços de um banco, ou como os condomínios de praia fecham o acesso a um pedaço de mar, e nas publicidades nos "oferecem", como se as tivessem criado, as suas maravilhosas ondas. O acesso gratuito ao mar não enche os bolsos das empresas. Fechemos pois as praias.

Assim o capitalismo gera escassez, pois a escassez eleva os preços. Nesta lógica do absurdo, quanto menos disponíveis os bens, mais ficam caros, e mais adquirem valor potencial para quem os controla. Nada como poluir os rios para nos obrigar a um "pesque-pague", ou a nos induzir a comprar água “produzida”.

Com isto, vão desaparecendo os espaços gratuitos, e ficamos cada vez mais presos na corrida pelo aumento da nossa renda mensal, sem a qual nos veremos privados de uma série de serviços essenciais, inclusive a participação na cultura que nos cerca. Viver deixa de ser um passeio, ou uma construção que nos pertence, para se transformar numa permanente corrida de pedágio em pedágio. Onde antes as pessoas tinham o prazer de tocar um instrumento, hoje pagam o direito de acessar a música. Onde antes jogavam uma pelada na rua, hoje assistem um espetáculo esportivo, enquanto mastigam salgadinhos no sofá, tudo graças ao "*pay-per-view*".

O deslocamento teórico é significativo. O proprietário de meios de produção tinha a chave da fábrica, bem físico que constituía uma propriedade concreta: hoje é dono de um processo, e cobra pela sua utilização. E como os processos tornam-se cada vez mais densos em informação e conhecimento, assume maior importância a propriedade intelectual, sob forma de patentes e copyrights. Como o conhecimento constitui um bem que não deixa de pertencer a alguém quando o passa a outros, – e estamos na era da tecnologia da conectividade – a sua facilidade de disseminação torna-se imensa, e a apropriação privada gera entraves. Vemos assim todo o peso da constatação de Gorz vista acima, de que “os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados”. Não é à toa que a negociação TRIPs (*Trade Related Intellectual Property*) constitui o principal debate na Organização Mundial do Comércio, e está no centro das lutas por uma sociedade livre.

---

<sup>114</sup> Jeremy Rifkin – *The Age of Access* – Penguin Books, New York, 2001; publicado no Brasil como *A Era do Acesso*, Makron Books, 2001 – Esta necessidade de pagar pedágio sobre tudo o que fazemos pode ser opressiva. Muitos investem as suas poupanças na casa própria, na segurança de um teto que não dependerá da capacidade oscilante de pagar o aluguel. Hoje, tudo passa a depender de inúmeros “aluguéis”, e não vemos no horizonte a perspectiva de vivermos mais tranquilos. Uma pessoa que por alguma razão perde a sua fonte de renda, vê-se assim rigorosamente excluída de um conjunto de serviços que exigem regularidade de pagamento. A situação particularmente dramática dos aposentados de baixa renda tem hoje também de ser vista nesta perspectiva, mas na realidade estamos todos nos sentindo cada vez mais acuados.

“A inovação, escreve Stiglitz, está no coração do sucesso de uma economia moderna. A questão é de como melhor promovê-la. O mundo desenvolvido arquitetou cuidadosamente leis que dão aos inovadores um direito exclusivo às suas inovações e aos lucros que delas fluem. Mas a que preço? Há um sentimento crescente de que algo está errado com o sistema que governa a propriedade intelectual. O receio é que o foco nos lucros para as corporações ricas represente uma sentença de morte para os muito pobres no mundo em desenvolvimento.”<sup>115</sup>

Por exemplo, explica Stiglitz, “isto é particularmente verdadeiro quando patentes tomam o que era previamente de domínio público e o ‘privatizam’ – o que os juristas da Propriedade Intelectual têm chamado de novo ‘*enclosure movement*’. Patentes sobre o arroz Basmati (que os indianos pensavam conhecer havia centenas de anos), ou sobre as propriedades curativas do *turmeric* (gingibre) constituem bons exemplos”.

Segundo o autor, “os países em desenvolvimento são mais pobres não só porque têm menos recursos, mas porque há um hiato em conhecimento. Por isto o acesso ao conhecimento é tão importante. Mas ao reforçar o controle (*stranglehold*) sobre a propriedade intelectual, as regras de PI (chamadas TRIPS) do acordo de Uruguay reduziram o acesso ao conhecimento por parte dos países em desenvolvimento. O TRIPS impôs um sistema que não foi desenhado de maneira ótima para um país industrial avançado, mas o foi ainda menos adequado para um país pobre. Eu era membro do Conselho Econômico do presidente Clinton na época em que a negociação do *Uruguay Round* se completava. Nós e o *Office of Science and Technology Policy* nos opunhamos ao TRIPS. Achávamos que era ruim para a ciência americana, ruim para o mundo da ciência, ruim para os países em desenvolvimento”.

É uma tomada de posição importante, nesta época em que é bom tom respeitar a propriedade intelectual, sem que as pessoas se dêem conta que estamos essencialmente respeitando a sua monopolização e controle por intermediários. Precisamos de regras mais flexíveis e mais inteligentes, e sobre tudo reduzir os prazos absurdos de décadas que extrapolam radicalmente o tempo necessário para uma empresa recuperar os seus investimentos sobre novas tecnologias. Quanto a patentear bens naturais de países pobres para em seguir cobrar royalties sobre produções tradicionais, já é simplesmente extorsão. A pirataria, neste caso, vem de cima.

Assim a economia do conhecimento desenha uma nova divisão internacional do trabalho, entre os países que se concentram nos intangíveis – pesquisa e desenvolvimento, design, advocacia, contabilidade, publicidade, sistemas de controle – e os que continuam com tarefas centradas na produção física. Onde antigamente tínhamos a produção de matérias primas num polo, e produtos industriais no outro, hoje passamos a ter uma divisão mais fortemente centrada na divisão entre produção material e produção imaterial.

Uma leitura particularmente interessante sobre este tema é o livro de Chang, *Chutando a Escada*, que mostra como os países hoje desenvolvidos se apropriaram dos conhecimentos gerados em qualquer parte do mundo, por meio de cópia, roubo ou

<sup>115</sup> Joseph Stiglitz - *A Better Way to Crack it* – New Scientist, 16 September 2006, p. 20

espionagem, sem se preocuparem na época com a *propriedade intelectual*. Utilizaram a escada para subir, e agora a chutaram para o lado, impedindo outros de seguirem o seu caminho. O que seria do Japão, ou da Coreia, se tivessem sido obrigados a fechar os olhos sobre as inovações no resto do mundo, ou a pagar todos os *royalties*? O livro de Chang é extremamente bem documentado, e mostra como antes dos asiáticos os Estados Unidos já adotaram as mesmas práticas, bem como a Inglaterra. O livre acesso dos países pobres ao conhecimento, condição essencial do seu progresso e do reequilíbrio planetário, é hoje sistematicamente travado, quando deveria ser favorecido e subvencionado, para reduzir as tragédias sociais e ambientais que se avolumam.<sup>116</sup>

Em outro nível, a mudança no conteúdo da produção gera novas relações de produção, e desloca a questão da remuneração do trabalho. Medir o trabalho por horas trabalhadas torna-se, nesta esfera de atividades, cada vez menos significativo. A contribuição criativa com idéias inovadoras não vai depender do tempo que passamos sentados no escritório. Gorz cita um relatório do diretor de recursos humanos da Daimler-Chrysler: a contribuição dos “colaboradores”, como os chama gentilmente o diretor, “não será calculada pelo número de horas de presença, mas sobre a base dos objetivos atingidos e da qualidade dos resultados. Eles são empreendedores”.<sup>117</sup> Os trabalhadores são assim promovidos a empreendedores, e porque não, segundo Gorz, a empresários: “No lugar daquele que depende do salário, deve estar o empresário da força de trabalho, que providencia sua própria formação, aperfeiçoamento, plano de saúde etc. ‘A pessoa é uma empresa’. No lugar da exploração entram a auto-exploração e a autocomercialização do ‘Eu S/A’, que rendem lucros às grandes empresas, que são os clientes do auto-empresário”.<sup>118</sup>

O que estamos tentando desenhar aqui, não é um conjunto de respostas, mas o leque de questões teóricas que nos desafia como economistas, e que resulta diretamente desta ampla tendência que chamamos de economia do conhecimento. O eixo de apropriação de mais-valia desloca-se do controle da fábrica para o controle da propriedade intelectual, mudam as relações de produção, altera-se o conteúdo e a remuneração nas trocas internacionais. São eixos de reflexão que exigem novos instrumentos de análise, e os autores citados acima estão abrindo espaços.

---

<sup>116</sup> - Ha-Joon Chang – *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Anthem Press, London, 2002; no Brasil, edição da Unesp, 2003; em outro livro, *Globalization, Economic Development and the Role of the State*, Chang apresenta os resultados das diversas pesquisas realizadas sobre os impactos do protecionismo assim gerado pelos países desenvolvidos e conclui: “Demonstramos que não há base teórica nem empírica para apoiar o argumento de que uma forte proteção dos direitos privados de propriedade intelectual é necessária para o progresso tecnológico e portanto para o desenvolvimento econômico, particularmente para os países em desenvolvimento.” O “a quem aproveita” (*cui bono*) que se utiliza no direito é claro: 97% dos patentes do mundo pertencem aos países desenvolvidos. (p.293). O Documento final da Rio+20, *O Futuro que Queremos*, aprovou neste sentido “o desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias ambientalmente corretas, bem como do *know-how* correspondente, em particular para países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em termos de concessão e preferenciais, conforme acordado”. – documento final, artigo 73, junho de 2012, <http://dowbor.org/2012/06/rio20-future-we-want-draft-text-exclusive-copy-of-the-document-2012.html/>

<sup>117</sup> A. Gorz, *O Imaterial*, op. cit. p. 17

<sup>118</sup> A. Gorz, op. cit., p. 10

O Brasil neste plano enfrenta uma situação peculiar, pois ao internalizar a relação Norte-Sul, através da instalação do amplo polo transnacional na região Sudeste do país, enfrenta tanto as contradições geradas pela economia do conhecimento como a precarização e a terceirização nas regiões mais avançadas, como a reprodução de relações de produção extremamente atrasadas nas regiões que mantêm heranças de outros ciclos econômicos.

O desafio da democratização da economia adquire aqui uma dimensão interessante, pois o acesso ao conhecimento, como novo fator de produção, pode tornar-se um vetor privilegiado de inclusão produtiva da massa de excluídos. Como vimos, uma vez produzido, o conhecimento pode ser divulgado e multiplicado com custos extremamente limitados. Contrariamente ao caso dos bens físicos, quem repassa o conhecimento não o perde. O direito de acesso ao conhecimento torna-se assim um eixo central da democratização econômica das nossas sociedades.<sup>119</sup>

## **12 - A economia das áreas sociais**

Um outro eixo que está deslocando as nossas visões da teoria econômica, é a mudança profunda na composição intersetorial dos processos produtivos. Em termos resumidos, e se tomarmos o exemplo norte-americano, a agricultura passou a ocupar menos de 3% da mão de obra, e a indústria manufatureira passou em 2005 a ocupar menos de 10%.<sup>120</sup>

A grande massa das nossas ocupações ganhou o nome de “serviços”, como se a etiqueta fossa auto-explicativa. Castells se indigna com justa razão: “Sob o termo serviços foram amontoadas atividades miscelâneas com pouco em comum exceto o fato de serem diferentes da agricultura, das indústrias extrativas, dos serviços industriais, da construção e da manufatura. Esta categoria de “serviços” é uma noção residual, negativa, e gera

---

<sup>119</sup> Isto pode tomar dimensões eminentemente práticas. O Fundo de Universalização das Telecomunicações, por exemplo, poderia assegurar a generalização do acesso banda-larga a toda a população, na linha de um “Brasil Digital”. O Plano Nacional de Banda Larga deu início, no governo Lula, a uma caminhada na boa direção. Em termos da evolução da ciência econômica para dar conta destas novas dimensões, constitui excelente contribuição o livro de Clay Shirky, *Cognitive Surplus* (excedente cognitivo), The Penguin Press, New York, 2010. Apresentamos uma visão de conjunto mais detalhada no artigo *Da propriedade intelectual à sociedade do conhecimento*, disponível em <http://dowbor.org/09propriedadeintelectual7out.doc> e também propostas para o mundo da educação no artigo *O professor frente à Propriedade Intelectual*, <http://dowbor.org/2011/08/o-professor-frente-a-propriedade-intelectual-7.html/>

<sup>120</sup> “Pela primeira vez desde a revolução industrial, menos de 10% dos trabalhadores americanos estão hoje empregados na manufatura. E já que talvez a metade dos trabalhadores numa empresa típica de manufatura está empregada em tarefas típicas de serviços, tais como *design*, distribuição e planejamento financeiro, a parte real dos trabalhadores que fazem coisas que você pode deixar cair no seu dedão poderia ser de apenas 5%. É causa de preocupação? A nossa cifra de 10% foi obtida dividindo o número de empregos de manufatura, por uma estimativa da força de trabalho total (inclusive os auto-empregados, empregados em tempo parcial e forças armadas) de 147 milhões. Em 1970, cerca de 25% dos trabalhadores americanos estavam na manufatura...A maior parte das pessoas hoje trabalha em serviços: na América, algo como 80%” - *The Economist*, October 1<sup>st</sup> 2005, p. 69. É interessante lembrar que Manuel Castells, no seu *The Rise of the Network Society*, projetava em 1995 que o emprego industrial nos Estados Unidos baixaria até 14% em 2005. A realidade, como sempre, vai mais rápido do que imaginamos. (página 223 do vol. I, Blackwell, Oxford 1996).

confusão analítica”.<sup>121</sup> Adotando a metodologia de Joachim Singlemann, o autor propõe uma distinção de serviços de apoio à produção (informática, finanças...), serviços distributivos (transporte, comunicações e comercialização), serviços sociais (saúde, educação etc.) e serviços pessoais (restaurantes, hotelaria, domésticos...), e sugere que com a complexidade maior da economia se abandone o velho paradigma de Colin Clark que dividia os setores em primário, secundário e terciário. Segundo Castells, “esta distinção se tornou um obstáculo epistemológico à compreensão das nossas sociedades”.<sup>122</sup>

A realidade é que quanto mais avança o conteúdo de conhecimento das diversas atividades, mais precária fica a classificação tradicional. Mas o que nos interessa particularmente aqui é a confusão gerada pelo conceito excessivamente geral de serviços, encobrindo um fenômeno importante, que é o da crescente presença, nas atividades econômicas em geral, das políticas sociais. Mencionamos rapidamente acima este conjunto de atividades. Não se trata aqui de aprofundar a sua análise, mas de atentar para algumas características que impactam as relações de produção do setor, e consequentemente a sua conceituação econômica.<sup>123</sup>

Lembremos antes de tudo que esta área de atividades é a que mais se expande. Conforme vimos acima, a saúde nos Estados Unidos (somando a pública e a privada) representa hoje o maior setor econômico do país, com 17% do PIB e crescendo, quando a produção industrial representa 14% e está diminuindo. Castells se refere ao “dramático aumento dos empregos de cuidados de saúde e, em menor escala, dos empregos na educação”.<sup>124</sup> Se somarmos saúde, educação, cultura, segurança local e semelhantes, teremos algo como 40% do emprego. Há variações fortes segundo os países, e pode-se discutir as classificações, mas o fato é que temos um gigante crescendo, e gerando novas relações de produção.

As atividades sociais são capilares – a saúde tem de chegar a cada pessoa, a educação a cada criança, sob forma de prestações personalizadas, o que envolve relações de produção diferentes das que caracterizam uma fábrica, com máquinas e operários gerando por exemplo sapatos enviados a supermercados distantes. Não se estoca saúde em prateleiras, nem se despacha por contêiner. A qualidade da educação não depende apenas da escola, depende do clima cultural gerado nas comunidades e no país, entre outros pelos programas de televisão. As formas de organização social geradas por este tipo de atividades são diferentes do que as que surgiram com a produção fabril. E as atividades sociais são atividades fins. Uma vida com saúde, educação, cultura, segurança – e o tempo para desfrutá-los – é o que queremos da vida.

---

<sup>121</sup> “Under the term services are dumped together miscellaneous activities with little in common except being other than agriculture, extractive industries, utilities, construction, and manufacturing. The “services” category is a residual, negative notion, inducing analytical confusion”. – Castells, op. cit. p. 77

<sup>122</sup> Castells, op. cit. p. 206; Anita Kon apresenta as diversas tentativas de classificação dos serviços no seu *Economia de Serviços*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2005, páginas 28 e seguintes; a classificação que mais nos convence é a de Singlemann, e uma tabela-resumo pode ser encontrada na p. 312 da obra de Castells.

<sup>123</sup> Abordamos de forma sistemática este setor de atividades no vol. II do nosso *A Reprodução Social*, e no artigo *Gestão social e transformação da sociedade*, <http://dowbor.org> sob Artigos Online

<sup>124</sup> Castells, op. cit. p. 229;

Não há dúvida que há uma forma capitalista de se prestar serviços sociais. O resultado, no entanto, é que no lugar da saúde surgiu a indústria da doença, no caso da educação a indústria do diploma, no caso da cultura a indústria do entretenimento e assim por diante. Em termos teóricos, se há razoável aproximação entre o objetivo do lucro e a satisfação social, por exemplo, no caso da produção material, – o exemplo do padeiro de Adam Smith está sempre presente – no caso das políticas sociais os dois objetivos raramente coincidem.

Os resultados são geralmente desastrosos. O presidente Ricardo Lagos, do Chile, abriu o Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) de 2005, lamentando a ruptura que se fez entre serviços sociais privatizados e luxuosos para minorias, e serviços sociais públicos e subequipados para a grande massa da população. Trata-se de áreas que, para funcionar de maneira adequada, precisam ser públicas, descentralizadas, e com controle participativo das comunidades. São áreas de consumo coletivo, e é o nível geral de cultura científica de um país que permite o progresso do conjunto. Pouco adianta os ricos disporem de medicina curativa de luxo se não há sistemas sociais generalizados de vacinação, de prevenção das doenças. Os micróbios não dão importância ao tamanho da conta bancária, e tampouco os mosquitos.

Em termos de produtividade do uso dos recursos, há pouca dúvida quanto ao desperdício generalizado que provoca a privatização. Há uma correlação interessante a se fazer neste plano. A Noruega gasta com saúde 9,6% do PIB, sendo 8,0% no setor público e 1,6% no setor privado; o Canadá gasta também 9,6% com saúde, sendo 6,7% no setor público e 2,9% no setor privado; as cifras para os Estados Unidos são respectivamente 14,6%, 6,6% e 8,0%. A Noruega está em primeiro lugar no IDH, o Canadá em quinto, os Estados Unidos em décimo. Na componente saúde do IDH, os Estados Unidos estão em 33º lugar. Os gastos em saúde nos Estados Unidos em 2002 foram de 5.274 dólares por pessoa, no Canadá foram de 2.931.<sup>125</sup>

Na realidade esta área depende intensamente de formas colaborativas de organização social. Quando um país africano deixou de vacinar as crianças contra poliomelite, uma doença quase totalmente controlada voltou a se espalhar. A educação depende de um ambiente rico e denso em informações em todo o território, com bibliotecas, teatros, uma televisão inteligente, vida cultural intensa. A própria cultura transformada em *indústria do entretenimento* gera espectadores passivos e desinformados. A segurança

---

<sup>125</sup> UNDP – *Human Development Report 2005* – páginas 219 e 236, tabela I referente ao IDH em geral e tabela 6 referente às políticas de saúde. Na página 58 há um encarte interessante sobre a saúde nos Estados Unidos, em que se constata que os Estados Unidos lideram o mundo em gastos com saúde, mas que desde 2000 a tendência para a queda da mortalidade infantil foi revertida (“infant death rates first slowed and then reversed”). Dos Americanos não-idosos, 45 milhões não têm seguro de saúde. Segundo o Relatório, os que não têm seguro não têm acompanhamento regular, e apresentam maiores chances de serem hospitalizados, gerando problemas de saúde e gastos muito superiores do que se tivessem cobertura. Avaliação do ano 2007 mostrou os Estados Unidos em último lugar entre países desenvolvidos em eficiência de saúde: gastaram \$7290 por pessoa. Em primeiro lugar ficou a Holanda, apesar de gastar apenas \$3837 (New Scientist, 26 June 2010). Saúde privada, essencialmente curativa e elitista é um desperdício.

transformada em indústria de armas não leva a lugar algum: os Estados Unidos têm 2,5 milhões de pessoas vivendo nas cadeias, todo mundo tem armas, e a criminalidade é alta.

O eixo de raciocínio que desponta, é que aplicar às áreas sociais relações de produção típicas da era industrial, com sistemas privados que buscam lucro, simplesmente leva a desperdícios, desigualdade e violência. Esta é uma área que exige gestão pública, descentralizada e participativa. As instituições privadas que funcionam, são fundações sem fins lucrativos, como por exemplo as grandes universidades americanas. As privadas com fins lucrativos, inclusive cotadas em bolsa como a Phoenix, resultam em muitos diplomas e pouca ciência. É interessante contrapor às universidades cotadas em bolsa, ou aos planos de saúde controlados por financeiras, à Pastoral da Criança, que hoje atua em mais de 3500 municípios do país, é responsável por 50% de queda de mortalidade infantil onde atua, e por 80% de redução de hospitalizações. O custo mensal por criança é de 1,70 real. Não há plano de saúde – e aliás empresa privada em geral – que consiga este tipo de resultados de custo-benefício. Assim o empreendimento mais eficiente do país na área social não está baseado na competição, mas num sistema de colaboração em rede.

O exercício teórico que se impõe é a análise sistemática dos setores que compõem a área social, partindo das relações técnicas de produção, e reconstruindo a partir delas as relações sociais. Da mesma forma como Marx analisava no século XIX o que as relações técnicas da produção industrial implicavam em termos de relações sociais de produção, vale a pena hoje pensar que tipo de organização da sociedade está sendo construído pelas políticas sociais. Como economistas, estamos longe de responder ao desafio. No Brasil, em particular, fez-se (com honrosas exceções) uma ruptura epistemológica entre economistas por um lado, pessoas sérias que tratam de juros, câmbio, inflação e semelhantes, e as pessoas de coração mole que tratam do “social” por outro. Os grandes bancos, que travam o desenvolvimento e oneram todas as nossas atividades, cobrando pedágios absurdos sobre o acesso ao nosso próprio dinheiro, são apresentados como fatores de crescimento, enquanto as áreas sociais, que respondem diretamente ao que queremos da vida – saúde, segurança, cultura etc. – são apresentadas como “custos”. É um mundo de cabeça para baixo.<sup>126</sup>

O essencial para nós aqui, é que os mecanismos que regem as áreas sociais continuam à margem do *mainstream* das análises econômicas, como co-adjuvantes do processo, quando se trata de uma área que tipicamente ocupa o dobro ou o triplo do que ocupam as atividades que produzem bens fisicamente mensuráveis. Onde funcionam, os serviços sociais, pela sua capilaridade e caráter de consumo coletivo, geraram estruturas descentralizadas e intensamente participativas, favorecem a criação de parcerias, e constituem portanto um poderoso organizador social, enriquecendo com democracia econômica e social as nossas formas de organização da sociedade. A ausência de análises dos sobre-custos gerados pela privatização das áreas sociais tirou do horizonte do debate econômico um dos principais fatores de sermos um país de altos custos, e de baixa produtividade sistêmica.

---

<sup>126</sup> No livro *A Economia Social no Brasil*, editado em 2003 pela Editora Senac, tentamos, com Samuel Kilsztajn e a colaboração de uma série de autores, abrir mais canais entre o econômico e o social, absurdamente divorciados. Na própria área empresarial a compreensão desta necessidade está se tornando mais clara. Em *A hora da Desigualdade*, a CEPAL já traz uma visão sistemática das áreas sociais como investimento e produção, e não mais como gasto - <http://bit.ly/bqwYAh>

### 13 - A economia do tempo

O tempo é o nosso principal recurso não renovável. O seu desperdício, por nós mesmos ou por terceiros, é monumental. Todos sabemos que *time is money*, mas poucos pensam no que estão comparando. O tempo é o tempo da nossa vida. Dinheiro perdido pode ser recuperado. Já a vida...

Keynes tinha uma visão muito simpática do amor pelo dinheiro: “O amor do dinheiro como posse – distintamente do amor do dinheiro como meio de obter os prazeres e realidades da vida – será reconhecido pelo que é, uma morbidez um pouco repugnante, uma destas propensões semi-criminais, semi-patológicas que entregamos com um tremor aos especialistas em doenças mentais”.<sup>127</sup>

Não que desconheçamos o valor econômico do tempo. O empresário calcula rigorosamente os tempos dos seus empregados, porque o tempo dos seus empregados sai do seu bolso. Kuttner relata a visita que fez a um centro de tele-marketing, onde as moças têm direito a apenas dois segundos entre uma chamada e outra: passados os dois segundos, começam os descontos. O documentário *The Corporation* mostra empresas onde são registrados até centésimos de segundo das operações de costureiras para as grandes marcas.

O desperdício do nosso tempo constitui provavelmente uma das externalidades mais poderosas do capitalismo. Quando um banco reduz o número dos atendentes, e ficamos na fila, está reduzindo o tempo de trabalho oferecido, que para ele representa um custo, e aumentando o tempo perdido pelos clientes, que não lhe custa nada. Basta se assegurar que os outros bancos se comportam de maneira semelhante, para não criar má fama. A empresa de ônibus prefere ter o ônibus bem cheio, melhorando o seu rendimento passageiro/quilômetro, ainda que isto signifique tempo perdido para o usuário que espera a condução no ponto. Quando chamamos um serviço de telefonia, e passamos uma eternidade ouvindo como a nossa ligação é importante para um misterioso “nós”, não há dúvida que o nosso tempo de espera é um custo para nós mesmos, mas não para o “nós”. Quando esperamos em casa a visita de um técnico ou uma entrega, fomos informados que devemos estar em casa no horário comercial, a qualquer momento do dia. Naturalmente, como não temos nada para fazer, ficamos esperando, porque precisamos do serviço. A empresa não indica um horário concreto porque para ela é útil ter mais flexibilidade. Basicamente, considera-se que o tempo de uma empresa é valioso, mas que o tempo do consumidor é gratuito.

Ter tempo para fazer as coisas que nos agradam constitui provavelmente o objetivo maior de como nos organizamos como sociedade. Ou seja, precisamos evoluir da economia do

---

<sup>127</sup> John Maynard Keynes – *Economic Possibilities for our Grandchildren* – (1930), in *Essays in Persuasion*, W.W. Norton, New York, London, 1963, p. 358 e ss. No original, “The love of money as a possession – as distinguished from the love of money as a means to the enjoyments and realities of life – will be recognised for what it is, a somewhat disgusting morbidity, one of those semi-criminal, semi-pathological propensities which one hands over with a shudder to the specialists in mental disease”. (p. 369).

tempo como preocupação microeconômica, onde a empresa calcula os nossos segundos, para uma preocupação macro, avaliando a eficiência da nossa organização social em função da ampliação da possibilidade de escolha de como empregamos o nosso tempo.

A visão se conecta de maneira bastante evidente com os trabalhos de Amartya Sen, envolvendo a compreensão de que pobreza não é necessariamente a privação do direito a determinados produtos, mas também uma perda do direito às opções. E a opção de como utilizamos o nosso escasso tempo de vida é essencial.

Em trabalho desenvolvido por Marcelo Traldi, um questionário sobre o uso do tempo por famílias de classe média levou a coisas interessantes, como o fato de um profissional classificar como horas de lazer o tempo em que, confortavelmente sentado na sua casa, lia um bom livro técnico. A mesma atividade no escritório seria classificada como trabalho, ou até como sacrifício.<sup>128</sup>

Herdamos da tradição judeo-cristã a imensa carga da virtude do sacrifício. Quanto mais sacrificada a nossa vida, mais somos merecedores de algum tipo de recompensa, nesta vida ou na próxima. Na realidade, fazer uma coisa bem feita, utilizar a nossa capacidade de inventar, nunca foi sacrifício. O *Business Week* se surpreende, em matéria de capa sobre o Linux, da quantidade de gente que contribui para a construção e aprimoramento do software livre, pelo simples prazer de criar uma coisa melhor, e de ser útil. Inversamente, uma pessoa desempregada pode sem dúvida sentir desespero por sua dificuldade de sustentar a família. Mas também se sente desesperada – e isto é particularmente verdadeiro do jovem – por não contribuir, não participar, não *fazer parte* de um processo social.

A economia do tempo não existe como disciplina, e no entanto é essencial. E repousa sobre uma premissa básica: o tempo como categoria econômica não se limita ao tempo da atividade produtiva remunerada. O uso inteligente do nosso tempo, nos seus diversos componentes, da dormida que reconstitui as nossas forças, da diversão que resgata os nossos equilíbrios internos, do cuidado com os nossos filhos, da flor plantada no jardim, da conversa com os amigos, do sentimento de fazer algo útil num ambiente de trabalho que nos respeita, é o que compõe o objetivo final, a qualidade de vida. Não se trata aqui de incluir o nosso lazer e o prazer das realizações nas loucuras econômicas: pelo contrário, trata-se de mostrar o custo que a invasão dos processos econômicos mal resolvidos gera para todos nós, e resgatar o direito ao nosso tempo.

Voltemos ao texto de Keynes. Avaliando em 1930 o que deveria ser a vida dos seus netos, imagina que teríamos a inteligência de aproveitar as tecnologias e os avanços de produtividade para trabalhar menos: “Turnos de três horas, ou uma semana de 15 horas poderão resolver o problema durante um bom tempo. Pois três horas por dia são o bastante para satisfazer o velho Adão dentro de nós”. Naturalmente, houve avanços

---

<sup>128</sup> Marcelo Traldi Fonseca – *Para onde vai o nosso tempo? Estudo exploratório sobre a utilização do tempo livre* – Dissertação de Mestrado em Administração, PUC-SP, 2004; ver <http://dowbor.org> sob “Pesquisas Conexas”.

tecnológicos que ele não poderia prever, e que sobrepassaram o que ele poderia imaginar. E no entanto, estamos nos matando de trabalhar.<sup>129</sup>

Há uma dimensão surrealista nesta irracionalidade que envolve a má distribuição dos esforços. Uma parte da sociedade está desesperada por excesso de trabalho, e outra por não ter acesso ao emprego. Um mínimo de bom senso na distribuição de esforços constitui, neste sentido, um dos objetivos centrais da gestão social. Em termos de regulação da economia do tempo, chega-se à conclusão de que o mercado constitui um mecanismo estruturalmente insuficiente de alocação dos recursos do trabalho, exigindo soluções sistêmicas articuladas. Não há nada de novo nesta constatação. Mas na visão que aqui sugerimos, ao darmos um valor econômico ao tempo social, o desemprego deixará de ser visto apenas como situação de desespero lamentável, retribuída aos pobres diabos que não conseguiram diplomas e “empregabilidade”, mas um custo para a sociedade: o valor do tempo desperdiçado pode ser muito maior do que o custo de medidas de organização que assegurem um trabalho útil para todos.<sup>130</sup>

Outra dimensão da economia do tempo envolve a irracionalidade do processo de acumulação. Se olharmos o tempo como categoria econômica, e portanto o desperdício do tempo social como custo, deveremos pensar por exemplo em como se dá a solução do nosso transporte. Trabalhamos muito para ganhar dinheiro para comprar um carro. Na cidade de São Paulo, por carência dramática de transporte coletivo, cada um busca ter o seu carro. O resultado prático, como vimos acima, é que andamos numa velocidade média de 14 quilômetros por hora. Conforme vimos acima, a pesquisa do Nossa São Paulo indica que o paulistano perde em média duas horas e quarenta e três minutos por dia no trânsito. Pagamos o carro, e ficamos presos aos gastos recorrentes em gasolina, seguro, consertos, estacionamento, hospitais, sem falar das multas, e eventualmente do analista e dos tranquilizantes que ele nos recomenda.

Ao confundirmos os meios e os fins, confundimos o uso do nosso tempo com uma felicidade sempre adiada. O objetivo maior, o “valor” que perseguimos, é a qualidade de vida para o maior número, inclusive os nossos filhos e netos. Esta qualidade de vida envolve, por exemplo, poder nadar numa piscina, ou descansar um fim de semana numa chácara e assim por diante. Mas precisamos realmente ser proprietários exclusivos destas infraestruturas? A realidade é que passamos longos anos trabalhando para pagá-las, e sempre subestimamos os gastos recorrentes que resultam, sob forma de manutenção, impostos e outros. Se calcularmos o tempo de trabalho destinado a adquiri-las, o tempo de trabalho gasto para mantê-las, e o pouco que as utilizamos, - porque justamente não temos tempo - veremos que é muito mais prático nos apoiarmos em soluções sociais. Toronto, por exemplo, tem numerosas piscinas públicas, além das instalações esportivas escolares serem abertas ao público em geral. O cidadão não precisa lembrar qual o nível

---

<sup>129</sup> Keynes, op. cit. – “Three-hour shifts or a fifteen-hour week may put off the problem for a great while. For three hours a day is quite enough to satisfy the old Adam in most of us!” – O velho Adão, naturalmente, é o que ganha o pão com o suor do seu rosto.

<sup>130</sup> O clássico sobre o tema é o livro de Guy Aznar, *Trabalhar menos para trabalharem todos* - prefácio de André Gorz. Keynes já se insurgia contra “a enorme anomalia do desemprego num mundo cheio de necessidades”.

de ph da água, se o cloro foi comprado, se o homem da manutenção da piscina foi pago – apenas pega o seu calção, a bicicleta, e vai para a piscina, onde poderá encontrar amigos, onde as suas crianças podem nadar à vontade pois há um serviço municipal de proteção e assim por diante.

Ao diluirmos os custos de infraestruturas de lazer entre todos os cidadãos, tornam-se muito baixos. Mas sobretudo não precisaremos perder constantemente o nosso dinheiro e o nosso tempo para organizar o uso agradável do nosso tempo. Não se trata de desprezar o consumo, mas de fazê-lo de maneira inteligente. Com a incorporação do tempo social como elemento econômico, a lógica do investimento social muda. Quando acompanhamos a trajetória de vida de um casal médio, e de classe média, é impressionante como há uma fase de se matar de trabalho para adquirir todas estas coisas, e depois uma luta para se livrar destas mesmas coisas, para recuperar o direito ao dinheiro e ao tempo perdidos no caminho.

Como avaliar o valor do tempo social? Nada como ir pelo caminho mais simples. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem um PIB de 320 bilhões de reais. Isto nós dá, para uma população de 11 milhões, um *per capita* anual de 29 mil reais. Isto representa, por hora, 3,30 reais. Com isto podemos calcular o valor do tempo perdido. Uma hora perdida no trânsito, para os 6,5 milhões de pessoas que se deslocam para o trabalho todo dia, constituem neste cálculo uma perda diária de 21 milhões de reais. Podemos afinar este cálculo de diversas formas, mas o essencial é tomarmos consciência que o nosso tempo não é gratuito, e quando alguém o desperdiça, este desperdício tem de ser levado em conta.<sup>131</sup>

As implicações disto podem ser muito práticas. Ao calcular os custos de um quilômetro de metrô, um candidato a prefeito de São Paulo concluiu que é muito caro, algo como 100 milhões de dólares por quilômetro. Digamos que uma rede ampla de metrô economizasse meia hora do tempo médio de deslocamento do paulistano economicamente ativo. Seriam 21 milhões de reais economizados por dia, o suficiente para pagar um quilômetro de metrô a cada vinte dias.<sup>132</sup>

Temos aqui uma explosão de estudos, à medida em que a idiotice de desperdiçarmos o principal recurso não renovável da nossa vida se torna mais patente. Robert Putnam lamenta que “uma das inevitáveis consequências de como chegamos a organizar as nossas vidas em termos espaciais é que gastamos cada dia mais tempo nos deslocando em caixas de metal entre os vértices dos nossos triângulos privados. Os americanos adultos passam uma média de setenta e dois minutos por dia no volante, segundo o a Pesquisa do Departamento de Transporte Pessoal. Isto representa, de acordo aos estudos do uso diário

<sup>131</sup> Steven Davis, nos Estados Unidos, partiu do valor médio do salário horário, descontados os impostos, e atribuiu este valor à hora de lazer, algo como 13,2 dólares. Um ganho de 5 horas de lazer por semana significaria 3.300 dólares por trabalhador e por ano. *The Economist*, February 4th 2006, p. 29

<sup>132</sup> Utilizamos diversos cálculos semelhantes em outros trabalhos. O essencial aqui não é o referencial da cifra exata, mas a compreensão de que ter tempo para viver constitui um valor essencial, e que a racionalidade econômica tem de economizar o nosso tempo, e não desperdiçá-lo. Para uma aplicação detalhada do cálculo à cidade de São Paulo, ver a nossa nota técnica *O valor econômico do tempo livre*, de 2010. O link é <http://dowbor.org/10valordotempolivre.doc>

do tempo, mais do que gastamos para cozinhar ou comer, e mais do dobro do que os pais gastam em média com as crianças. Deslocamentos em carros particulares representam mais de 86% de todos os deslocamentos na América, dois terços de todos os deslocamentos em carros são feitos por pessoas sozinhas, e a fração tem aumentado regularmente”.<sup>133</sup>

Um impacto indireto deste processo é o crescente isolamento em que vivemos. Putnam insiste neste impacto desarticulador da interação social que provoca o transporte individual para o trabalho, o chamado “*commuting*”. De um lado, constata que “cada 10 minutos a mais gastos no tempo diário de *commuting*, reduz o envolvimento comunitário em 10% - menos participação em reuniões públicas”. Por outro lado, constata “este outro fato curioso de que não se trata apenas do tempo passado no carro, mas também da fragmentação espacial entre a casa e o local de trabalho, que é ruim para a vida comunitária”. Conhecemos bem este fenômeno no Brasil, com a expansão das cidades-dormitório, com todos os impactos em termos de pobreza cultural, criminalidade e outros.

O processo em si é bastante interessante. Ao pensarmos o tempo livre como categoria econômica social, entramos numa visão moderna da economia, porque centrada no resultado final, na qualidade de vida. Em termos econômicos, isto significa darmos valor tanto ao tempo que não é diretamente contratado por um empregador, – e que as empresas consideram gratuito pois não lhes custa – como ao tempo dedicado a atividades socialmente úteis mas que não entram no circuito monetário, como os cuidados com a família, o embelezamento dos nossos jardins, a arborização das nossas calçadas por vizinhos dedicados e assim por diante, evitando que os mecanismos econômicos dominantes o desperdicem.

É igualmente significativa a invasão do nosso tempo consciente. O custo da publicidade, por exemplo, avalia apenas os gastos com as diferentes mídias que veiculam mensagens publicitárias. O fato da mensagem publicitária invadir o programa que estou assistindo, me obrigando a “zapear” entre diversas bobagens em diferentes canais, é uma perda de tempo. Quem paga por este tempo, pelo descanso que deixo de ter? Os empresários da publicidade, naturalmente, me dirão que são eles que me “oferecem” o programa. Como poucas pessoas entendem de economia, o argumento passa. Na realidade, os custos da publicidade são incluídos nos preços dos mais diversos produtos. Quando um concorrente coloca a publicidade sobre o seu produto, outro concorrente acompanha, para não perder fatia de mercado. Na cacofonia que se segue, ninguém presta atenção, mas ninguém consegue sair do processo. É a tradicional imagem do “senta!” que gritam os torcedores no estádio, pois ninguém pode sentar sozinho, sob pena de não ver o jogo. O que se desperdiça no processo, além do nosso dinheiro, como vimos acima com os exemplos de Juliet Schor, é o nosso tempo.

A invasão do nosso tempo consciente, em que fazemos algo que nos agrada, ou que escolhemos fazer por alguma razão, é um custo. Se queremos desfrutar de um mínimo de tranquilidade, escutando por exemplo uma música, somos permanentemente distraídos

---

<sup>133</sup> Robert D. Putnam – *Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community* – Simon and Schuster, New York, 2000, p. 212

por mensagens publicitárias. Poderíamos deixar de prestar atenção nas mensagens, mas não somos feitos assim: somos feitos para prestar atenção no que acontece em torno de nós, e é o que evita por exemplo um atropelamento. O resultado é uma tensão entre o que queremos conscientemente fazer e a invasão permanente de mensagens inúteis. Literalmente, trata-se de lixo, que temos de estar descartando a cada instante. O processo é cansativo: os americanos qualificam esta tensão de “sobrecarga sensorial”. Custa dinheiro a todos nós, gera apenas cansaço e um clima geral de obsessão pelo consumo. Vale a pena pagarmos por isto?

Parece que as pessoas estão gradualmente se dando conta. Há um livro simpático de Eduardo Gianetti, chamado *Felicidade*. Quem imaginaria um economista pensando nisto? Uma excelente leitura é o livro de Bruno S. Frey e Alois Stutzer, *Happiness and Business*; particularmente interessante é o trabalho de Tim Kasser, *The High Price of Materialism*, que apresenta numerosas pesquisas sobre a relação entre o nível de satisfação com a vida e a orientação para a acumulação de riqueza material. Rosiska Darcy escreveu um livro agradável sobre *A Reengenharia do Tempo*.

A democratização da economia representa muito mais do que um novo equilíbrio político: representa um resgate do sentido das coisas, um reencontro entre os objetivos econômicos e os objetivos humanos. Há obviamente uma *psicopatologia da economia cotidiana* que Freud esqueceu de escrever, e que aparece no rosto apoplético de um motorista xingando outro, ou no rosto cansado de uma mulher que enfrenta uma tripla jornada. A vida não precisa ser idiota, as tecnologias não precisam nos escravizar, mas é o que está acontecendo.

O nosso objetivo aqui não é enumerar os vazios da ciência econômica, mas mostrar que ao colocar no centro dos resultados econômicos os valores que queremos – em particular a qualidade de vida, – aparecem como categorias econômicas áreas que normalmente não estaríamos considerando. E resgatando a tradição do estudo do lazer e do ócio de Lafargue, de Russell, e mais recentemente de De Masi, começamos a dar conteúdo às aspirações que temos como seres humanos. Atribuir um valor econômico ao tempo livre será uma forma prática de cobrar dos agentes econômicos o tempo que nos fazem perder, e uma forma de resgatar o direito ao tempo dito não econômico. A economia é apenas um meio, o objetivo é a vida. Submeter as corporações aos nossos objetivos humanos, em vez de sermos por elas empurrados numa correria sem sentido – isto sim faz sentido.

#### **14 - A teoria econômica da sustentabilidade**

Parece bastante absurdo, mas o essencial da teoria econômica com a qual trabalhamos não considera a descapitalização do planeta. Na prática, em economia doméstica, seria como sobrevivermos vendendo os móveis, a prata da casa, e achássemos que com este dinheiro a vida está boa, e que portanto estaríamos administrando bem a nossa casa. Estamos destruindo o solo, a água, a vida nos mares, a cobertura vegetal, as reservas de petróleo, a cobertura de ozônio, o próprio clima, mas o que contabilizamos é apenas a taxa de crescimento.

Vimos acima, no item “Medindo Resultados”, as diversas iniciativas de se alterar a contabilidade para refletir a descapitalização gerada. Aqui nos interessam a deformação das teorias econômicas e as reorientações necessárias. A ciência econômica tem se centrado nas diversas engrenagens que fazem funcionar a máquina econômica, e regulam o seu ritmo: a taxa de investimentos, a taxa de juros, a taxa de inflação, a dinâmica do emprego, a balança de pagamentos, o nível da dívida, e a consequente taxa de crescimento. É natural que nos preocupemos com isto, pois se a máquina não funciona não vamos a lugar algum. No entanto, um número crescente de pessoas está perguntando o óbvio: para onde vamos?

Uma vez mais, trata-se de termos uma visão sistêmica e de longo prazo. O *mainstream* da economia banuiu o longo prazo e a visão de conjunto, com o que evita de se colocar o problema desagradável dos impactos estruturais de como nos desenvolvemos. Adam Smith com a divisão do trabalho, Malthus com a análise das dinâmicas demográficas, Marx com a análise da transformação das forças produtivas, Schumpeter com a análise da dinâmica de renovação tecnológica – analisavam a realidade colocando no centro do raciocínio elementos estruturadores ou re-estruturadores da economia. Podem ter errado ou acertado nas suas conclusões, mas as categorias que utilizaram os levavam a olhar as dinâmicas estruturais.

Uma das inovações mais ricas no renovar da ciência econômica, é o fato de um grupo como o Clube de Roma, mesmo errando nas projeções, ter recolocado na mesa a visão de conjunto e o longo prazo. Milhares de pesquisadores se lançaram na organização das cifras certas. E o eixo principal do enriquecimento teórico nesta linha foi sem dúvida a preocupação com a deterioração – e em várias áreas destruição – do meio ambiente. É muito significativo lembrarmos como ainda há pouco tempo se reagia de forma negativa à problemática ambiental, como os grupos dirigentes apontavam para um futuro glorioso a cada avanço tecnológico, enquanto uns *chatos* teimavam em apontar para os lados negativos. Talvez uma das facetas mais trágicas da economia neoliberal, e mais infantil do ponto de vista científico, é o fato de se apontar para a produção (o crescimento do PIB), fazendo de conta que não vê os custos (descapitalização do planeta, polarização entre ricos e pobres, desperdício generalizado dos recursos, desarticulação social). Quando limitamos as nossas análises a uma comparação quantitativa com o trimestre anterior, e com o trimestre equivalente do ano anterior, dos *outputs* de bens e serviços comerciais, realmente torna-se possível ignorar muita coisa.

É impressionante como o Relatório Brundtland continua presente, vinte anos depois de escrito. Esta presença não resulta apenas do acerto das análises, resulta também do fato que os problemas estruturais não mudam da noite para o dia. “Vista do espaço, a Terra é uma bola frágil e pequena, dominada não pela ação e pela obra do homem, mas por um conjunto ordenado de nuvens, oceanos, vegetação e solos. O fato de a humanidade ser incapaz de agir conforme essa ordenação natural está alterando fundamentalmente os sistemas planetários. Muitas dessas alterações acarretam ameaças à vida. Esta realidade nova, da qual não há como fugir, tem de ser reconhecida – e enfrentada”. A visão, portanto, tem de ser sistêmica.<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> - CNUMAD (Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) – *Nosso Futuro Comum* - FGV, Rio de Janeiro, 1988, p. 1 - O estudo é também conhecido como Relatório

Quanto ao longo prazo e impactos estruturais, o Relatório é eloquente: “Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo...Os efeitos da dissipação atual estão rapidamente acabando com as opções das gerações futuras. Muitos dos responsáveis pelas decisões tomadas hoje estarão mortos antes que o planeta venha a sentir os efeitos mais sérios da chuva ácida, do aquecimento da Terra, da redução da camada de ozônio, da desertificação generalizada ou da extinção das espécies”.

Ao abarcar o nosso pequeno planeta numa visão de conjunto e de longo prazo, os autores foram naturalmente levados a incluir nas análises a dimensão social dos processos econômicos: “A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional...A ecologia e a economia estão cada vez mais entrelaçadas – em âmbito local, regional, nacional e mundial – numa rede inteiriça de causas e efeitos”.<sup>135</sup>

É interessante, portanto, ver como a teoria ambientalista e a visão do desenvolvimento sustentável podem devolver à ciência econômica os seus rumos. Ao colocar a visão de conjunto, ultrapassando a visão econômica estreita, voltamos a entender como os processos de mudança social se relacionam. Ao olharmos o longo prazo, resgatamos tanto as implicações estruturais como a visão histórica. Ambas nos levam inevitavelmente para um resgate dos valores, dos objetivos de tudo isso. E a definição dos valores e dos objetivos sociais constituem nortes eminentemente políticos, sujeitos a processos democráticos de decisão.

O livro de Edward Wilson, *O Futuro da Vida*, é antes de tudo bonito. Todos os dados sobre o nosso drama ambiental estão aí, mas o texto flui, e o autor consegue informar bem e fazer-nos gostar do tema. A imagem que resulta, uma visão de conjunto da nossa problemática ambiental, é muito rica.

Wilson não é um sonhador inimigo da tecnologia. Mas reconhece os problemas que esta tecnologia gerou, e a necessidade dela nos ajudar a resolvê-los. Um dos problemas mencionados é a nossa "pegada" (*footprint*): o ser humano, para sobreviver, ocupa espaço de residência, espaço de cultivos e outros, totalizando 2,1 hectares por pessoa, como média mundial. O norte-americano, um pouco mais espaçoso, precisa de 9,6 hectares. Se fossemos seguir o modelo americano, hoje já precisaríamos de 4 terras.

A verdade é que tardamos muito em tomar consciência da enrascada em que nos metemos: "A humanidade tem jogado, até agora, o papel de destruidor do planeta,

---

Brundtland, do nome de Gro Brundtland que coordenou a obra. Uma excelente e atualizada visão tanto dos problemas como das alternativas pode ser encontrada em Lester Brown, *Plano B 4.0*, de 2010, disponível na íntegra online em [http://www.worldwatch.org.br/plano\\_b.pdf](http://www.worldwatch.org.br/plano_b.pdf) , hoje leitura básica sobre o assunto.

<sup>135</sup> Idem, citações extraídas das páginas 4 e 8 do Relatório.

preocupado apenas com a sua própria sobrevivência no curto prazo...Sabemos o que deve ser feito, talvez agiremos a tempo".<sup>136</sup>

Assim, a problemática ambiental nos leva aqui também ao problema dos valores, do “para que?” das nossas atividades: "Como no caso de todas as grandes decisões, a questão é moral. A ciência e a tecnologia fazem parte do que podemos fazer; a moral é aquilo que concordamos que deveríamos ou não deveríamos fazer. A ética que é fonte das decisões morais é uma norma ou referência de comportamento que apoia um valor, e o valor por sua vez depende dos objetivos. Os objetivos, seja pessoais ou globais, surgidos da consciência ou gravados em escrituras sagradas, expressam a imagem que temos de nós mesmos e da nossa sociedade. Em resumo, a ética evolui por passos, da auto-imagem para o objetivo, para valores, para preceitos éticos e raciocínio moral".<sup>137</sup>

Estamos de volta ao núcleo da visão de Celso Furtado, dos valores no centro da construção econômica. Wilson tem presente a teoria econômica, mas tem consciência da distância que ela tem da realidade. “Numa análise publicada em 1998, Norman Myers e Jenifer Kent da Universidade de Oxford estimaram os subsídios anuais no mundo entre 390 e 520 bilhões de dólares para a agricultura, 110 bilhões para combustíveis fósseis e energia nuclear, e 220 bilhões para água. Estes e outros subsídios combinados se elevam a mais de 2 trilhões de dólares, grande parte dos quais causam danos tanto às nossas economias como aos nossos governos. O americano médio paga dois mil dólares por ano em subsídios, desmentindo a crença de que a economia americana funciona com um mercado competitivo realmente livre”.<sup>138</sup>

O processo é particularmente perverso, pois extrair o capital que a natureza nos deixou leva as corporações a lucrar sobre bens que não tiveram que produzir, custeando apenas a extração. E ninguém exigirá delas a reposição do capital destruído. Pelo contrário, ainda as subsidiamos, gerando no conjunto um ambiente de lucros exorbitantes que lhes permite ocupar um espaço crescente do poder político, deformando assim os processos democráticos.

A questão ambiental nos leva assim a repensar os paradigmas da economia. Num seminário internacional no Senac, sobre a gestão da água, a problemática apareceu de forma bastante nítida: a água é um bem gratuito, que se transforma em bem econômico quando começa a faltar, e que pelo seu caráter de bem essencial tanto para o consumo humano direto como para os processos produtivos, exige formas colaborativas de

---

<sup>136</sup> Edward O. Wilson – *The Future of Life* – Alfred A. Knopf, New York 2002 – “Humanity has so far played the role of planetary killer, concerned only with its own short-term survival... We know what to do, perhaps we will act in time”. – p. 102; I. Sachs por sua vez parafraseia Obama: “Yes, we can... We *still* can”, *ainda* podemos.

<sup>137</sup> idem, p. 130

<sup>138</sup> idem p. 184 –A obra citada de Norman Myers e Jennifer Kent é *Perverse Subsidies: how tax dollars can undercut the environment and the economy*, Washington, Island Press, 2001 - Wilson, ao olhar o comportamento das corporações para as quais tentamos formar bons economistas, escolhe claramente o seu lado: "Arriscando-me a parecer politicamente correto, vou fechar (este livro) com um tributo aos grupos de protesto...Os grupos de protesto constituem um sistema de alerta para a economia natural. São a resposta imunológica do mundo vivo. Eles pedem que os escutemos" (p. 188)

regulação do uso. Quem polui a água reduz o acesso de todos, mas torna mais lucrativa a apropriação, gerando um círculo vicioso. Os mecanismos econômicos simplesmente não resolvem, precisamos de uma política correspondente, soluções institucionais, regulação social.

Os dados básicos são os seguintes: produzir um quilo de trigo exige mil litros de água, um litro de leite exige dois mil, um quilo de açúcar tres mil, um quilo de arroz até cinco mil. Produzir o algodão contido numa camiseta custa sete mil litros, um "quarteirão" de hambúrguer onze mil, um quilo de café vinte mil. Segundo Fred Pearce, "o mundo produz duas vezes mais alimento do que há uma geração atrás, mas gasta tres vezes mais água para o seu cultivo(...) O International Water Management Institute (IWMI) calcula que na Índia se extraem 250 quilômetros cúbicos de água dos lençóis freáticos, cerca de 100 quilômetros cúbicos a mais do que é repostos pelas chuvas". O resultado prático é que as imensas reservas de água acumuladas durante séculos estão se esgotando com grande rapidez. Onde antigamente havia poços cavados, utiliza-se bombas que sugam água em profundidades cada vez maiores. Onde poços abertos encontravam água a 10 metros, hoje têm de buscar até 400 metros, e ainda assim secam. Pequenas bombas modernas, que agricultores individuais compram na Índia, puxam 12 metros cúbicos por hora. Multipliquem isso por milhões de agricultores..."<sup>139</sup>

A lógica do sistema é implacável. Um agricultor entrevistado comenta: "Sim, estou preocupado que a água irá desaparecer, mas o que posso fazer? Eu tenho de viver, e se eu não bombeio a água, os meus vizinhos vão fazê-lo". Pearce comenta que "todos têm acesso irrestrito ao equipamento, e a sobre-exploração é quase inevitável. É um caso clássico da tragédia dos [bens] comuns".

Tushaar Shah, do IWMI, "estima que a Índia, China e Paquistão juntos bombeiam provavelmente cerca de 400 quilômetros cúbicos de água subterrânea por ano, cerca de duas vezes mais do que é repostos pelas chuvas."..."Fora da Ásia revoluções similares estão acontecendo em países populosos como México, Argentina, Brasil e Marrocos. Até os Estados Unidos estão esvaziando preciosas reservas de água subterrânea para cultivar grãos e carne para exportação".

A dimensão internacional está se tornando evidente: "Sem que o saibamos, grande parte do mundo rico está importando safras geradas por meio de sobre-exploração de reservas de água subterrânea - algodão do Paquistão, arroz da Tailândia, tomates de Israel, café da Etiópia, e até laranjas da Espanha e açúcar da Austrália".

---

<sup>139</sup> Fred Pearce – *When Rivers Run Dry* – Beacon Press, New York, 2006, 320 p. (in *New Scientist*, 25 February 2006); O *New Scientist* pode ser acessado em [www.newscientist.com](http://www.newscientist.com); sobre as iniciativas da ASA, veja [www.asabrazil.org.br](http://www.asabrazil.org.br); ver também os estudos de Lester Brown, sobre a “bolha alimentar” que vai estourar com a sobre-exploração da água. [www.earth-policy.org/indicators/water/2006.htm](http://www.earth-policy.org/indicators/water/2006.htm)

Este cálculo muda radicalmente a forma como calculamos o nosso consumo de água. "Um Ocidental típico com seus hábitos carnívoros e esbanjadores de leite consome até cem vezes o seu peso em água a cada dia".

Há alternativas? Curiosamente, implica voltar um pouco para trás. Em outros tempos os indianos cavavam inúmeras pequenas barragens para segurar a água nos vales, o que reforçava a filtração para dentro do solo e realimentava os lençóis freáticos. Os pequenos reservatórios assim criados se chamam *tanka*, nome que os ingleses adotaram sob forma de *tank*, e que nos transformamos em *tanque*. (O "tanque" no sentido militar foi adotado em 1915, como nome código para a então nova arma).

O processo foi renomeado como "colheita de água" (*water harvesting*): "Em partes de Dehli onde velhos *tanques* e olhos d'água foram limpos e o lixo tirado, a água acumulada está recuperando os lençóis subterrâneos. A capital podia obter um terço da sua água colhendo chuva".

O processo envolve evidentemente organização comunitária. Segundo Shah, "um fator importante na Índia é o controle comunitário. Poucos agricultores individuais podem captar com sucesso a sua água e armazená-la de baixo da terra - ela se dissiparia rapidamente no aquífero mais amplo. Mas se uma vila inteira o faz, os efeitos são frequentemente espetaculares. As camadas de água sobem, riachos ressecados voltam a fluir, e há mais água para irrigação, transformando a produtividade dos campos."

O movimento de colheita de água de chuva, segundo Shah, "está mobilizando energia social numa escala e intensidade que pode torná-la numa das respostas mais efetivas para um desafio ambiental em qualquer parte do planeta". Esta visão serve também para lembrar os esforços pioneiros da ASA, Articulação do Semi-Árido, cerca de mil organizações da sociedade civil que estão combatendo a seca através da micro-captação de água em cisternas.

Em termos de teoria econômica, o exemplo é importante. Na visão generalizada do *main-stream* econômico, fica a eterna imagem do padeiro de Adam Smith, que para maximizar as suas próprias vantagens, deverá produzir mais pão, de boa qualidade, e a bom preço, pois se não aparecerão outros padeiros. Assim, cada um procurando o seu interesse, resultaria o maior bem comum. O raciocínio é sem dúvida válido para o caso da padaria e para a época. No caso do agricultor indiano visto acima, no entanto, o mesmo raciocínio leva a outros resultados. O argumento básico é de que ele precisa alimentar a sua família, e que de qualquer jeito, os seus vizinhos também extraem água do mesmo lençol. Ou seja, cada um buscando o seu interesse, o resultado é o impasse geral. O raciocínio básico do "*main-stream*" inverte-se por tanto completamente. E as soluções aparecem na iniciativa comunitária de proteção do bem comum, privilegiando o paradigma de colaboração relativamente ao paradigma da competição. Os caminhos mudaram.

Aparece assim um imenso vazio nas teorias: a economia dos bens comuns. Na apresentação do livro sobre gestão da água, enfatizamos este novo desafio: "Sabemos como administrar uma empresa que produz sapatos ou automóveis; sabemos como

organizar um ministério. Mas, à medida que numerosos bens públicos, os *commons*, tornam-se cada vez mais ameaçados e escassos, temos de abrir a discussão sobre formas inovadoras de gestão que assegurem simultaneamente a viabilidade econômica, o acesso equilibrado e a sustentabilidade ambiental.”<sup>140</sup>

Uma boa leitura que abre visões na teoria econômica da sustentabilidade é outra vez Herman Daly. No seu *Beyond Growth*, Daly caracteriza a economia do desenvolvimento sustentável como baseada em quatro objetivos: o crescimento tem de ser *sustentável*, ou seja, tem de respeitar a escala que o planeta possa sustentar a longo prazo; isto por sua vez implica que respeitemos a visão da *suficiência*, pois não podemos aumentar indefinidamente o nosso consumo sem destruir as bases da reprodução; temos de assegurar a *eficiência* no uso dos recursos, para minimizar o impacto e reduzir os desperdícios impressionantes da nossa forma atual de organização econômica; e temos de assegurar a *equidade* na distribuição, coisa que os mecanismos de mercado não asseguram.<sup>141</sup>

Tradicionalmente, as teorias preocupadas com a exploração e a desigualdade têm se centrado no problema da distribuição. Este ponto é sem dúvida essencial: o capitalismo como o conhecemos é um razoável alocador de recursos para a produção, mas não sabe distribuir, prevalecendo pelo contrário a tendência para a concentração de poder que reforça a concentração da renda. Ou seja, o sistema é estruturalmente incompleto, pois a distribuição é que fecha o ciclo de reprodução através do consumo. Mas temos de ir além. Nas palavras de Daly, “a incapacidade do mercado em resolver o problema da justa distribuição é amplamente reconhecido, mas a sua semelhante incapacidade de resolver o problema de manter uma escala ótima ou pelo menos sustentável não é tão amplamente levada em conta”. Assim, “as decisões que afetam o desenvolvimento sustentável deveriam ser abertas e permitir a participação informada das partes afetadas e interessadas”.<sup>142</sup>

Bob Goudzwaard e Harry de Lange ampliam esta visão da “escala ótima”: é cada vez mais óbvio que a expansão do consumo nos leva a impasses em termos de exaustão ambiental do planeta, de desigualdades, de desarticulação social. Coloca-se então em discussão um conceito importante: o que é suficiente? Esta visão parte do fato que “por causa do nosso impulso coletivo para mais e mais, prejudicamos diretamente o nosso próprio bem-estar. Precisamos de outra visão da vida, uma visão na qual a palavra “suficiente” (*enough*) joga um papel positivo. A implementação de tal visão criará novas possibilidades para convívio de vizinhança (*neighborliness*), para demonstrar o nosso cuidado com o nosso entorno, para ter mais tempo disponível nas nossas vidas corridas.

<sup>140</sup> Ladislau Dowbor e Renato A. Tagnin (Orgs.) – *Administrando a água como se fosse importante* – Senac, São Paulo, 2005, p. 12

<sup>141</sup> Herman E. Daly – *Beyond Growth: the economics of sustainable development* - Beacon Press, Boston, 1996 – ver em particular as páginas 50 e 224.

<sup>142</sup> Idem p. 50: “The market’s inability to solve the problem of just distribution is widely recognized, but its similar inability to solve the problem of optimal or even sustainable scale is not as widely appreciated”. O document final da Rio+20, no parágrafo 47, endossa esta importância do *corporate sustainability reporting*, *The Future we Want*, junho de 2012. É vital as corporações começarem a fornecer os dados sobre os seus impactos ambientais.

Tal visão ajudará a libertar não só os pobres, mas os ricos também”. Trata-se de restaurar uma evidência perdida: “as pessoas não são feitas para a produção, mas a produção para as pessoas”.<sup>143</sup>

Não estamos aqui tentando resumir alguns problemas do meio ambiente. Estamos tentando esclarecer a importância da problemática ambiental para a reformulação de como vemos a ciência econômica. Trata-se aqui, uma vez mais, de constatar que estudos que partem de problemas concretos como o da sustentabilidade levam a uma reconstrução da economia sobre bases muito mais sólidas, porque centradas nas ameaças reais que surgem, nos resultados que queremos, nos valores que os sustentam, e nos mecanismos necessários para materializá-los. E a sólida incorporação da dimensão ambiental no estudo e na pesquisa em economia – e não mais como um leve toque de verde em alguma disciplina optativa – tende a levar à compreensão integrada de diversas dinâmicas, pela própria transversalidade da problemática.

Kenneth Boulding resume o problema de maneira simples: “Para acreditar em crescimento ilimitado num mundo limitado, é preciso ser um bobo ou um economista”.<sup>144</sup> O bom senso indica que num planeta com recursos limitados, a simples competição, com cada um correndo para agarrar o máximo que puder, constitui um absurdo sistêmico. Da mesma forma como estamos aprendendo penosamente que a política exige pactuações para equilibrar interesses diversos, o acesso aos recursos escassos do planeta exige pactuações que respeitem as necessidades de todos. Em outros termos, precisamos estender os conceitos de democracia ao controle dos recursos que são, afinal, de todos nós.

## **15 – A política macroeconômica**

A macroeconomia constitui uma área, entre todas, cercada de mistérios. No entanto, o processo não difere no fundamental da administração da nossa casa. Se queremos investir numa cozinha nova, temos de poupar. Se investirmos sem a poupança correspondente, ficamos endividados. E o que gastamos a cada ano deve corresponder ao que produzimos, ao que trazemos para dentro de casa sob forma de salário, de lucro ou até da nossa aposentadoria. Se sobrar, temos uma poupança. Se faltar, teremos que pagar no ano seguinte ou tomar um empréstimo. Ou seja, a conta tem de fechar. A macroeconomia tem a ver simplesmente com a conta do país, e cada vez mais com a nossa conta planetária.

Nos diversos ciclos produtivos, tudo tem de fechar, pois o que exige esforço representa um custo. Quando dizemos que o ensino público é gratuito, estamos significando que o pagamento não é direto, é através dos impostos. Assim, uma parte do que produzimos

---

<sup>143</sup> Bob Goudzwaard and Harry de Lange – *Beyond Poverty and Affluence: toward an economy of care* - WCC Publications, Geneva, 1986, p. 159 e 74; O livro traz um prefácio de Maurice Strong, que coordenou a Eco-92 no Rio de Janeiro; ver também o excelente Estudo *What Next?*, no *Development Dialogue*, June 2006, Dag Hammarskjöld Foundation.

<sup>144</sup> “In order to believe in unlimited growth in a limited world, one has to be either a fool or an economist”. In “Göran Backstrand and Lars Ingelstam, *Global challenges and responsible lifestyles, What Next?*, Development Dialogue, June 2006, p. 125

como sociedade é redistribuída para gasto direto sob forma de lucros e salários, e outra de forma indireta sob forma de prestações de serviços públicos. Se estamos interessados em informações comerciais sobre automóveis, e compramos uma revista especializada, o gasto é direto. Se nos apresentam um anúncio sobre o automóvel na televisão, o custo faz parte da verba publicitária que pagamos nos diversos produtos. Como o que pagamos está diluído nos diversos produtos, temos a impressão que é de graça, e as empresas preferem que assim o vejamos. Ou seja, pagamos de forma direta, ou de forma indireta, mas pagamos. Cada produto social exige esforço, e o objetivo básico da macroeconomia é que este esforço seja orientado de forma inteligente, no que chamamos tecnicamente de “alocação racional de recursos”.

Vale a pena alocarmos recursos para tecnologia? Claro, pois avanço tecnológico permite fazer o nosso esforço render mais. Neste sentido, não apenas a fábrica, mas a educação também constituem investimentos, pois vão render em termos de formas mais inteligentes de trabalhar. A máquina foi um avanço, pois passamos por exemplo a confeccionar roupas de maneira mais eficiente, fazendo o nosso esforço “render”. A telefonia, ou a internet, nos fazem render mais, pois em vez de transportarmos os nossos corpos, transportamos a informação em instantes, e de forma mais barata. Assim aumenta a nossa produtividade sistêmica, e passamos a ter mais capacidade de investir, e de obter mais produtos e serviços. Vale a pena alocarmos recursos de forma a que gerem mais recursos. A regra básica consiste em buscar alocar os recursos onde possam ser mais úteis em termos da sociedade em geral. Isto constitui, ou deveria constituir, o cerne da política macro-econômica.

Os bens e serviços são o produto do esforço dos mais diversos agentes econômicos. Os impactos sobre o desenvolvimento serão diferentes segundo quem se aproprie de maior volume da riqueza produzida. Um enriquecimento maior de especuladores financeiros tende a travar as atividades, ao esterilizar a poupança, enquanto uma melhor remuneração de pequenos produtores, por exemplo, poderá dinamizar o emprego e o mercado interno. A política macroeconômica regula essencialmente, para o bem e para o mal, quem se apropria do esforço produtivo do país.

O mecanismo macroeconômico em si não é complexo. Uma parte do produto vai diretamente para as famílias, sob forma de salários, lucros ou outras rendas alocadas ao consumo final. Outra parte transitará pelas mãos do governo e se transformará em consumo indireto das famílias sob forma de prestação de serviços públicos, educação, saúde, segurança etc. E uma parte significativa dos recursos se transforma em investimentos, públicos ou privados, permitindo expandir a capacidade geral de produção.

Quem merece mais produto? Há uma dimensão ética neste processo, ligada à necessidade de se assegurar o acesso minimamente equilibrado de todos ao produto social. Não se pode, por exemplo, deixar uma pessoa sem acesso a um médico porque é pobre. Ou deixar crianças sem leite sob pretexto que os culpados são os mecanismos econômicos. O excesso de riqueza em algumas mãos constitui igualmente um dilema ético, pois se origina em mecanismos econômicos descontrolados e se transforma em poder político

que tende a reforçar os desequilíbrios. O excesso de riqueza, como a excessiva privação, são patológicos para qualquer sociedade. Voltaremos a isto no último capítulo deste ensaio.

Na dimensão propriamente econômica, considera-se que é bom que as pessoas sejam remuneradas de acordo com o que contribuem para a sociedade, recompensando assim os melhores esforços, e estimulando-os. O grosso dos nossos dramas, é que algumas pessoas, ou grupos sociais, produzem pouco, e se apropriam de muito. Equilibrar a situação e corrigir os desajustes está no cerne da política macro-econômica.

A distinção básica a se fazer é que um agente econômico pode enriquecer gerando novas riquezas, ou enriquecer apropriando-se de riquezas dos outros. No nosso “O que é capital?” utilizamos a imagem seguinte: se uma pessoa investe construindo várias casas, e por alguma razão vai à falência, diremos que perdeu dinheiro. Mas o resultado prático será a existência de casas novas, onde pessoas concretas poderão morar, e por tanto o produto social aumentou. Mas quando compramos dólar prevendo que vai subir, e o dólar realmente sobe, o dinheiro que ganhamos corresponde à capacidade de compra diminuída de quem os vendeu: é um enriquecimento de transferência, a sociedade não ganhou nem perdeu nada. Os intermediários financeiros, por exemplo, insistem em definir as atividades especulativas como “investimento”, quando se trata apenas de aplicações financeiras. Tecnicamente, investimento é o que visa o aumento da capacidade de produção da sociedade.

Ou seja, em termos micro-econômicos, quem ganhou dinheiro comprando dólar na hora certa ficou rico. A riqueza do país, no entanto, não aumentou de um centavo. O objetivo da macro-economia é alocar os recursos da maneira mais inteligente possível, visando o bem-estar crescente do conjunto da população, e não brincar com especulação. O Brasil viveu longo tempo com um tipo de processo especulativo que é a inflação, e depois com outro processo especulativo baseado em altos juros: os dois processos enriqueceram minorias, mas a economia nada ganhou.

Um problema central é que a nossa teoria econômica analisa de forma separada elementos que só adquirem sentido quando analisados de forma articulada. Os elementos são fundamentalmente os juros, a inflação, o câmbio, a carga tributária e o estoque da dívida. Destes elementos resultarão a renda, o consumo, o investimento, o emprego e a produção.

Não cabe aqui naturalmente fazer a teoria destas políticas, mas sim explicitar a necessidade de se tornar transparentes os vínculos entre as decisões macro-econômicas e os interesses dos agentes econômicos concretos que delas se beneficiam. O essencial na política macronômica é que se trata em última instância de instrumentos de distribuição do produto social. Ou seja, o seu estudo abstrato pode interessar construtores de modelos, mas os modelos construídos raramente ajudam a entender a realidade, e muito menos a transformá-la. Em geral, aliás, o uso dos modelos serve essencialmente para dar aparências técnicas de racionalidade onde há simplesmente favorecimento de agentes

econômicos escolhidos. E os interesses ficam na sombra, o que contribui muito pouco para a democracia.

A insuficiente compreensão da dimensão política dos processos macro-econômicos gera confusão. Imagina-se um espaço a-político, com decisões técnicas baseadas em teoria econômica, o que termina por camuflar as dinâmicas realmente existentes, baseadas essencialmente em pressões corporativas. Assim, decisões de ordem econômica são tomadas por razões e critérios políticos, sem que haja para isso os mecanismos correspondentes de decisão democrática. Como esta esfera de decisões é essencial, a própria democracia política perde boa parte do seu sentido.

Um exemplo muito concreto é a inflação. Celso Furtado inovou ao deslocar o foco da questão. Em vez de fazer amplas teorias sobre a dinâmica dos preços, perguntou-se simplesmente *a quem aproveita*, o famoso *cui bono*? Constatou então que os que têm rendimentos fixos como os assalariados ou aposentados, ou ainda as pequenas empresas sem possibilidade de influenciar os preços, vêm os seus rendimentos diminuídos com cada subida de preços. E os que têm rendimentos variáveis, como os empresários, banqueiros e outros, não precisam esperar nenhum dissídio, simplesmente aumentam os seus preços acompanhando, e se possível mantendo-se um pouco adiante, da maré de preços. O resultado prático é que a inflação constitui uma transferência de renda dos pobres para os ricos. Vendo a quem aproveita, dá para ver também quem a provoca. A era da hiperinflação que vivemos durante décadas constituiu um processo escandaloso de concentração de renda na mão dos mais ricos.

Esta orientação básica, o *cui bono*, constitui um enfoque essencial. De forma geral o que hoje nos dizem é que o objetivo visado é o bem comum, por meio da estabilidade do processo. Um processo estável onde os resultados econômicos vão parar regularmente para o mesmo bolso, nos faz necessariamente desconfiar de que estabilidade se trata: estabilidade para quem?

A inflação se tornou clara ao verificarmos a quem servia, o que por sua vez nos fez entender que era alimentada pelas grandes empresas e pelos bancos. Podemos fazer um exercício semelhante com a taxa de juros.

O período de explosão de juros, 1994 a 2002, coincide com uma fase curiosamente qualificada de “estável”. O período começa com uma dívida pública da ordem de 150 bilhões de reais, e termina com uma dívida pública de mais de 800 bilhões. Ou seja, algo aconteceu com 650 bilhões de reais, aumento radical do estoque da dívida, que é pública, e que portanto recai sobre cada um de nós. Para onde foi este dinheiro?

Os juros nesta fase oscilaram na faixa de 20% a 30%, tendo chegado a 45%. Trata-se não dos juros praticados no mercado de intermediários financeiros privados (em particular no seletor cartel dos grandes bancos), mas dos juros pagos aos intermediários financeiros pelo governo. Como os juros que os bancos nos pagam, nós comuns dos mortais, são muito pequenos, o processo de ganhar dinheiro pelos bancos se torna explícito: tomam as nossas poupanças, remuneram-nos, por exemplo, na faixa de 10% ao ano, aplicando este

dinheiro em títulos do governo a 20% ou mais. O governo tem de pagar estes juros aos bancos, recorrendo aos impostos, ou então endividando-se crescentemente. Foram feitas as duas coisas: com o aumento dos impostos, pagaram-se juros astronômicos aos intermediários financeiros e grandes aplicadores, e como não dava para pagar todos os juros, o que ficava sem pagar se acrescentava ao estoque da dívida. Quem pagou os impostos, logo a remuneração mencionada, somos nós. Já pagamos, no caso de juros pagos; e teremos de pagar amanhã, no caso dos juros não pagos que se agregam à dívida.

Como os impostos cobrados de nós não eram suficientes para custear ao mesmo tempo a máquina do governo, os diversos serviços prestados e o serviço da dívida, buscou-se aumentar a carga tributária. Esta passou de 25% em 1994 para 37% em 2002, um aumento de 12 pontos percentuais. Isto representa na fase final uma conta anual da ordem de 240 bilhões de reais. Deste montante, 160 bilhões de reais representam o dinheiro que os contribuintes passaram a pagar ao governo para que pudesse pagar juros aos banqueiros e aos grandes aplicadores financeiros, sobre as *nossas* poupanças. O que se ganhava com a inflação, passou-se a ganhar com os juros, beneficiando em geral as mesmas pessoas. O mecanismo é simpaticamente chamado no Brasil de “*mercado*”. E o ministro da fazenda era felicitado por manter a estabilidade. Olhar o *cui bono*, em proveito de quem, é um enfoque essencial, e deveria constituir um elemento essencial de como a ciência econômica olha para as contas. Mais importante ainda, como reformulá-las, para que fique transparente para a sociedade quem se apropria de que parte do produto social.

A dívida não é necessariamente ruim. Se o dinheiro suplementar levantado fosse investido por exemplo na modernização tecnológica da pequena e média empresa, ou na informatização geral das escolas, ou no fomento da agricultura familiar, teríamos um grande impacto em termos de crescimento econômico, permitindo assim gerar mais recursos do que a dívida criada. É assim que raciocina, e com razão, qualquer pessoa que quer abrir uma empresa, pede dinheiro emprestado, e restitui o dinheiro com a renda suplementar que a empresa gerou.

No caso do nosso endividamento público, no entanto, não houve aumento de investimentos por parte do setor público, tendo a taxa geral de investimentos estagnado. E tampouco houve aumento do salário dos funcionários. Portanto, grande parte dos recursos transferidos sob forma de impostos não foi apropriada pela máquina do governo. Ou seja, a parte dominante da dívida serviu um enriquecimento sem contrapartida produtiva. Em outros termos, no conjunto das elites, o poder dos intermediários financeiros e rentistas se reforçou, e o investimento produtivo estagnou, explicando por sua vez a fragilidade do crescimento econômico. Gerou-se inclusive um entrave à produção, pois muitos donos de empresas decidiram aplicar em títulos do governo, bem remunerados, em vez de investir em processos produtivos.<sup>145</sup>

Quanto à carga tributária, as situações são diferenciadas, pois os assalariados têm a sua renda declarada na fonte, pelo empregador, que tem todo interesse em declarar cada

---

<sup>145</sup> Rubens Ricúpero, no seu tempo na UNCTAD, mostrou como um mecanismo semelhante funciona no plano internacional. Veja-se o *Trade and Development Report 1998*, da UNCTAD

centavo, para reduzir os seus próprios impostos. O aumento da carga tributária impactou assim diretamente os assalariados, que viram a sua participação na renda do país, e portanto no consumo, cair de 45 para 37% no período. Os intermediários financeiros, por outro lado, pagam pouquíssimos impostos, sobretudo depois de terem-se livrado da CPMF. Assim, o aumento da carga tributária resultou em última instância numa transferência, via governo, do dinheiro dos assalariados para o bolso dos banqueiros e rentistas.

Estamos aqui falando de um aumento da dívida de 650 bilhões no período, e de transferências de mais de 100 bilhões de reais por ano nos anos mais recentes, – portanto de um deslocamento radical, e profundamente regressivo, da política macro-econômica. E os intermediários financeiros, que antes ganhavam rios de dinheiro com a inflação, passaram a ganhar dinheiro desta nova forma. A concentração de renda no país não constitui apenas uma “herança” do passado: é uma dinâmica sumamente moderna. A desigualdade foi sendo reconstruída a cada momento.

Paralelamente, houve um intenso processo de privatizações, que envolveu mais de 100 bilhões de reais. O dinheiro que entrou não serviu para abater a dívida, que cresceu, nem para aumentar os investimentos públicos, que estagnaram. Para onde foi este dinheiro? Foi em grande parte apropriado por quem faz aplicações financeiras, expandindo o poder dos rentistas e dos intermediários financeiros. Não nos referimos aqui ao fato de que as privatizações representaram em geral negócios fabulosos para os que adquiriram bens públicos a preços baixos. Referimo-nos ao fato de que além de gerar uma dívida de 650 bilhões, de ter pago rios de dinheiro sob forma de juros enquanto os impostos e a dívida iam aumentando, o Estado foi descapitalizado no seu estoque de bens acumulados, na prata da casa.

Ou seja, gerou-se um imenso dreno de recursos do país, públicos e privados, para a área de intermediação financeira, provocando entraves ao processo produtivo e criando para o governo seguinte uma gigantesca arapuca.

Como foi vendida esta negociata ao país? O processo é muito interessante, e mostra a articulação da economia com a política em geral. O país saía de taxas de inflação traumatizantes. Todos ficaram imensamente aliviados. Qualquer argumento anti-inflação seria aceito. A alta taxa de juros foi promovida a héroi que combate a inflação.

O argumento mostra como se pode utilizar argumentos ultrapassados – ainda que perfeitamente ortodoxos na teoria econômica – para situações novas, o que em termos científicos constitui uma fraude, mas em termos de política funciona.

Qual é a relação real entre juros e inflação? Amir Khair mostra hoje sem dificuldade que na era da globalização, com a abertura de mercados à concorrência (chinesa em particular), já não haveria ameaça do “dragão” reaparecer, ainda que apareça ameaçadoramente em todas as revistas. Aliás, como o câmbio valoriza o real, tornando mais baratas as importações, não há como subir os preços no mercado interno sem se expor aos produtos importados. Ou seja, na era da globalização, as coisas são diferentes:

não precisamos de taxas de juros elevados para conter a inflação, pois a concorrência internacional joga um papel decisivo.

Outra razão, apresentada por Paul Singer, mostra que o custo elevadíssimo do juro privado (estimulado pelo elevado juro oficial) tende a aumentar o custo de produção, e portanto a favorecer a inflação, ao invés de reduzi-la.

Um terceiro argumento importante resulta da globalização do sistema especulativo financeiro: na época da hiper-inflação, era inviável os intermediários financeiros do Brasil participarem do sistema globalizado de especulação financeira, pois a moeda flutuava diariamente. A baixa inflação tornou-se portanto necessária à participação dos intermediários financeiros (nacionais ou transnacionais) no cassino financeiro mundial. Os intermediários financeiros passaram desde então a ter interesse na estabilidade dos preços, e com isto a ameaça de uma “volta” da inflação deixa de ser realista. No entanto, agitar a ameaça da volta da inflação, depois de anos de traumatismo monetário, continuaria a funcionar no plano político.<sup>146</sup>

O resultado é que se organizou uma gigantesca transferência da poupança da população para intermediários financeiros e rentistas que nada produzem, em nome do mais alto objetivo de defender o povo da inflação. O baixo crescimento resultante seria apresentado como “sacrifício necessário”. O processo foi legal, considerando que no Brasil é aparentemente legal os grupos financeiros se organizarem sob forma de cartel e se apropriarem das políticas públicas de regulação financeira.<sup>147</sup>

A mídia, aliás, foi um aliado poderoso deste processo, cuja análise não era muito complexa, para quem quisesse ver. Durante oito anos foi martelada diariamente a idéia que a era que analisamos representou uma era de “estabilidade econômica-financeira”, o que, considerando as cifras acima, é completamente absurdo, pois quem se endivida e descapitaliza desta maneira apenas está abrindo a própria cova, ou a do governo seguinte.

O caso aqui não é falar mal de um governo, sobretudo porque o governo seguinte se viu preso na armadilha e pouco pôde modificá-la. O importante para nós, é que para entender como se articulam a taxa de juros, o estoque da dívida, a inflação, o câmbio, o investimento e o crescimento econômico, o que precisamos é estudar como estas macro-

---

<sup>146</sup> Um fato que curiosamente passou despercebido no Brasil é que em 1993 havia cerca de 40 países com inflações semelhantes, como Israel, Argentina, Nicarágua e outros. As hiperinflações caíram todas no período de 1993-1994, como se pode ver nas estatísticas financeiras do FMI, ou nos comentários do *The Economist*: “Muitos países se queixam com razão de que por mais que consigam baixar a inflação, o Fundo (FMI) ainda quer que a reduzam mais. O viés do Fundo fazia provavelmente sentido em 1992, quando 44 países tinham taxas de inflação acima de 40%, mas faz muito menos sentido hoje quando apenas um par de países ainda tem uma inflação muito alta” – *The Economist*, July 24th 2004, p. 65; o fato da derrubada das hiperinflações em dezenas de países simultaneamente indica claramente que no Brasil também não foi milagre. A globalização financeira não pode conviver com moedas que mudam de tamanho diariamente e que portanto travariam a fluidez do sistema.

<sup>147</sup> A Constituição é clara a este respeito. No artigo 170, determina a função social da propriedade e a livre concorrência. No artigo 173, par. 4º, “A lei reprimirá o abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”. Cartel é crime.

variáveis se reforçam umas às outras no processo econômico realmente existente, e como os processos políticos e a informação da mídia reforçam dinâmicas de desequilíbrio.

Isto implica estudar a política macro-econômica, não elaborando complexos modelos econométricos sobre como poderá reagir um misterioso personagem chamado convenientemente de “mercado”, mas estudando concretamente como evoluiu a renda de cada um dos agentes econômicos – as beneficiários – no período, e explicitar como as macrovariáveis foram alteradas em função destes interesses.<sup>148</sup>

Não há milagre em economia. O dramático enriquecimento dos intermediários financeiros do país teve custos igualmente dramáticos em outras áreas. Sendo enriquecimento de transferência, não gerou mais riqueza. Houve o que se chama de esterilização da poupança.

Dizer se a economia vai bem ou vai mal implica em saber quem vai bem e quem vai mal na economia. E se quem vai bem na economia é quem tem poder junto à mídia, em geral cria-se a impressão geral de que “as coisas” vão bem. Com o tempo, no entanto, os buracos aparecem. Por exemplo, quem vai pagar esta dívida?

Com isto desenha-se a contra-tendência necessária: buscar reduzir a taxa de juros, aumentar a massa salarial, enfrentar o poder midiático dos especuladores, taxar os ganhos financeiros, abrir linhas de financiamento dos canais oficiais para esferas produtivas e assim por diante.

Teorias novas? Não há nenhuma necessidade de teorias nem de modelos complexos nesta área. Aliás estas elucubrações econométricas entram, no essencial, no que Galbraith chamou de “pequenas fraudes”, dando impressão de justificação técnica para o que são opções políticas de apropriação de recursos por determinados agentes econômicos, e que refletem muito mais relações de poder do que racionalidade econômica. E frente à complexidade dos cálculos, os grupos espoliados ficam imaginando que há uma racionalidade profunda onde há, em geral, pilantragem. O que se tornou indispensável, na realidade, não são novas teorias sobre o que Celso Furtado qualifica como “meios”, mas simplesmente divulgação honesta das vantagens e desvantagens dos diferentes grupos sociais, apresentando de forma organizada a participação dos diversos agentes econômicos no produto social. Neste sentido, a reorientação metodológica consiste essencialmente em apresentar corretamente as contas. É muito mais um problema de contabilidade, honestidade e de transparência do que de teoria econômica.

De forma geral, como se trata da questão essencial de quem se apropria de que parte do resultado do esforço de toda a sociedade, tornar estas contas transparentes é vital para que os processos democráticos tenham sentido. Trata-se aqui provavelmente da articulação mais significativa entre democracia econômica e democracia política.

---

<sup>148</sup> Esta visão pragmática foi essencial para a forma segura com que o Brasil enfrentou a crise financeira mundial a partir de 2008. Para uma excelente apresentação desta política, ver o artigo de Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza, <http://bit.ly/9KXRro> e o nosso *Brasil, um outro patamar*, <http://dowbor.org/10agendabrasil.doc>

## 16 - A teoria da economia mundial

Para muitos, a globalização é uma coisa antiga. É não ver a profundidade das transformações recentes. É imensa a revolução nas tecnologias do conhecimento, ou seja, na própria máquina de avançar o conhecimento. Isto acarreta transformações estruturais cujas implicações apenas começamos a entender. Para além da conectividade planetária da internet – todo mundo em contato com todo mundo instantaneamente – os próprios processos produtivos estão se deslocando para atividades intensivas em informação e conhecimento, levando a que se juntem os meios e os fins. O poder da grande corporação torna-se assim ao mesmo tempo global e capilar, com forte presença política mundial, e a possibilidade de fornecer, por exemplo, mini-garrafas de Coca-Cola para os pobres nos rincões mais perdidos da Índia. Não é só, portanto, o ultrapassar dos limites nacionais para gerar uma economia global: é uma mudança do referencial de espaço e de tempo do conjunto das atividades econômicas, fragilizando os governos nacionais, abrindo espaços para a economia local e para novas soluções em rede das organizações da sociedade civil. O que resumimos como globalização constitui na realidade uma dramática simplificação do complexo reordenamento das funções territoriais que atualmente ocorre.<sup>149</sup>

Somos inundados de teorias sobre a globalização. Mas aqui também a visão de conjunto é um processo em construção. Na realidade, é do estudo das macrotendências concretas (*megatrends*) que surgem visões relativamente mais claras. A financeirização, por exemplo, que vimos acima, constitui um referencial importante. Igualmente importante é o deslocamento de uma parte significativa das atividades econômicas para o que temos chamado de economia do conhecimento, e de forma mais ampla a dominância dos “intangíveis” nos processos produtivos. Esta dominância vai inclusive definindo uma outra divisão internacional do trabalho, uma nova “especialização desigual” no plano mundial. A cultura também passou a desempenhar um papel chave na mundialização da economia, com a formação do espaço planetário da indústria do entretenimento, tendendo rapidamente para a pasteurização – ou *macdonaldização* – mundial tanto no plano cultural como no plano dos hábitos de consumo. A dramática expansão da conectividade planetária gerou um novo poder político, econômico e midiático mundial que são as grandes corporações, transformação ainda relativamente pouco analisada.<sup>150</sup> Este poder por sua vez está gerando impactos ambientais – diretamente através da sobre-exploração de recursos e geração de modelos insustentáveis de consumo, e indiretamente através das desigualdades criadas – em que por primeira vez a inércia das dinâmicas criadas ultrapassa de longe o ritmo das correções de rumos.

<sup>149</sup> - Não entraremos aqui no detalhamento deste “reordenamento dos espaços do desenvolvimento econômico”, que apresentamos em *Desafios da Globalização*, Ed., Vozes, Petrópolis, 1998; ver também em <http://dowbor.org>, sob “artigos online”, o nosso *Da Globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços*, 1995

<sup>150</sup> É impressionante que a rede do poder corporativo mundial apenas recentemente (2011) seja cientificamente estudada e apresentada, através do estudo do Instituto Federal Suíço de Pesquisa tecnológica (ETH na sigla em alemão) <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html> e divulgada no documentário *Inside Job* (Trabalho Inerno) também de 2011.

O tempo, neste processo, não é nosso aliado. Uma série de alterações planetárias, como o aquecimento global ou a ruptura das cadeias alimentares nos oceanos, está avançando com um ritmo tal, que quando notarmos a irreversibilidade, o ponto de não retorno terá sido ultrapassado. A compreensão política da irreversibilidade, que é quando os governos e outros atores sociais conseguem sair da passividade, situa-se muito além do horizonte temporal de correção.

Só de enumerar algumas destas macrotendências, já nos damos conta da profundidade das transformações, do prodigioso “encolhimento” do nosso pequeno planeta. É um novo mundo que surge, não de alguma visão positiva que tivéssemos planejado alcançar, mas como simples resultante de dinâmicas descontroladas. E o conceito de globalização, gigantesco cobertor que visa se referir a este conjunto de transformações, é geral demais para ajudar na construção de uma melhor compreensão do que está acontecendo.

Uma forma interessante de abordar um problema que é demasiado amplo e diferenciado para uma visão sintética, é – na boa tradição de Marx – tentar identificar as contradições que surgem.

Quando falamos da prodigiosa aceleração da história, por exemplo, esquecemos que a metade da população mundial ainda vive da agricultura familiar, que cerca de um terço cozinha com lenha, que centenas de milhões de pessoas ainda tentam sobreviver da pesca artesanal costeira, que um quarto da população mundial ainda não tem acesso à eletricidade. Ou seja, a globalização não é um processo uniforme, pelo contrário, gera uma abismo profundo entre uma minoria de países – e sua rede de empresas transnacionais – que avançam cada vez mais rápido ao ritmo de novas tecnologias, e uma massa imensa da população mundial que se vê privada das suas formas tradicionais de sobrevivência, mas não tem acesso aos meios necessários para participar do novo. As populações litorâneas do planeta já não encontram peixe nos mares, ou cada vez menos, e tampouco têm acesso ao emprego ou à renda da milionária pesca predatória industrial. Populações do mundo rural africano, latinoamericano ou asiático viram as suas condições tradicionais de sobrevivência liquidadas pela monocultura, desmatamento e a violência das guerras modernas, e se aglomeram nas cidades, onde o passado já não as protege, e o presente não as acolhe.

Imaginar, neste planeta que continua a encolher, e com as tendências demográficas que conhecemos, que os países ricos poderão viver confortavelmente num tipo de condomínio fechado planetário, prevenindo atentados nos Estados Unidos, reprimindo revoltas na França, abatendo imigrantes ilegais nas fronteiras, construindo absurdas muralhas nas fronteiras, impedindo acesso às tecnologias e de vez em quando reunindo o G-20 para perdoar algumas dívidas, faz parte de uma cegueira hoje palpável.<sup>151</sup>

---

<sup>151</sup> O estudo sobre tendências demográficas do planeta apresentado pelo FMI projeta para os próximos anos um aumento anual de 76 milhões de pessoas, 95% do qual em regiões pobres. IMF, *Finance and Development*, September 2006. As previsões para 2050 se situam em torno de 9 bilhões. Em 1900 éramos cerca de 1,5 bilhão.

Outra contradição surge na tensão entre o ritmo de avanço das novas tecnologias, e o ritmo incomparavelmente mais lento da mudança cultural e institucional. Deve-se ou não clonar seres humanos? É legítima a vigilância eletrônica dos empregados numa empresa? Deve-se controlar (imaginando que teríamos o poder necessário) a manipulação genética que se generaliza? É normal a venda das informações do nosso DNA por hospitais ou laboratórios de análise? Na realidade, a generalização dos conhecimentos de química fina, de biologia e de física tornam possível produzir em qualquer fundo de quintal – ou pouco mais – drogas, venenos, armas letais de diversos tipos, enquanto o seu controle continua funcionando à moda antiga. A Rússia e os Estados Unidos estão inundando o planeta de armas, para depois vender medidas contra o terrorismo.<sup>152</sup> O problema é central, e envolve em particular a destruição ambiental do planeta, já que as capacidades tecnológicas de extração de riquezas se expandiram radicalmente – veja-se a pesca industrial com auxílio do sistema de posicionamento GPS – enquanto os nossos sistemas de controle continuam na prehistória e fragmentados por países.

Tensão semelhante surge do impacto diferenciado das novas tecnologias sobre o emprego, e quem diz emprego diz inserção social, direitos de acesso a políticas sociais, e cada vez mais a elementar sobrevivência familiar. No quadro do que as Nações Unidas têm qualificado de *jobless growth*, o desemprego surge não mais da ausência de crescimento, mas da própria forma de crescimento. Para os países mais avançados, o avanço tecnológico desloca empregos por exemplo das linhas de produção para atividades de design, gestão, advocacia, contabilidade, marketing – os chamados intangíveis – equilibrando parcialmente o processo. Nos países em desenvolvimento e no mundo em geral, a dinâmica se inverte, pois não só as pessoas têm pouco acesso ao estreito segmento de empregos de ponta gerados pelas novas tecnologias tão protegidas, como as empresas locais sofrem a inundação de produtos gerados com muita tecnologia e pouca mão de obra, e que substituem a produção local. O processo de produção da Nike nos Estados Unidos é neste sentido esclarecedor: poucos e nobres empregos nos EUA, emprego precário na Indonésia, e invasão de produtos importados que geram desemprego na indústria de calçados em Franca, para dar um exemplo.

O impacto acumulado destas tendências gera uma tensão muito mais ampla, e esta sim bastante estudada no planeta: a distância entre ricos e pobres. O grande drama, naturalmente, é que enquanto a capacidade de extração de riqueza e renda por parte das grandes corporações se expandiu de forma muito acelerada com as novas tecnologias, os poucos instrumentos de redistribuição de renda e de políticas sociais se viram pelo contrário desmanteladas. Temos fortíssimas corporações mundiais para extrair a renda, mas não temos governo mundial para redistribuí-la.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> No período de 2000 a 2004 a Rússia era responsável por 32% da exportação de armas (vendendo velhos estoques), os Estados Unidos por 31%, a França 8%, a Inglaterra 5%, este grupo sendo responsável por tres quartos das exportações declaradas. A China representa apenas 2%. O *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2005*, que traz estes números (p. 293, tabela 23) alerta para o grande volume de exportações não registradas. A economia ilegal constitui um imenso setor mal estudado, que navega com facilidade no espaço global descontrolado. A pseudo-legalidade também floresce: o Japão e a Islandia matam baleias a pretexto de pesquisá-las para a sua proteção. Nunca houve tanta pesquisa.

<sup>153</sup> Os lucros das corporações têm sido atribuídos à eficiência da sua gestão, o que gera uma imagem positiva. O estudo das raízes do lucro corporativo constitui outra área de pesquisa em desenvolvimento. A

O processo de deformação é triplo: a assimetria dos avanços tecnológicos no mundo, atingindo inclusive de forma negativa grande parte da população mundial; a disritmia entre o avanço corporativo e o desenvolvimento de mecanismos reguladores correspondentes; e o impacto profundamente desigual sobre o emprego, gerando uma nova hierarquia entre empregos de ponta, emprego precário, atividades informais e atividades ilegais. Estas três macrotendências convergem para a desigualdade crescente entre países, bem como entre ricos e pobres dentro de cada país.

Um excelente balanço encontra-se no estudo *The Inequality Predicament*, elaborado pelo Conselho Econômico e Social da ONU, dez anos depois da cúpula mundial de Copenhague. A apresentação vai muito além do conceito de pobreza, envolvendo amplamente os “indicadores não econômicos de desigualdade”.

No plano da desigualdade econômica, o resultado é que “as análises dos padrões de desigualdade sugerem que a desigualdade de renda e consumo entre países se manteve relativamente estável durante os últimos 50 anos”, o que em si é impressionante, dados os imensos avanços nos meios técnicos disponíveis neste período. Houve um avanço na situação da parte mais pobre da população. No entanto, “aprofundando a análise, a imagem que emerge não é tão positiva. Primeiro, a maior parte da melhoria na distribuição de renda no mundo pode ser explicada pelo rápido crescimento econômico da China e, em menor proporção, da Índia, com boa parte da mudança refletindo os ganhos dos segmentos mais pobres da sociedade às custas dos grupos de renda média nestes dois países. Segundo, a participação dos 10% mais ricos da população mundial aumentou de 51,6% para 53,4% do total da renda mundial. Terceiro, quando tiramos a China e a Índia da análise, os dados disponíveis mostram um aumento da desigualdade de renda devido ao efeito combinado de disparidades mais elevadas de renda dentro dos países e do efeito distributivo adverso do aumento mais rápido da população nos países mais pobres. Quarto, o “gap” de renda entre os países mais ricos e os mais pobres aumentou nas décadas recentes”.<sup>154</sup>

No plano da desigualdade econômica interna dos países, os dados da World Income Inequality Database (WIID) mostram que a desigualdade de renda interna dos países

---

extração de um barril de petróleo na Arábia Saudita custa menos de 10 dólares, as empresas vendem-no a 100 dólares. Não é eficiência de gestão que está no centro, e sim a força política. Os lucros das grandes instituições de especulação financeira estão diretamente ligados ao controle dos processos tecnológicos e às facilidades oferecidas pelos paraísos fiscais. Vende-se produtos dezenas de vezes mais caro do que o custo de produção, simplesmente porque se criou a “griffe” correspondente. Outras atividades geram lucro aproveitando as fragilidades dos sistemas jurídicos. Na ausência de governança global, as corporações globais navegam praticamente sem controle. Para quem não entende o mecanismo ou as consequências, a tendência é achar que quem ganha muito dinheiro deve ser bom. O resultado sistêmico é o caos. A fragilização dos governos neste processo pode ser vista no excelente artigo de James Petras, *The Great Transformation*, (2012) <http://criseoportunidade.wordpress.com/>

<sup>154</sup> UN – Department of Economic and Social Affairs – *The Inequality Predicament: report on the world social situation 2005* - United Nations, New York, 2005, p. 44 – A tabela de apoio mostra que no período de 1960-1962 a 2000-2002, o PIB per cápita dos 20 países mais ricos passou de 11.417 dólares para 32.339 dólares (dólares constantes de 1995), enquanto a média equivalente para os 20 países mais pobres passou de 212 dólares para 267 dólares. (Tabela III.2, p. 45).

diminuiu durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 na maioria das economias desenvolvidas, em desenvolvimento e de planejamento central. Desde os anos 1980, no entanto, este declínio se tornou mais lento ou se estabilizou, e dentro de numerosos países a desigualdade esta crescendo de novo. É igualmente novo o crescimento da desigualdade em países desenvolvidos: “Um estudo da evolução da desigualdade econômica em nove países da OCDE confirma em geral a visão de que ocorreu um deslocamento significativo na distribuição de renda em todos os países analisados, com a possível exceção do Canadá”.<sup>155</sup>

A América Latina continua bem representada: “Uma característica que distingue o padrão de desigualdade interna na América Latina das outras regiões é a participação dos 10% das famílias mais ricas na renda total.”...”O fosso mais profundo situa-se no Brasil, onde a renda per capita dos 10% mais ricos da população é 32 vezes a dos 40% mais pobres. Os níveis mais baixos de desigualdade de renda na região podem ser contrados no Uruguai e na Costa Rica, países onde as respectivas rendas per capita dos 10% mais ricos são 8,8 e 12,6 vezes mais elevadas do que as dos 40% mais pobres”.<sup>156</sup>

Onde progressos foram constatados, foi graças a programas de combate à pobreza: “No nível global um progresso considerável foi feito na redução da pobreza durante as últimas duas décadas, em grande parte como resultado de programas e políticas anti-pobreza mais focados”...”Os avanços feitos na China e na Índia contribuíram substancialmente para uma imagem positiva no nível global. Como estes dois países representam 38% da população mundial, a rápida expansão das suas economias levou a uma redução significativa do número de pessoas que vivem em pobreza absoluta no mundo; entre 1990 e 2000 este número baixou de 1,2 bilhão para 1,1 bilhão. Na China, a proporção de pessoas vivendo com menos de 2 dólares por dia caiu de 88% para 47% entre 1981 e 2001, e o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia caiu de 634 milhões para 212 milhões. Na Índia, a proporção dos que vivem com menos de 2 dólares por dia baixou de 90% para 80%, e o número dos que vivem em extrema pobreza baixou de 382 para 359 milhões”. O impacto positivo principal, portanto, é claramente devido à China.<sup>157</sup>

O nosso interesse principal aqui, mais do que nas cifras e nos respectivos dramas, está no fato de elas representarem claramente a necessidade de intervenções afirmativas, organizadas, para enfrentar a pobreza. E como a desigualdade constitui o principal problema hoje – junto com a destruição do meio-ambiente – a ciência econômica tem de concentrar esforços muito mais amplos na compreensão das políticas ativas de combate à pobreza.

Um segundo ponto, é que não basta olhar para os mecanismos econômicos, pois a desigualdade constitui um processo muito mais amplo. “Talvez ainda mais importante do que os crescentes níveis de pobreza é a emergência e encrustamento (*entrenchment*) de novos padrões de pobreza em numerosos países. Mudanças dignas de nota incluem uma

---

<sup>155</sup> Idem, p. 48

<sup>156</sup> Idem, p. 49-50

<sup>157</sup> Idem, p. 51

tendência crescente para o rodízio das pessoas para dentro e para fora da pobreza, um aumento da pobreza urbana e a estagnação na pobreza rural, bem como um aumento na proporção de trabalhadores informais entre os pobres urbanos e grande parte dos pobres desempregados.(...)De todas as desigualdades dentro e entre nações, a impossibilidade de uma parcela crescente da população do mundo que busca emprego de encontrá-lo constitui talvez o fato de implicações mais profundas”.<sup>158</sup>

Os dados acima referem-se à distribuição de renda. A pesquisa do WIDER (*World Institute for Development Economics Research*), da Universidade das Nações Unidas, aponta para outra drama, que é o da concentração da riqueza acumulada. Na realidade, as duas metodologias estão vinculadas, pois a renda maior dos mais ricos permite que acumulem mais propriedades, mais aplicações financeiras, enquanto os pobres estagnam. Assim, a riqueza acumulada (“*net worth: the value of physical and financial assets less debts*”, o que equivale ao que o relatório define como “*a comprehensive concept of household wealth*”), ou riqueza familiar acumulada, tende a polarizar ainda mais a sociedade, e leva em particular à formação de gigantescas fortunas que pouco têm a ver com a contribuição que estas pessoas ou famílias deram para a produção da riqueza social.<sup>159</sup>

A riqueza familiar acumulada é estimada em 125 trilhões de dólares para o ano 2000, equivalendo a 144 mil dólares por pessoa nos EUA, 181 mil no Japão, 1.100 dólares na Índia, 1.400 na Indonésia. Esta apropriação da riqueza desenha uma geo-economia do tipo “Alfavela-Alfavela”: “A distribuição regional de riqueza acumulada (*asset holdings*) mostra uma riqueza pesadamente concentrada na América do Norte, Europa, e países da Ásia de alta renda, que juntos representam quase 90% da riqueza global. Apesar da América do Norte ter apenas 6% da população mundial adulta, possui 34% da riqueza familiar.”

É natural que a acumulação de riqueza dentro dos países siga a mesma tendência, pois famílias mais ricas tendam a poder acumular mais. O fosso interno dos países agrava-se portanto: “A parte dos 10% mais ricos varia de 40% na China a 70% e mais nos Estados Unidos e alguns outros países”...”Nossos resultados mostram que o decil superior de riqueza era dono de 85% da riqueza global no ano 2000. Os 2% de adultos mais ricos do mundo tinham mais da metade da riqueza global, e o 1% mais ricos detinha 40% de toda a riqueza familiar. Em contraste, a metade de baixo da população adulta mundial detinha meramente 1% da riqueza global. O valor Gini para a riqueza global foi estimado em 89, o mesmo valor Gini seria obtido se 100 dólares fossem distribuídos entre 100 pessoas de tal maneira que uma pessoa recebesse 90 dólares, e os 99 restantes 10 centávos cada”.

Curiosamente, quando se fala em distribuição de renda, em imposto sobre a fortuna, em imposto sobre herança, a mídia fala em populismo e demagogia. Não ver os dramas que se avolumam com das dinâmicas atuais é ser perigosamente cego.

<sup>158</sup> idem, p. 54-55

<sup>159</sup> James Davies, Susana

Sandström, Anthony Shorrocks, and Edward N. Wolff - *The Global Distribution of Household Wealth* - 2006, II – [www.Wider.unu.edu/bewsletter/newsletter](http://www.Wider.unu.edu/bewsletter/newsletter)

Não só precisamos olhar para as dinâmicas sociais de maneira mais ampla, como temos de voltar a dar uma importância central para a organização de processos decisórios participativos: “A agenda do *trabalho decente* visa enfrentar numerosos desafios que surgem da globalização, inclusive a perda de emprego, a distribuição iníqua dos benefícios, e a desorganização (*disruption*) que foi causada na vida de tantas pessoas. Responder a estes desafios exigirá a participação de atores em todos os níveis”.<sup>160</sup>

O desafio maior continua muito próximo do que Samir Amin já apresentou há décadas: a economia se globaliza, enquanto os instrumentos de intervenção continuam nacionais. Os sistemas internacionais de regulação como a ONU, FMI e outros continuam sendo instrumentos de resolução parcial de problemas entre nações – não temos nada que se assemelhe a um governo mundial. A formação de blocos é um paliativo, ou um caminho para a construção mais ampla. Os Estados Unidos se apresentam claramente como candidatos a “regulador mundial”, mas uma nação mandar nas outras claramente não é a solução, sobretudo com os desmandos governamentais e corporativos que se avolumam.

Aparece um eixo interessante de alternativas no conjunto das iniciativas ligadas ao Fórum Social Mundial. É a primeira tentativa planetária de se construir um sistema de proteção do planeta e de reorientação dos rumos do desenvolvimento, e envolve dezenas de milhares de organizações da sociedade civil, com crescente – ainda que frágil – presença nas decisões dos respectivos países e das organizações internacionais. O que tem aparecido na imprensa em geral é o evento anual, e com profunda deformação, mas a realidade é que se está constituindo uma rede interativa extremamente ágil de defesa de direitos, de denúncias de manipulação da mídia, de informações ambientais – a lista é interminável – que está gerando um espaço de articulação global novo.

Em outro nível, há pesquisas que se debruçam sobre a construção de uma rede interativa planetária nas mais variadas áreas: hoje qualquer hospital médio tem acordos de intercâmbio de médicos, as universidades estão criando redes de cooperação científica – a PUC de São Paulo teve em um ano 1600 ações de cooperação internacional – as cidades estão se constituindo em redes que permitem intercâmbio de inovações de gestão e assim por diante. Assim, ainda que nossa atenção na área da economia mundial continue a se concentrar nos ministérios de relações exteriores, no comércio internacional, nas corporações transnacionais e nas organizações multilaterais, a conectividade moderna está gerando um tecido econômico mundial extremamente denso de micro-relações internacionais originadas em milhões de instituições.

Uma análise desta evolução é apresentando no livro *Re-imagining Political Community*, que trabalha na linha da teoria política da democracia internacional.<sup>161</sup>

<sup>160</sup> *The Inequality Predicament*, p. 58 – O Relatório não tem dúvidas quanto à necessidade de políticas organizadas de intervenção: “O mercado global opera com vantagens para os países mais ricos; os países pobres têm menos chances de se beneficiarem com a globalização, e são mais vulneráveis aos seus riscos e erros”.(p. 43)

<sup>161</sup> Trabalho organizado por Daniele Archibugi, David Held e Martin Köhler – *Re-imagining Political Community: Studies in Cosmopolitan Democracy*, Stanford University Press, California 1998. As citações são extraídas essencialmente das contribuições de David Held e de James Rosenau

Antes de tudo, temos o fato maior da ausência de mecanismos internacionais e democráticos de decisão: “Mesmo que a democracia tenha conseguido resultados significativos no processo de governança do Estado, ainda deixa de ser aplicada na gestão de relações entre Estados no que se refere a problemas regionais e globais”. O problema da governança global emerge assim como uma questão central: “Hoje a comunidade internacional busca desesperadamente um novo equilíbrio político global. Para alguns, o ideal seria uma ordem mundial onde algumas centenas de grandes empresas ditassem as normas destinadas a avançar os seus próprios interesses a um painel de Estados fortes e poderosos...O equilíbrio de poder deslocou-se em favor do capital, relativamente tanto aos governos nacionais como aos movimentos trabalhistas nacionais. Como resultado, a autonomia dos governos democraticamente eleitos tem sido crescentemente restringida por fontes de poder econômico não representativas e não eleitas”. Os autores citam uma declaração do chefe da Coca-Cola sobre este “deslocamento de poder”: “Para dizê-lo candidamente, eu acredito que este deslocamento levará a um futuro em que as instituições com a maior influência serão de longe as empresas”. É a corporação assumindo o seu papel de poder político dominante.<sup>162</sup>

A esperança dos autores vai no sentido do potencial da conectividade da imensa diversidade de instituições: “As questões colocadas pelo rápido crescimento de complexas inter-conexões e inter-relações de estados e sociedades, e pela evidente intersecção de forças e processos nacionais e internacionais, continuam amplamente inexploradas”, e coloca-se a questão de “a que ponto o estado-nação pode continuar no centro do pensamento democrático”.

Esta visão aponta para processos democráticos a partir da base da sociedade: “Já que as necessidades e desejos da população se exprimem mais efetivamente através de ação organizada, a explosão organizacional do nosso tempo não é menos importante do que a explosão demográfica...A proliferação das organizações penetra todos os níveis de atividade humana – das organizações de bairro, grupos comunitários, redes regionais, Estados nacionais e regimes transnacionais até o sistema internacional”.

Emerge assim uma outra filosofia de ordenamento das instituições: “Para adquirir a legitimidade e apoio de que necessitam para durar, é mais provável que mecanismos de governança que funcionem evoluam a partir de baixo do que a partir de cima. Como tais, como mecanismos que conseguem gerar o consentimento dos governados, são sistemas auto-organizáveis, arranjos de direcionamento que se desenvolvem através das necessidades compartilhadas dos grupos e com a presença de desenvolvimentos que levam à geração e aceitação de instrumentos compartilhados de controle.” Na visão dos autores, trata-se de apoiar esta dinâmica de forma organizada.<sup>163</sup>

---

<sup>162</sup> Idem, páginas 3, 18 e 42

<sup>163</sup> Vale a pena ver o original: “In order to acquire the legitimacy and support they need to endure, successful mechanisms of governance are more likely to evolve out of bottom-up than top-down processes. As such, as mechanisms that manage to evoke the consent of the governed, they are self-organizing systems, steering arrangements that develop through the shared need of groups and the presence of developments that conduce to the generation and acceptance of shared instruments of control” - p. 33

Assim, a agenda teórica da economia mundial nos leva para a questão da governança democrática planetária, com a elaboração de propostas políticas pro-ativas, enfrentando as duas principais macrotendências do sistema que é a deterioração ambiental e a desigualdade, aliás fortemente articuladas. Os elementos que constituem o processo de globalização – financeirização da economia, hierarquização do trabalho, poder corporativo, concentração do controle mundial da informação e outros – precisam ser trabalhados nesta linha de reconstrução dos eixos críticos de sobrevivência. A fragilização da ONU, em particular, nesta fase em que se avolumam ameaças globais, e em que necessitamos vitalmente de processos democráticos de decisão, simplesmente assusta.

Com a globalização da economia sem a correspondente globalização dos mecanismos democráticos de decisão, é uma imensa parte das atividades econômicas que escapa a qualquer controle. A expansão de organizações da sociedade civil que agem no espaço planetário e buscam articular os interesses sociais compensa apenas parcialmente o vazio institucional criado. Há uma economia global. Não há governança global.

### **17 – O paradigma da colaboração**

O deslocamento sísmico mais importante na teoria econômica se refere ao gradual esgotamento da concorrência como principal instrumento de regulação econômica, além de principal conceito na análise da motivação, da força propulsora que estaria por trás das nossas decisões econômicas.

A visão herdada, é que se nos esforçarmos todos o máximo possível para obter o máximo de vantagem pessoal na corrida econômica, no conjunto tudo vai avançar mais rápido. Misturando a visão de Adam Smith sobre a soma de vantagens individuais, de Jeremy Bentham e Stuart Mill sobre o utilitarismo, e de Charles Darwin sobre a sobrevivência do mais apto, geramos um tipo de guerra de todos contra todos, o que os americanos chamam de *global rat race*, que está se esgotando como mecanismo regulador, e que está inclusive nos levando a impasses planetários cada vez mais trágicos.

O que está despontando com cada vez mais força, é que somos condenados, se quisermos sobreviver, a desenvolver formas inteligentes de articulação entre os diversos objetivos econômicos, sociais, ambientais e culturais, e conseqüentemente formas inteligentes de colaboração entre os diversos atores que participam da construção social destes objetivos. O deslocamento sísmico consiste na gradual substituição do paradigma da competição pelo paradigma da colaboração.

Hazel Henderson conta como “entrou” para a economia. Em Nova Iorque os apartamentos eram equipados com pequenos incineradores. Resolvia problemas individuais, mas o resultado era roupa suja nos varais de todos, crianças sujas nos parques onde a poeira negra se depositava, doenças respiratórias, etc. Quando protestou junto às autoridades, foi-lhe explicado que os incineradores geravam empregos, dinamizando a

economia. Hazel ficou perplexa: construir com muito esforço coisas inúteis ou nocivas, é bom porque dinamiza a economia? E o esforço das mães que lavam a roupa e os filhos não é custo porque não é pago? Não foi a máquina econômica que acabou com os incineradores, e sim o movimento de mães organizadas em torno aos seus interesses.

Hazel se voltou para a economia, chegando gradualmente à visão que hoje expõe no seu livro *Construindo um mundo onde todos ganhem*, em torno do hoje popular conceito de *win-win*.<sup>164</sup> A idéia básica é simples, e se reflete na popular imagem de dois burrinhos puxando em direções opostas para atingir cada um o seu monte de feno, e que descobrem o óbvio: comem juntos o primeiro, e depois comem juntos o segundo. Segundo Hazel, “as redes da atual era da informação funcionam melhor com base em princípios em que todos ganham (*win-win*), mas ainda são dominadas pelo paradigma da guerra econômica global”.<sup>165</sup>

“*Construindo um mundo onde todos ganhem* explora o cenário e mapeia a colisão entre o paradigma do crescimento econômico externamente focalizado e tecnologicamente acionado, que culminou numa guerra econômica global insustentável, e a ascensão de preocupações globais populares no paradigma emergente e nos movimentos a favor do desenvolvimento humano sustentável...Uma mudança sistêmica do paradigma de maximização da competição econômica global e do crescimento do produto nacional bruto para um paradigma do desenvolvimento mais cooperativo, sustentável – o que, em épocas mais antigas, teria exigido centenas de anos –, é pelo menos possível no sistema mundial interdependente e em rápida evolução dos dias de hoje.”<sup>166</sup>

Há uma dimensão que vai inclusive além da ética no processo: a colaboração para criar coisas novas ou simplesmente úteis é uma das fontes mais importantes de prazer. O conceito moderno de liderança, inclusive, evoluiu da visão do chefe que dá ordens para a visão do coordenador que organiza processos colaborativos. O sentimento de realização de uma equipe que terminou um trabalho bem feito é muito grande.<sup>167</sup>

<sup>164</sup> Hazel Henderson – *Construindo um mundo onde todos ganhem* (Building a Win-Win World), ed. Cultrix, São Paulo 1996, [www.pensamento-cultrix.com.br](http://www.pensamento-cultrix.com.br)

<sup>165</sup> id., *ibid.*, p. 293 – É interessante ver também o texto de Daniel Cohen, em *La Mondialisation et ses ennemis*, sobre esta defasagem entre a economia real e as instituições: “A melhor maneira, em princípio, de encontrar uma idéia nova para resolver um problema dado é de coordenar a pesquisa dos que a desenvolvem e, uma vez realizada a descoberta, colocá-la à disposição de todos. O “bom” modelo de referência aqui não é o do mercado, mas o da pesquisa acadêmica que recompensa por diversas distinções o “bom pesquisador”, ao mesmo tempo que deixa as suas descobertas livres para todos. O sistema da propriedade intelectual conduz a fazer exatamente o contrário. As equipes que competem na mesma área, por um determinado medicamento por exemplo, não compartilham os seus conhecimentos, e uma vez realizada, a descoberta será a propriedade exclusiva de quem a realizou primeiro. Temos aqui, para o mundo moderno, uma idéia que Marx havia enunciado, de uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, aqui da inovação, e o das relações de propriedade” – p. 228

<sup>166</sup> Henderson, *ibid.*, p. 19 e 24

<sup>167</sup> O texto já mencionado de Frey e Stutzer desenvolve este tema: “As pessoas têm tendência a se sentirem felizes não só pelo resultado mas também pelo próprio processo...Scitovsky propõe que ‘a diferença entre gostar ou não gostar do trabalho que se faz pode ser mais importante do que a diferença na satisfação econômica gerada pelas disparidades na nossa renda’. As pessoas podem também se sentir mais satisfeitas ao agirem de maneira correta e ao serem honestas, independentemente do resultado...Assim, a utilidade é colhida do processo de tomada de decisão mais além do resultado gerado” (“*Thus utility is reaped from the*

O mundo, naturalmente, não é um mar de rosas, e tende a predominar a esperteza burra de quem vê nos processos colaborativos uma oportunidade de aumentar as suas próprias vantagens: a colaboração, para esta gente, consiste em fazer com que os outros colaborem para os seus lucros. A visão da luta pela sobrevivência do mais apto está sem dúvida generalizada. Impregna a escola com as suas lutas pelo primeiro lugar ou a melhor nota. A competição pela sobrevivência que representa o vestibular aparece em cada programa de televisão. A idéia é “vencer” os outros, ainda que a batalha seja fútil, e os resultados ruins para todos.

Vale a pena citar aqui o aporte de David Korten, no seu livro *O Mundo Pós-Corporativo*. Korten parte da compreensão que teve das limitações da visão biológica do mundo como um espaço de competição pela sobrevivência das espécies: na realidade, o pássaro que come a fruta dissemina a semente, a raiz que nasce precisa dos microorganismos para assimilar o nitrogênio e assim por diante. Ou seja, a dimensão colaborativa é amplamente dominante no processo, e assegura que a vida no planeta se desenvolva de forma sistêmica. Não se “arquiva” a competição, que é real: trata-se de entender a presença maior da dimensão colaborativa.

Na visão de Korten, o mercado, dentro de condições muito precisas, pode constituir um ambiente de colaboração sistêmica, mas não é o que acontece na economia real: “Os mercados, constituem uma instituição humana notável para agregar as escolhas de muitos indivíduos para conseguir uma alocação eficiente e equitável de recursos produtivos com o fim de responder às necessidades humanas. A sua função, no entanto, depende da presença de numerosas condições críticas. Reconhecendo o poder do ideal de mercado, o capitalismo se veste com uma retórica de mercado. Mas busca apenas o seu próprio crescimento, e assim as suas instituições procuram destruir sistematicamente as funções saudáveis do mercado. Eliminam as regulamentações que protegem os interesses humanos e ambientais, removem fronteiras econômicas para se colocar além do alcance do Estado, negam aos consumidores acesso a informações essenciais, buscam monopolizar tecnologias benéficas, e utilizam fusões, aquisições, alianças estratégicas e outras práticas anticompetitivas para minar a capacidade do mercado de se auto-organizar”<sup>168</sup>.

A realidade é que a economia está mudando, em geral mais rapidamente do que a nossa capacidade de organizá-la. As atividades hoje se tornaram muito mais amplas, complexas e interativas, fazendo com que as economias de colaboração, materializadas no capital social, sejam cada vez mais importantes. Nas grandes empresas, esta necessidade em geral já foi compreendida, levando à redução do leque hierárquico, à organização de equipes e assim por diante. A partir dos anos 1980, ampliou-se a compreensão da necessidade de colaboração já não só *dentro* da empresa, mas entre empresas, dando

---

*decision-making process itself over and above the outcome generated.*”) – *Happiness and Economics*, op. cit., p. 153

<sup>168</sup> David Korten – *The Post-Corporate World* – Berrett-Koehler, San Francisco, 1999., p. 62 – Edição brasileira pela Editora. Vozes, Petrópolis, 2003

lugar a conceitos como “capitalismo de alianças”, “arranjos colaborativos” inter-empresariais, *managed market* e assim por diante.

No plano das empresas, o livro que marcou um deslocamento da visão é *Alliance Capitalism*, de Michael Gerlach, que analisa as formas realmente existentes de colaboração inter-empresarial, em particular no Japão, e sugere que “a teoria econômica pode e deve enfrentar os limites dos mercados atomizados e anônimos, visando explicar as formas institucionais que se desenvolveram nas economias modernas para vencer estas limitações. Particularmente interessante tem sido o papel das contratações de longo prazo e a organização corporativa como alternativas aos mercados competitivos. Os mercados e as empresas capitalistas são vistas, assim, não como entidades isoladas que seguem a sua própria lógica, mas como arranjos institucionais complexos inseridos na ordem legal da sociedade e nas regras básicas sob as quais os atores operam.”<sup>169</sup>

Na *Terceira Italia* formou-se a compreensão de que além dos processos colaborativos inter-empresariais, seria útil organizar a colaboração com iniciativas públicas e do Terceiro Setor que podem gerar economias que são externas à empresa, mas internas a uma região, tornando o trabalho de todos mais produtivo. O livro de Carlo Trigiglia, citado acima, representa bem esta compreensão do território como espaço de construção de arranjos colaborativos.

Esta dimensão prática está apoiada em mudanças estruturais dos processos de reprodução social vistos ao longo deste ensaio. Ao tornar-se o conhecimento crescentemente o principal fator de produtividade, e já que o conhecimento compartilhado não tira conhecimento de ninguém, pelo contrário tende a multiplicar-se, a evolução natural não é a de nos trancarmos numa floresta de patentes e proibições, mas sim de criar ambientes colaborativos abertos, como vemos por exemplo no caso do Linux, da Wikipedia, ou nas formas colaborativas da Pastoral da Criança. A guerra baseada no “isto é meu” não tem sentido quando se trata de conhecimento.

Outra dinâmica que torna a colaboração muito mais presente é a conectividade: é tão fácil colaborar inclusive entre agentes muito distantes, que a idéia medieval do castelo isolado e autosuficiente torna-se cada vez mais ridícula, como se torna cada vez mais limitada a visão da empresa com o seu “capitão” empresário, indo à luta contra todos, trancando os seus segredos. As redes inter-universitárias de colaboração neste sentido estão

---

<sup>169</sup> Michael L. Gerlach – *Alliance Capitalism* – University of California Press, Berkeley, 1992, p. 39 – Gerlach constata que as trocas propriamente baseadas no espaço anônimo de mercado “na prática se tornaram raras e limitadas a uma faixa relativamente estreita de transações rotineiras” (p. 41); ver também os trabalhos de James E. Austin, *The collaboration Challenge*, publicado pela Drucker Foundation, bem como a visão institucionalista de Douglass C. North, *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press, 1990. No plano das políticas empresariais, ver o excelente *Wikinomics*, de Don Tapscott e Anthony Williams: os autores mostram como a colaboração, longe de ser um sonho de ilusões políticas, faz todo sentido na racionalidade das atividades econômicas, e está se generalizando.

demonstrando caminhos mais inteligentes e modernos, ainda que o grosso do mundo universitário tenda também a se proteger nas suas torres.<sup>170</sup>

Uma terceira dinâmica está ligada à nossa forma básica de organização demográfica, a cidade, com o seu entorno rural. Já não somos populações rurais dispersas, e mesmo os espaços rurais pertencem a um processo de modernização “rurbano”, como têm definido os pesquisadores da Unicamp. Neste sentido, como vimos, cada cidade com o seu entorno passa a constituir uma unidade de acumulação econômica que será mais ou menos produtiva, como sistema, segundo consiga ou não organizar-se num espaço colaborativo e coerente dentro do seu território e na região onde está situada.

Enfim, uma quarta dinâmica que também vimos acima está ligada ao deslocamento da composição intersetorial das atividades econômicas, cada vez mais centradas em políticas sociais como saúde, educação, cultura, informação, lazer e outras. Estas atividades, muito mais do que a produção industrial, envolvem processos colaborativos intensos, não se regulam adequadamente pelo lucro, e dependem vitalmente da constituição do capital social e de processos participativos de decisão. A resitência a formas mais modernas de gestão é natural. Anos atrás, houve grandes lutas contra a vacinação obrigatória das crianças, em nome da liberdade de cada um decidir segundo as suas preferências. Naturalmente, vacinar uma parte da população não erradica doença alguma.

Estas quatro macro-tendências, da economia do conhecimento, da conectividade, da urbanização e da primazia do social, geraram condições profundamente renovadas no conjunto do processo de reprodução social, e as velhas práticas que privilegiam a competição, o segredo, os clubes fechados, constituem simplesmente a aplicação de uma ideologia econômica antiga a uma realidade nova. Ou seja, o paradigma da colaboração, além de constituir uma visão ética, e de materializar valores das pessoas que querem gozar uma vida agradável, trabalhar de maneira inteligente e útil, em vez de ter de matar um leão por dia, – constitui hoje bom senso econômico em termos de resultados para o conjunto da sociedade.

Voltando ao princípio, à “rentabilidade social” de que fala Celso Furtado, a colaboração tem de se dar em torno ao objetivo simples da alocação racional de recursos em função da qualidade de vida social.

Hoje sem dúvida as grandes empresas de medicamentos têm entre elas arranjos colaborativos que lhe permitem realizar lucros fabulosos, ao restringirem acesso à livre fabricação das drogas, o que por sua vez permite elevar os preços. Os banqueiros no Brasil colaboram intensamente na manutenção de um sistema de restrição ao crédito, de juros elevados e de tarifas caríssimas, o que lhes permite drenar grande parte da riqueza produzida pela sociedade, sem precisar contribuir para produzi-la. Os grandes grupos da mídia colaboram com as grandes empresas que compram espaço publicitário, e adaptam

---

<sup>170</sup> Ver em particular o OCW (*Open Course Ware*) do MIT, sistema aberto de acesso à produção científica, hoje se expandindo rapidamente. Sobre este tema, ver o nosso *O professor frente à propriedade intelectual*, (2011) <http://dowbor.org/2011/08/o-professor-frente-a-propriedade-intelectual-7.html/>

o conteúdo da informação aos interesses empresariais. Os exemplos não faltam deste tipo de círculos fechados em torno de interesses minoritários.

Putnam resume bem a questão, no seu *Bowling Alone* já citado, ao lembrar que a Ku Klux Klan é uma organização da sociedade civil, mas cujo objetivo é *excluir* um segmento da sociedade, em vez de *incluir* de forma equilibrada os diversos interesses. Isto não é colaboração, é corporativismo na sua pior manifestação. Ou seja, a construção dos processos colaborativos necessários a uma economia moderna passa por romper os diversos tipos de fortificações que constituem os cartéis, trustes e outros clubes de ricos que desequilibram o desenvolvimento. Não há como escapar à busca ativa de processos econômicos mais democráticos, descentralizados e participativos.

Korten busca soluções na articulação dos espaços de desenvolvimento local, onde os agentes econômicos se conhecem e podem construir sistemas colaborativos: “Resolver a crise depende da mobilização da sociedade civil para resgatar o poder que as corporações e os mercados financeiros globais usurparam. A nossa maior esperança para o futuro está com economias apropriadas e geridas localmente que se apoiem predominantemente em recursos locais para responder às necessidades de vida locais dos seus membros em formas que mantenham um equilíbrio com a terra. Um tal deslocamento nas estruturas institucionais e prioridades poderá abrir caminho para a eliminação da escassez e extrema desigualdade das experiências humanas, instituindo uma verdadeira democracia cidadã, e liberando um potencial presentemente não realizado de crescimento e criatividade individuais e coletivos.”<sup>171</sup>

Não há soluções simples nesta área, mas o paradigma da colaboração abre sem dúvida uma visão renovada, onde a simples competição não resolve, e os mercados se tornaram cada vez menos operantes. A visão renovada envolve o resgate do planejamento, mecanismos de gestão participativa local, articulações inter-empresariais, e *também* mecanismos tradicionais de mercado onde ainda sejam úteis, além de mecanismos de concertação internacional cada vez mais necessários, apontando no conjunto para uma articulação diversos mecanismos de regulação em vez das alternativas simplificadas em torno do *estatização* versus *privatização*.<sup>172</sup>

A nossa intuição simplificada – aqueles argumentos não explicitados mas poderosos que temos em algum lugar profundo da nossa cabeça – nos sugere que a política não funciona, e que a economia de mercado, ao definir regras de jogo iguais para todos os agentes econômicos, ainda constitui o melhor mecanismo de regulação. A realidade é que a própria política precisa mudar, evoluindo para a democracia participativa, enquanto os mecanismos de mercado (efetivos, com concorrência) sobrevivem em espaços cada vez mais limitados da economia tradicional, substituídos pela força das articulações corporativas, trustes e cartéis. A democracia econômica constitui um complemento necessário que pode racionalizar tanto a política como a economia.

---

<sup>171</sup> - Korten, op. cit. p. 7

<sup>172</sup> - O argumento da articulação dos mecanismos de regulação foi desenvolvido no nosso *A Reprodução Social*, vol. II

## **18 – A economia das organizações da sociedade civil**

O paradigma da colaboração tem se materializado particularmente nas organizações da sociedade civil, no chamado “terceiro setor”, área que engloba um conjunto de comportamentos que não se definem pelos paradigmas tradicionais da busca do lucro ou da autoridade estatal.

A fragilidade das definições conceituais nesta área começa já com o nome colocado acima, “sociedade civil”. Não entraremos neste debate, pois a enorme diversidade de atividades colocadas sob esta etiqueta desafia qualquer definição precisa. Basta dizer aqui que nos referimos às organizações da sociedade civil, organizações não governamentais, organizações comunitárias e assim por diante. Na realidade, continuamos a definir toda esta área pelo “não”, seja na nossa terminologia (não-governamental) ou na terminologia americana (*non-profit*, portanto não empresarial), ou ainda no conceito de “Terceiro Setor” (portanto nem Estado nem empresa). Até estas diversas áreas de atividade que surgem com força adquirirão formatos mais claros, serão definidas relativamente às entidades que entendemos de maneira razoavelmente clara, – o Estado e a empresa – ainda que por exclusão.

Para os economistas, esta área é um incômodo. O Estado tem uma lógica definida pelo direito público administrativo. O seu produto é contabilizado através de quanto custa, mesmo quando se trata de investimento. As empresas têm outra lógica, mas igualmente clara, que é de ganhar dinheiro, regem-se pelo direito comercial, e a sua contribuição é avaliada pelo valor agregado, ainda que o produto seja inútil ou nocivo. O Terceiro Setor perturba estas lógicas simplificadoras. As suas iniciativas nascem do movimento espontâneo de um grupo de pessoas preocupadas com um problema social que não encontra soluções aparentes nem no Estado nem na empresa, e que se organizam para dar uma resposta.

Esta área tem uma definição legal muito frágil; apoia-se em legislação referente às associações sem fins lucrativos, em alguns casos adquire forma de Oscip (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), em outros pode adotar a forma de uma cooperativa, em outras ainda de empresa auto-gerida, na linha de um novo eixo que tem sido chamado de economia solidária.<sup>173</sup> Somar os seus custos nem sempre é representativo, pois apoia-se fortemente no voluntariado, em doações de diversos tipos. Avaliar o seu produto é mais complexo ainda: o Greenpeace desempenha uma imensa função de proteção ambiental, mas como não monetizamos o meio ambiente, sequer saberíamos definir o valor do que se salva. Ninguém contabiliza a contribuição da Pastoral da Criança para o PIB, e no entanto, se somarmos os dias de trabalho que as famílias deixam de perder, os medicamentos que não precisarão comprar, ou as hospitalizações evitadas, teremos sem dúvida uma contribuição impressionante para a produtividade sistêmica de inúmeras regiões. As organizações de direitos humanos desempenham uma função vital frente à facilidade com a qual os governos ou as corporações os violam, mas ninguém saberá contabilizar os seus aportes.

---

<sup>173</sup> Paul I. Singer – *Introdução à Economia solidária* - São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2002

Na base da questão, está o fato de que direitos não organizados não se materializam. O Estado constitui uma entidade estruturada, como é o caso da unidade empresarial. A sociedade civil pode ser numerosa, mas é dispersa em termos de interesses diversificados, e sobretudo difusos. Um plebiscito sobre a preservação da Amazônia recolheria seguramente a quase unanimidade nacional, mas o que predomina é o interesse pontual e organizado de uma madeireira, ou de uma empresa produtora de soja ou de gado. O interesse fortíssimo mas difuso da população não se transforma em ação concreta, a não ser que as pessoas interessadas numa questão determinada tenham alguém que as represente, faça as pesquisas correspondentes, divulgue a problemática na mídia, saiba fazer uma interpelação jurídica. Assim, a flexibilidade de criação de entidades que nos ajudem a organizar interesses que são difusos mas essenciais, tornou-se vital para o funcionamento da sociedade.

A contribuição política deste tipo de instituições tem sido criticada. Uma empresa que desenvolve uma atividade que gerará empregos, ainda que tendo forte impacto ambiental, acha que não tem mais contas a prestar. Quem elegeu a associação ambientalista que inventa de protestar? Na realidade, a legitimidade da organização da sociedade civil está no fato de que a sua única força vem do apoio social que desperta. Ocupa o seu espaço não pela força financeira, ou pela ameaça da multa ou de perseguições jurídicas, mas pelo respeito que merece. Neste sentido é um instrumento profundamente democrático, que vem complementar de forma essencial os mecanismos tradicionais de gestão social.

Lester Salamon, da John Hopkins University, enfrentou a tarefa árdua de sistematizar dados sobre o terceiro setor, orientando uma pesquisa internacional que constitui o estudo básico que hoje nos permite nos situar. Um primeiro ponto a se levantar é o peso relativo destas atividades, que muitos ainda vêm como marginal: nos países desenvolvidos, representam 7% da mão de obra, e se acrescentarmos o voluntariado, chegamos a 10%. É o equivalente à totalidade da mão de obra industrial nos Estados Unidos, por exemplo, que hoje emprega menos de 10% dos trabalhadores. Na América Latina, este setor ainda é fraco, representando respectivamente 2,2% e 3%. Para o Brasil, as cifras correspondentes são de 2,2 e 2,5.<sup>174</sup>

Para muitos, as atividades da sociedade civil organizada simplesmente desresponsabilizam o Estado das suas obrigações, para outros constituem um “bandaid” para os desmandos corporativos. Portanto, ao seu “não-lugar” econômico corresponde também um “não-lugar” político. Estas simplificações têm a ver na realidade com o fato de projetarmos ainda a nossa guerra ideológica do século XX sobre os novos processos: de um lado nos aferramos às obrigações do Estado, sem refletir a que ponto são exequíveis; de outro, como nas visões de Milton Friedman, trata-se de um desvio do dinheiro que deveria ir para o bolso dos dirigentes empresariais e dos acionistas. A realidade é que as fontes de renda das organizações da sociedade civil no Brasil são da

---

<sup>174</sup> Lester Salamon et al., *Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector*, p. 387 e ss., dados correspondentes a 1995 – o capítulo sobre o Brasil, orientado por Leilah Landim, é particularmente interessante.

ordem de 15,5% do setor público, 10,7% da filantropia empresarial, e 73,8% de recursos próprios, oriundos de pagamentos pelos serviços que prestam.<sup>175</sup>

A subestimação da contribuição produtiva das OSC vem do fato dos seus aportes serem em grande parte na área da economia não-monetária, e faz parte portanto da deformação que sofre a medição dos resultados. Quanto nos voltamos para qualidade de vida de maneira ampla, e não apenas para o aumento do PIB, os impactos são imediatamente visíveis. Retomando exemplos vistos acima, a Pastoral da Criança pode mobilizar um volume limitado de recursos, mas se calcularmos os resultados concretos para as crianças e as suas famílias, inclusive em gastos monetários evitados, o impacto é muito grande; a pressão de uma comunidade por ter um rio limpo se traduz em lazer, redução de doenças, e grandes economias pelo fato de ações preventivas serem muito mais baratas do que os custos de despoluição.

Nos países desenvolvidos, a dimensão das atividades comunitárias é muito maior, conforme vimos, e também a participação do Estado é muito maior. Como ordem de grandeza, o setor público contribui com 40% do financiamento das OSC, e o pagamento pelos serviços prestados representa 50%; a contribuição privada é da mesma ordem que no Brasil, por volta de 10% do total, portanto bastante marginal, ainda que muito divulgada pelo marketing social empresarial. A forte participação do setor público no financiamento das OSC nos países desenvolvidos está diretamente ligada à constatação da produtividade sistêmica excepcional que estas organizações conseguem.

No exemplo visto acima das OSC de intermediação financeira, o fato destas organizações estarem enraizadas nas comunidades, e serem por elas controladas, torna a aplicação dos recursos muito mais racional e afinada com as necessidades locais. Em muitos casos, quando uma comunidade levanta dinheiro para uma iniciativa que considera importante, o Estado contribui com uma contrapartida, pois sabe que se uma comunidade resolveu tirar dinheiro do seu próprio bolso é que realmente a ação é necessária. O resultado é que o dinheiro público assim empregado se torna muito mais produtivo em termos de resultados práticos para a comunidade.

Um dos pontos importantes nesta área da economia é a frequente dificuldade de se avaliar resultados. Um programa cultural de apoio a jovens poderá parecer uma perda de dinheiro. Como avaliar a elevação do capital social, do sentimento de autoestima, ou os custos evitados? Na linha do que vimos no capítulo 3 acima, ao medirmos a produtividade sistêmica de um território, poderemos avaliar os resultados. No essencial, hoje se entende que não bastam as medições quantitativas, nem é real a visão de que só é resultado concreto o que se pode medir. O cruzamento de avaliações quantitativas e qualitativas é que permite chegar a uma visão mais realista. E muitos técnicos desesperados por colocar cifras nos seus relatórios para prestar contas, por exemplo, de uma iniciativa cultural, poderão simplesmente perguntar às pessoas da comunidade se estão satisfeitas. A própria satisfação da comunidade, avaliada através de pesquisas de percepção, é a melhor medida do acerto do uso dos recursos, não exigindo cálculos complexos de rentabilidade.

---

<sup>175</sup> Idem, p. 404 e 405

A forma mais prática de se conseguir uma alta produtividade das iniciativas da sociedade, é desenvolver sistemas de informação social para a própria comunidade. Hazel Henderson nos traz um raciocínio interessante, partindo de um exemplo que nos é familiar: o engarrafamento de trânsito. Podemos deixar a mão invisível resolver o problema, ou seja, deixar que cada um se vire como puder. O resultado será provavelmente um engarrafamento maior segundo as soluções mais óbvias de alternativas de trânsito. Ou podemos fechar ruas e direcionar o trânsito através de um sistema de planejamento autoritário. Ou ainda, podemos deixar que cada um faça as suas opções, mas assegurar que no rádio haja um bom sistema de informação sobre como está o trânsito em cada região. Esta última opção, que Hazel chama de planejamento indicativo, deixa ao cidadão a iniciativa, mas assegura que ele possa fazer a melhor opção de maneira informada, e não às cegas.

A primeira opção gera o caos, e representa de maneira bastante fiel o sistema liberal, onde cada um busca maximizar as suas vantagens sem estar devidamente informado sobre as iniciativas dos outros. Gera, por exemplo, o comportamento de manada na área financeira, onde uma variação de cotações faz com que todos os especuladores corram na mesma direção, agravando os desequilíbrios dos quais tentam se proteger. A segunda opção, de planejamento centralizado, gera uma ordem onde a diversidade dos interesses dos protagonistas não é levada em conta, e onde o cidadão perde a iniciativa. Gera sistemas burocráticos como os que vimos nos países do Leste Europeu, com muita ordem e pouca iniciativa.

O terceiro sistema parte da visão que o cidadão bem informado saberá tomar iniciativas que combinam o seu interesse específico com a lógica sistêmica do processo. Em outros termos, a informação adequada, e bem distribuída, constitui simultaneamente um instrumento de cidadania e de racionalidade do desenvolvimento.

As sociedades modernas são demasiado complexas para serem ordenadas por um super-poder autoritário. E os instrumentos tecnológicos que manejamos são demasiado poderosos para que se possa manter a cultura do vale tudo: seja no uso da energia, ou na preservação da água, ou nas formas de cultivar um campo, é preciso que cada empresa, cada entidade pública, cada organização da sociedade civil tenha uma visão de conjunto do que está acontecendo.<sup>176</sup>

Nos setores tradicionais de produção, o preço representava, e representa ainda em vários setores, um importante elemento racionalizador. Quem produz um tênis muito caro terá dificuldades em vender, e deverá por tanto se adaptar. Nas áreas muito mais difusas ligadas à produtividade sistêmica de um território, a informação organizada passa a representar o instrumento de regulação que o preço representa para o setor tradicional. A empresa, que dispõe normalmente de informação gerencial, saberá como reduzir os

---

<sup>176</sup> A informação bem organizada e disseminada constitui um elemento essencial da democracia participativa, ao facilitar as opções racionais dos diversos atores sociais. Mas não substitui a iniciativa do Estado e o planejamento estratégico. No exemplo acima sobre engarrafamento, um bom planejamento do transporte coletivo teria simplesmente prevenido o problema.

custos e se adaptar ao mercado. A iniciativa social precisa de sólida informação gerencial para assegurar a sua própria racionalidade, sob forma de análise sistemática do território: fontes de poluição, bolsões de pobreza e assim por diante. O fato gritante aqui é que não dispomos de informações territorializadas e integradas para orientar a ação social no território.<sup>177</sup>

Não cabe aqui fazer o resumo da ampla gama de iniciativas que se abre na linha da economia solidária, das iniciativas da sociedade civil em geral. O importante para nós, é apontar para uma área ampla da economia cujas dimensões econômicas ainda estão por ser compreendidas, e que claramente obedece a mecanismos de regulação diferentes tanto do Estado tradicional como da empresa privada.

Se associarmos a expansão deste setor de atividades com as dinâmicas estruturais que sustentam o paradigma da colaboração visto acima – urbanização e expansão do consumo coletivo; tecnologias da informação e conectividade social; expansão das políticas sociais que favorecem processos descentralizados e participativos; e primazia da economia do conhecimento que privilegia intercâmbios – concluímos que se trata não de uma sub-processo menor do setor público, mas do resgate, por parte das comunidades, de um mínimo de sentido na organização dos esforços sociais. Entre a burocracia do Estado centralizado e a truculência dos interesses corporativos, há espaço para vida inteligente.

Podemos ir além neste raciocínio: Nas análises que realizamos de milhares de iniciativas que estão dando certo, constatamos que a esmagadora maioria envolve não só a sociedade civil organizada, como parcerias entre estas e os setores tradicionais público e privado. Em outros termos, as organizações da sociedade civil constituem um poderoso articulador social, servindo como lastro de bom senso e de racionalidade para um conjunto muito mais amplo de atividades do Estado e da empresa.

Quando olhamos experiências de organização social que claramente estão dando certo, desde Kerala muito pobre até a Suécia ou o Canadá muito ricos, o denominador comum é uma sociedade civil organizada e exigente, que obriga o Estado a prestar contas do destino dos recursos, e cria um ambiente onde as empresas privadas se vêm obrigadas a respeitar os interesses sociais e ambientais da região onde se implantam. As organizações da sociedade civil, neste sentido, são cada vez mais indispensáveis.

Em termos de democracia econômica, a contribuição é essencial. É muito mais fácil manipular indivíduos isolados, ainda que sejam milhões, do que interesses sociais organizados. À medida que os mecanismos de concorrência de mercado são substituídos por oligopólios, cartéis e semelhantes, com poder planetário – grande parte das maiores economias do mundo são hoje empresas, e não países, com dirigentes que ninguém elegeu – a expressão organizada dos interesses da sociedade torna-se indispensável ao funcionamento da própria economia.

---

<sup>177</sup> Partindo do exemplo acima de Hazel Henderson, desenvolvemos uma série de propostas práticas no nosso *Informação para a Cidadania e o Desenvolvimento Sustentável*, in <http://dowbor.org> sob “Artigos online”.

## **19 – A ética na economia**

A base ética da era da competição é simples: quem ganha merece o que ganhou, conquanto tenha respeitado as regras do jogo, definidas no marco jurídico. A ética na era da competição estaria contida no próprio processo produtivo: quem ganha na competição tem naturalmente direito à vantagem, e esta vantagem seria legítima, direito do ganhador. A soma das vantagens individuais daria o máximo de vantagem social. Duas simplificações radicais relativamente ao mundo realmente existente. O problema é que os grandes vencedores se tornaram suficientemente fortes para ir mudando as regras, tornando-se assim mais fortes ainda. Não é mais jogo, quando o mais forte também dita as regras.

Se quem ganha merece, elude-se o problema do resultado final. Mas se num jogo a banca sempre ganha, há algo de errado com as cartas. E quando olhamos para o resultado final do jogo econômico, onde o planeta é literalmente pilhado e sempre em proveito dos mesmos, há realmente algo errado. A economia livra-se do problema ético ao separar os processos econômicos dos resultados. Se morrem milhões de Aids, e não podem comprar o remédio, o problema é deles; por que não se organizaram para serem ricos e poderem pagar o “coquetel” de remédios? Morrem milhões de crianças por ano porque não têm acesso à água limpa? Ora, as regras do jogo é que quem é melhor, ganha. Ao vencedor, as batatas. São 435 famílias que hoje somam uma fortuna superior à renda de 3,5 bilhões de pessoas, a metade mais pobre da população mundial. São mais espertos, logo merecem? Ou a deformação é do contexto, das regras do jogo?

A importância da pequena fraude que constitui o banco da Suécia ter inventado de colocar o nome de Nobel no seu prêmio, é que o verdadeiro Nobel está associado com ciência, com descoberta de leis, de “verdades”. Isto faz com que a ciência econômica possa parecer objetiva no sentido mais profundo, obedecendo a mecanismos objetivos como a química ou a física. O passo seguinte, naturalmente, é que qualquer barbaridade pode ser justificada porque não depende da maldade de ninguém, é uma “lei”. E os economistas passam a se apresentar como cientistas que entendem as “leis”, sacerdotes que vêm claro onde os outros se sentem confusos. Se vários sacerdotes interpretam a realidade de forma contraditória, não tem importância: isto mostra como é profunda e complexa a matéria. A verdade é que não há nada de complexo numa criança que morre de fome, ou por falta de água limpa. Temos o conhecimento, os recursos e a capacidade de organização para remediá-lo em pouco tempo, mas isto seria infringir as regras do jogo. Além disto, qualquer ajuda poderia levar os pobres ao ócio, coisa que os ricos acham revoltante.

Os economistas não são cientistas que pesquisam leis da natureza, são pessoas que estudam mecanismos baseados em práticas sociais que se estabelecem em função do poder político dos diferentes agentes econômicos. A economia funciona segundo determinadas regras do jogo, mas as regras do jogo são pactuadas em condições desiguais de poder. Não há nenhuma lei econômica que determine que o professor primário do ensino público ganhe o que ganha no Brasil, nem que os intermediários financeiros num momento histórico determinado estejam enchendo os bolsos na mesma medida em que travam a economia. A única lei que funciona aqui é a lei do mais forte. E como a

economia escapa do processo de decisão democrática, em nome do “livre” mercado, não há contrapeso.

É claro que existem sim mecanismos que o simples bom senso ensina, e que devem ser ensinados e respeitados. Se uma pessoa é muito pobre, não terá acesso à educação, logo não conseguirá um bom emprego, e continuará pobre, com exceção do 1% que por algum milagre ou dotes excepcionais conseguirá subir na vida e será objeto de reportagens. Se houver uma safra ruim de arroz, haverá menos arroz no mercado, o que permitirá aos intermediários elevar os preços, porque o jogo da oferta e da procura existe, e existiu inclusive muito antes do capitalismo, em qualquer mercado do Oriente. Estudar estes mecanismos, identificar propensões, é interessante, mas não há nada de muito novo a se “descobrir” nestes processos. Stiglitz ganhou o “Nobel” de economia por mostrar que os agentes econômicos têm acesso desigual à informação, o que é verdadeiro, mas não constitui precisamente uma descoberta. Os advogados também estudam a fundo as complexidades jurídicas, passam a entender mecanismos que outros não entendem, chegam a conclusões inversas segundo os interesses de quem os contrata, e nem por isso alguém vai inventar um prêmio Nobel de advocacia.

O emaranhado de explicações contraditórias que encontramos na economia resulta mais da diversidade dos interesses do que da complexidade dos próprios fenômenos. O sindicato dos bancários explica os mecanismos que os bancos adotaram para generalizar juros extorsivos no país. O economista da Febraban responde com uma lista impressionante das dificuldades de se oferecer crédito no país, utilizando um raciocínio rigorosamente inverso, também apresentado como análise econômica objetiva. O governo que quer manter o pacto não declarado entre os banqueiros, o Banco Central e o Ministério da Fazenda, explica que tudo isto na realidade é para proteger a população brasileira de um novo surto inflacionário. No lado científico, Singer mostra, conforme vimos, que com este nível de juros os processos produtivos são encarecidos, e que portanto esta taxa, em vez de combater a inflação, a estimula. Amir Khair mostra que nesta era da economia aberta, e com os produtos da China às nossas portas, não há como agitar a ameaça da inflação. O sindicato fica com as suas queixas, os bancos com os seus lucros, o governo com os votos, e os pesquisadores com as suas idéias, respeitadas mas não veiculadas. Onde estão as leis econômicas nisto? As leis...

O que realmente é válido aqui, é que se as regras existentes dilapidam os recursos do planeta e excluem uma imensa massa da população do acesso a uma vida digna, estão erradas. Não que não existam mecanismos que devam ser levados em conta, e que são amplamente conhecidos – se houver por exemplo uma renda maior nos segmentos pobres da população haverá maior procura de bens de primeira necessidade – mas os processos decisórios devem ser desenvolvidos no sentido de se assegurar os *resultados*. Mais do que o *output*, trata-se do *outcome*.

A fase que vivemos é a do vale tudo por dinheiro. Tudo mesmo: é a igreja eletrônica, é a relação professor-aluno, é a relação familiar, é a relação amorosa, é a relação política. As empresas que poluem os rios fazem um cálculo econômico, ensina-se isto na economia: qual a probabilidade dos dejetos jogados no rio serem detectados, vezes o

tamanho da multa; isto confrontado com quanto custaria instalar o processo de pre-tratamento da água, distribuído no volume de produtos. Não entra no cálculo de quantas pessoas ficarão doentes, quanta natureza será destruída nos rios, ou seja, o resultado final para a sociedade. O cálculo é estritamente econômico, a unidade de cálculo é a própria empresa. O que ocorre fora da empresa está fora do cálculo, e quem paga a multa está dentro da lei. E se quiserem aumentar a multa, existem lobistas para manter a multa na sua dimensão ridícula, ou até para revogar a própria lei.

No nível da teoria temos sempre Milton Friedman, ou seus numerosos sucessores, explicando que não está dentro do horizonte legítimo de preocupações de uma corporação pensar na ética, mas se individualmente as pessoas que compõem a empresa quiserem fazer uma caridade, é direito delas. Fazer a pessoa jurídica se preocupar com o social e o ambiental, explica o dono do “Nobel” de Economia, “*is certainly not democratic*”.<sup>178</sup>

O raciocínio não é complicado. Quando um condomínio ou uma empresa despeja os seus resíduos num rio, e depois o órgão ambiental tem de proceder à despoluição, os custos são incomparavelmente superiores, e como tudo tem custo, são os cidadãos que vão pagar através dos impostos. É uma solução burra porque sai mais caro para todos, ainda que para a empresa que construiu o condomínio tenha saído mais barato. Para uma vantagem de 100 de uma empresa, a sociedade arca com custos de 500 distribuídos por todos os que pagam impostos. Custos distribuídos entre muitas pessoas passam mais despercebidos. As empresas que irão despoluir ou desassorear o rio também vão ganhar, e vão apoiar o sistema. Os custos extra gerados nos diversos níveis serão contabilizados como aumento do Pib, dando uma impressão de que estamos com o *nível de vida* (entenda-se Pib per capita) mais elevado. O fato da *qualidade de vida* ter baixado não entra no cálculo.<sup>179</sup>

É muito impressionante o fato de considerarmos natural a ética estar presente, como curso, no currículo de medicina, mas ser marginal nos cursos de economia. Talvez para não desanimar os alunos, sem falar dos professores. A teoria dominante colocou a ética para fora do campo de discussão através de uma simplificação radical: se o enriquecimento foi por métodos ilegais, para isto existe a justiça e a polícia, e portanto trata-se de um problema criminal. E se foi conseguido por métodos legais, é legítimo, e portanto tampouco se coloca o problema ético.

Há uma imensa literatura acumulada sobre isto, desde Adam Smith, passando pelos utilitaristas e chegando às bobagens do “*Free to Chose*” de Milton Friedman. Todo este arcabouço teórico, no entanto, está baseado em premissas que deixaram de existir. Na base, estava o mecanismo de mercado, com livre concorrência, ou seja, com nenhum ator suficientemente dominante para “fazer” o mercado, com livre fluxo de fatores, com transparência da informação, com as trocas se fazendo abertamente no “mercado”. Na

---

<sup>178</sup> entrevista de Milton Friedman no documentário “The Corporation”. [www.thecorporation.com](http://www.thecorporation.com)

<sup>179</sup> Ao transferir os custos para o Estado, a empresa se torna mais lucrativa, e apresenta este argumento como prova de eficiência. O Estado, que arcará com os custos – as “externalidades” – será apresentado como “menos eficiente”, como se os custos tivessem sido por ele gerados. Falar mal do Estado virou um esporte favorito entre os que geram os seus custos.

jogo limpo, os resultados também o seriam. E um Estado regulador asseguraria que todos respeitem as regras do jogo.

Temos, é claro, alguns problemas com este raciocínio. Primeiro, porque se imagina que as regras do jogo são escritas por uma representação política legítima, sem interferência dos próprios grupos econômicos. Como na realidade a representação se dá hoje por eleições onde o dinheiro impera, aprova-se a lei que a empresa deseja. O fato da legalidade ser viciada pode ser considerado um problema não econômico, mas isto aponta para outro problema: a economia tende a circunscrever a visão ética à própria atividade econômica, isolando-a dos efeitos causados nas outras áreas, como por exemplo a política. Fazer política de maneira sistemática e organizada – gastando com isto rios de dinheiro, cuja fonte está incluída no preço que o consumidor paga pelo produto – e ao mesmo tempo dizer que não se é responsável por esta política, é evidentemente complicado.<sup>180</sup>

É importante lembrar que pagamos nos produtos que compramos o dinheiro que a empresa irá transferir para políticos, para poder torcer a democracia ao seu favor. É um imposto (não há como escapar a esta utilização do nosso dinheiro dentro das regras atuais) privado que serve para a apropriação da política pelos grupos econômicos. Se optarmos pelo financiamento público das campanhas, haverá redução dos custos, e serão explícitos.

Por outro lado, os próprios processos produtivos geram diversos tipos de impactos sociais e ambientais que não se pode ignorar, e que são hoje estudados sob o qualificativo de “externalidades”, como se houvesse nos processos econômicos algo de “externo”. Um produtor de revólveres de cano curto explica em entrevista que “não é ele que puxa o gatilho”. Os vendedores de armas do planeta, que hoje inundam a África, por exemplo, com milhões de sub-metralhadoras, informam que apenas vendem um produto, respondem à demanda. Os produtores de cigarro explicam que apenas vendem cigarros, e os governos é que têm de se preocupar com a saúde. A Philip Morris foi até o ponto de elaborar um relatório para o governo da república Tcheca mostrando que a venda de cigarros reduziria os seus gastos com aposentadoria, ao encurtar a vida dos idosos. Ou seja, teríamos aqui até uma externalidade positiva.

A Rhodia e a Union Carbide se livravam dos organoclorados altamente tóxicos na baixada santista, “vendendo” o veneno a donos de caminhões da região dispostos a jogar o produto em qualquer canto, no Vale dos Pilões entre outros: as empresas com isto se achavam desresponsabilizadas, apresentaram recibos assinados. Não eram causa direta. A ética econômica concentrou-se em alongar a cadeia de responsabilidade, até atingir o ideal, hoje definido cnicamente como *plausible deniability*, negação plausível de responsabilidade.

---

<sup>180</sup> Yves Dezalay veio aqui preencher um vazio importante, ao estudar a dominação da indústria das leis pelas corporações que hoje controlam os grandes grupos de prestação de serviços jurídicos: *Les Marchands de droit: la restructuration de l'ordre juridique international par les multinationales du droit* (Os mercadores do direito: a reestruturação da ordem jurídica internacional pelas multinacionais do direito) – Fayard, Paris, 1992, tese elaborada sob orientação de Pierre Bourdieu.

A importância de Stiglitz foi de dar visibilidade a outro mecanismo que deforma completamente as regras do jogo, que é a desigualdade no nível de informação dos diversos agentes econômicos. Isto vale tanto para a produção fabril quanto para os produtos químicos, os conservantes não identificados, o plano de saúde que recomenda determinado tratamento ou análise, sem falar da intermediação financeira, da forma como é calculada a nossa conta telefônica, dos custos advocatícios e tantos outros.

O simples poder de uma grande corporação, com os seus recursos financeiros, empresas de advocacia, acesso à mídia e ao judiciário, desequilibra radicalmente a relação de forças. Assim os mecanismos “de mercado” se transformam em processos conscientes de organização de privilégios, com pactos políticos, acordos interempresariais, acesso à mídia, controle de partidos e de segmentos do judiciário e assim por diante. O poder organizado das grandes corporações é incomparavelmente superior ao do cidadão comum, ou de empresas menores e dispersas. Qualquer pessoa que já tentou sair do vínculo com uma empresa telefônica sabe o que é a impotência da pessoa frente à corporação.

Mais importante ainda talvez, é o fato que os processos tecnológicos que dominamos são cada vez mais poderosos, e geram dramas crescentes. Ou seja, o fato de estarmos perdendo as rédeas da política tem consequências cada vez mais graves. É o caso já mencionado da pesca industrial oceânica, da destruição da cobertura vegetal e de tantos outros setores. Uma curiosidade: o filme com o peixinho Nemo gerou uma paixão das crianças americanas em ter um peixinho igual. Em outros tempos, não haveria problema, o pai compraria outro peixinho. Hoje, com as novas tecnologias, empresas estão capturando o pobre peixinho em escala industrial no Pacífico, para “abastecer” o mercado infantil, tornando o Nemo passível de extinção em pouquíssimo tempo. Foi calculado que em 2005 foram mortos 73 milhões de tubarões, porque os japoneses gostam das barbatanas. As tecnologias nos permitem fazer as coisas numa escala que gera lucros impressionantes, mas também processos irreversíveis. A própria escala de intervenção que as novas tecnologias permitem rompe os mecanismos reequilibradores do mercado (via concorrência) ou da natureza (recomposição natural de recursos).

Estes pontos ajudam a entender porque o lucro como elemento racionalizador sistêmico da economia se tornou, segundo os casos, insuficiente, inoperante ou contraproducente. O que conta, em última instância, é o efeito prático. Está aumentando dramaticamente a distância entre ricos e pobres, os mares estão sendo destruídos, estamos perdendo a cobertura vegetal e desertificando regiões inteiras, estamos gerando o aquecimento global e o caos climático e assim por diante. Em particular, este sistema não sabe distribuir, pois o poder gerado nos processos produtivos reforça a desigualdade entre os atores, multiplicando os privilégios. A democratização da economia não é apenas uma idéia simpática, é uma necessidade vital. E o necessário pacto fiscal capaz de devolver ao Estado a sua capacidade redistributiva enfrenta campanhas permanentes das corporações, de que o imposto estaria tirando o “nosso” dinheiro.

A economia da colaboração está baseada em pactuações, e uma pactuação que não fala dos resultados, da sustentabilidade do processo e da *distribuição* do produto, não teria sentido. E quando introduzimos a distribuição na definição das regras do jogo, – o *para quem* – introduzimos igualmente o debate sobre *o quê* será produzido, com que impactos sociais e ambientais. Nesta visão, a ética da economia deixa de se basear na lei do mais forte, e passa a ser regulada pelo maior interesse sistêmico. Este, por sua vez, ao gerar uma sociedade mais equilibrada e ao manter um ambiente mais favorável à vida, amplia as nossas opções, e reverte em maior liberdade individual. Amartya Sen é um mestre.

Cada um de nós, indivíduo, educador dos próprios filhos, professor, empresário, empregado, sindicalista ou o que seja, precisa ter como norte um equilíbrio razoável entre os seus próprios interesses, perfeitamente legítimos, e o bem comum. O problema da corporação tradicional é a sua dificuldade em incluir o bem comum nos seus objetivos. Poderíamos pensar em criar leis cada vez mais rigorosas. Mas na realidade, à medida que os mecanismos mencionados acima se agravam, acabaríamos por nos asfixiar em regras e proibições.

Estamos todo buscando caminhos, tateando, tentando reconstruir as pontes entre a atividade econômica e a ética. “Trazer os valores de volta para a vida econômica faz inevitavelmente parte da nossa busca da vida após o capitalismo”, diz David Korten. “Quanto mais profundamente os valores definidos por estas regras se tornarem assimiladas na cultura popular como referencial necessário e aceito da vida econômica, menor será a necessidade de um pesado controle público”.

Os avanços neste plano estão começando. Muitas empresas hoje já têm programas de responsabilidade social e ambiental. É verdade também que muitas o fazem mais por razões cosméticas, visando limpar o nome, do que para melhorar a sua utilidade social real como empresa. Mas no conjunto o processo está avançando porque a sociedade está começando a cobrar resultados em termos de qualidade de vida, e está se tornando mais consciente, em particular graças às organizações da sociedade civil.<sup>181</sup>

No plano teórico, Amartya Sen desempenhou um papel de primeira importância, ao colocar no centro da discussão o problema da liberdade, o que por sua vez permitiu apresentar o nosso problema central, que é o da desigualdade e da destruição ambiental, numa visão de resgate da cidadania, do direito de cada cidadão poder construir as suas opções. À medida que o gargalo da pobreza vai apertando, e estamos falando como ordem de grandeza de dois terços da população mundial, também se restringem as opções, e a possibilidade das pessoas tomarem iniciativas sobre a sua própria vida. Um processo semelhante se aprofunda com a problemática ambiental.

---

<sup>181</sup> Um documento interessante, *Vision 2050*, de 2010, apresenta a visão de um conjunto de grandes corporações que tomam consciência dos desafios, no quadro do *World Business Council for Sustainable Development*. Os gestores sentem-se em grande parte impotentes, dentro das próprias corporações, mas sabem o que está acontecendo: “We have what is needed to live well, within the limits of the planet: the scientific knowledge, proven and merging technologies, financial assets and instant communications. Nevertheless, today our societies are on a dangerously unsustainable track.” <http://bit.ly/9HalKR>

Para Sen, é essencial “favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidades reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar. Fatores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes não apenas por si mesmos, como pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade. Essas considerações requerem uma base informacional mais ampla, concentrada particularmente na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas têm razões para valorizar”.<sup>182</sup>

Isso leva Sen a contestar a fraude teórica que consistiu em justificar a miséria dos povos como sacrifício inevitável no caminho da eficiência econômica, argumento tão familiar para os economistas da ditadura militar: “A qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais. O fato de a educação e os serviços de saúde também serem produtivos para o aumento do crescimento econômico corrobora o argumento em favor de dar-se ênfase a essas disposições sociais nas economias pobres, *sem* ter de esperar “ficar rico” primeiro”.<sup>183</sup>

Em outros termos, responder às necessidades mais prementes dos pobres libera a sua possibilidade de optar e a sua iniciativa produtiva, reconciliando a ética e a economia. Esta visão adquiriu base de conhecimentos empíricos através dos *Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano*, conforme vimos acima, mas também abriu espaço para um manancial de trabalhos teóricos que retomam a análise econômica na linha da priorização do direito às opções da massa de excluídos do planeta.<sup>184</sup>

Os desafios éticos estão se multiplicando. Trata-se por exemplo do direito das gerações futuras, que serão prejudicadas com o nosso dilapidamento e desperdício de recursos não renováveis – estas gerações não estão aqui para reclamar –, da manipulação da vida, do surrealismo da “propriedade intelectual” (até a nossa pobre rapadura!), do nosso direito de saber o conteúdo dos produtos ou os custos do que pagamos e assim por diante. Criamos uma democracia onde os grupos econômicos que se apropriam dos processos políticos são desresponsabilizados, enquanto encontram-se sem voz as gerações futuras, a maioria pobre do planeta, e a natureza que morre em silêncio.

O essencial para nós aqui, é tornar evidente que as regras do jogo têm de mudar, de que a ética na economia tem de trabalhar com uma visão de conjunto do processo de desenvolvimento, e não mais com resultados pontuais e isolados das consequências. Não se trata mais de bondade, trata-se de elementar bom senso.

---

<sup>182</sup> Amartya Sen – *Desenvolvimento como Liberdade* – Companhia das Letras, São Paulo, 1999, p. 82

<sup>183</sup> id., *ibid*, p. 66

<sup>184</sup> Veja-se por exemplo Carlos Lopes, *Cooperação e Desenvolvimento Humano: a agenda emergente para o novo milênio*, Unesp, São Paulo, 2005; ver também Patrick Viveret, *Reconsiderando a Riqueza*, UNB, Brasília, 2006 e o trabalho já mencionado de Jean Gadrey. A Companhia das Letras publicou em 2010 *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*, de Amartya Sen e Bernardo Kliksberg, uma excelente visão de conjunto.

Em termos teóricos, trata-se de inverter o paradigma utilitarista que constitui a base ética do *mainstream* econômico atual. De uma visão onde o interesse de cada um resultaria na maior satisfação social possível, – a soma dos egoísmos gerando de certa maneira o altruísmo viável – as transformações em curso apontam para um sistema onde os processos colaborativos, de interesse social, resultem no maior potencial de realização individual, sentimento de iniciativa e liberdade de escolha. A maximização dos interesses individuais, neste mundo onde os indivíduos já não são pessoas de carne e osso mas gigantescas pessoas jurídicas, leva ao esmagamento das opções individuais. Temos de partir para a construção de condições sociais e ambientais onde o interesse das pessoas possa efetivamente se manifestar.

## **20 – Democracia econômica**

A democracia econômica começa portanto pela ética dos resultados. Não nos adianta muito saber que dirigentes corporativos são bem intencionados, que contribuem para escolas em regiões pobres, se no conjunto o resultado é um aprofundamento das desigualdades e a destruição ambiental. E o patrimônio natural do planeta é da humanidade, das inúmeras gerações que estão por vir, de outras formas de vida sem as quais inclusive não poderemos sobreviver, e não de algum grupo particular.

A democracia é central no processo, pois quando há formas participativas de tomada de decisão, envolvendo portanto os diferentes interesses, o resultado tende a ser mais equilibrado. Interesses não organizados não influem no processo decisório, o que leva a problemas maiores, pois irão se manifestar quando os prejuízos já atingiram o nível do desespero. A democracia econômica consiste por tanto em inserir nos processos decisórios os diversos interesses, e particularmente os que são passíveis de serem prejudicados. Trata-se, aqui também, menos de bondade do que de inteligência institucional. Dizem que antes de pensar em perversidade, devemos dar uma boa chance à ignorância.

Na Suécia, os trabalhadores estrangeiros, ainda que não tendo a nacionalidade, têm direito a voto nas localidades de residência. A priori, parece estranho, pois não são cidadãos do país. A razão dada pelas autoridades suecas é interessante: são as pessoas mais passíveis de terem dificuldades, e por tanto é particularmente importante assegurar que os seus problemas venham à tona, para poderem ser enfrentados. O que se exige hoje de dirigentes políticos e corporativos, é que sejam um pouco menos espertos em acumular vantagens para os seus sócios, e um pouco mais inteligentes em termos econômicos e sociais.

De forma geral, no nível das soluções institucionais, caminhamos claramente para a necessidade de um duplo enriquecimento relativamente à tradicional centralidade do Estado-nação: por um lado, um reforço da governança planetária, pois a discrepância entre uma economia que se mundializa enquanto os sistemas de controle continuam nacionais está gerando um espaço de desgoverno cada vez mais perigoso; por outro lado, é preciso dar muito mais força aos espaços locais, que é onde a democracia participativa melhor pode se manifestar, articulando de certa forma o planeta numa rede interativa de

idades, reforçando assim a democracia pela base. Sejam estes ou outros os caminhos, o essencial é que devemos estudar as possíveis dimensões institucionais de processos decisórios mais democráticos na esfera econômica.<sup>185</sup>

A democracia propriamente econômica se manifesta na qualidade da inserção no processo produtivo, no acesso equilibrado aos resultados do esforço, e no acesso à informação que assegure o direito às opções.

*A inserção no processo produtivo é central, e tem sido subestimada, na medida em que se avalia em geral apenas a riqueza ou a pobreza, ou seja, o acesso ou não aos bens e serviços que resultam do processo produtivo.*

A região de São Joaquim, no sul do Estado de Santa Catarina, era uma região pobre, de pequenos produtores sem perspectiva, e com os indicadores de desenvolvimento humano mais baixos do Estado. Como outras regiões do país, São Joaquim, e os municípios vizinhos, esperavam que o desenvolvimento “chegasse” de fora, sob forma do investimento de uma grande empresa, ou de um projeto do governo. Há poucos anos, vários residentes da região decidiram que não iriam mais esperar, e optaram por uma outra visão de solução dos seus problemas: enfrentá-los eles mesmos. Identificaram características diferenciadas do clima local, constataram que era excepcionalmente favorável à fruticultura. Organizaram-se, e com os meios de que dispunham fizeram parcerias com instituições de pesquisa, formaram cooperativas, abriram canais conjuntos de comercialização para não depender de atravessadores, e hoje constituem uma das regiões que mais rapidamente se desenvolvem no país. E não estão dependendo de uma grande corporação que de um dia para outro pode mudar de região: dependem de si mesmos.

Esta visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços.

A OIT evoluiu recentemente para o conceito de *emprego decente*. Na linha deste conceito, e dos estudos de Ignacy Sachs, podemos conceber que o desenvolvimento de uma iniciativa produtiva não pode ser medido apenas pelo produto gerado (*output*), pois a qualidade do processo produtivo, em termos de satisfação gerada para quem dele participa (*outcome*), faz parte da avaliação. Os habitantes de São Joaquim talvez estivessem obtendo mais maçãs por hectare se tivessem sido colonizados por uma *United*

---

<sup>185</sup> Não é secundário o fato de haver pouquíssimo espaço democrático no processo decisório dentro das empresas, gerando uma cultura empresarial autoritária e excessivamente hierarquizada. A construção pactuada de consensos, tão importante nos melhores exemplos de desenvolvimento eficiente como na Emilia Romagna ou nos países escandinavos, não agrada em geral a este tipo de empresários. A tentação de ter os “seus” políticos, que obedecem às suas instruções, ainda que passando por cima de outros interesses legítimos, é muito grande. Sobre a democratização da gestão empresarial, ver o excelente livro de Robert A. Dahl, *A Preface to Economic Democracy*, University of California Press, 1985

*Fruit* qualquer. E a empresa estaria assegurando maiores retornos aos seus acionistas nos Estados Unidos. Mas é este o objetivo? Os produtores de fruta de São Joaquim recebem com orgulho visitantes que vêm apreciar as suas realizações, e sentem os resultados como fruto da sua capacidade. A satisfação com o trabalho, o sentimento de apropriação do processo, não faz parte dos resultados? É o próprio *processo* que tem de ser democratizado, e não só o resultado.

A grande corporação comporta-se hoje cada vez mais como Estado, como gigante que nos “dá” emprego, e que busca nos fazer sentir como participantes de uma elite por usarmos a sua marca. Não podemos mais ignorar que temos um grupo de mega-empresas cujo produto é superior à da maioria dos países do planeta, e que este poder econômico adquiriu uma dimensão política tão importante, que um número crescente de pessoas no mundo acha a política tradicional cada vez menos relevante, provocando o seu esvaziamento. O fato de líderes políticos de tendências as mais diferentes aplicarem a mesma política econômica não resulta da mediocridade ou falsidade destes líderes, mas do fato da política, como o colocou tão bem Otávio Ianni, ter “mudado de lugar”.<sup>186</sup>

A evolução para a economia do conhecimento, a expansão da área social relativamente a produtos manufaturados no conjunto da economia, e a crescente urbanização – abrem novos espaços de reapropriação do desenvolvimento pelos próprios atores sociais de cada região, dependendo cada vez menos da boa vontade de uma força que não controlamos, e que tende a se comportar como o “grande irmão”.

O estudo de Guy Aznar, *Trabalhar menos para trabalharmos todos*, é neste sentido característico: não tem sentido uma divisão do trabalho em que parte da sociedade está à beira do colapso nervoso por excesso de trabalho, enquanto outra parte está desesperada por não ter trabalho. A racionalização do processo necessita, por exemplo, de intervenção democrática sobre a organização da jornada de trabalho, com decisões que envolvam não só a eterna “competitividade” mas o *resultado* para a população em termos de equilíbrio social, sustentabilidade ambiental e a prosaica qualidade de vida.

Esta visão, de que a desigualdade planetária não está apenas ligada ao segmento distributivo do ciclo de reprodução, mas à inserção mal equilibrada das pessoas nos próprios processos produtivos, é essencial. Abre espaço para o desenvolvimento local integrado, e para o sentimento de que o nosso futuro depende de nós, e não de distantes reuniões transnacionais. Não basta que alguma empresa, ou uma distante burocracia, faça coisas que são *para o nosso bem*. Temos de devolver às pessoas a possibilidade de cuidarem do próprio destino, de serem protagonistas.

Um segundo eixo de democratização da economia se refere ao *acesso equilibrado ao produto* dos nossos esforços. O nosso sistema capitalista, é preciso constatá-lo, pode saber produzir, mas não sabe distribuir. E como o ciclo de reprodução envolve tanto a produção como a distribuição, ele é estruturalmente incompleto.

---

<sup>186</sup> Octavio Ianni – *A política mudou de lugar* – capítulo de L. Dowbor et al., (Orgs.), *Desafios da Globalização*, Editora Vozes, Petrópolis, 2003

É hoje cada vez mais manifesto que o quanto a pessoa é remunerada depende cada vez menos do seu esforço, ou da sua vontade de trabalhar, e cada vez mais de como está inserido no processo produtivo.<sup>187</sup> O processo produtivo é cada vez mais um processo social. As universidades que formam quadros contribuem para a produtividade social tanto quanto a empresa que os irá empregar, mas os níveis salariais são dramaticamente desiguais. O mundo gerou círculos corporativos onde uns apoiam os privilégios dos outros, e os resultados são surrealistas, dando lugar, entre outros, a inúmeras denúncias sobre a remuneração de executivos de grandes empresas transnacionais, sem falar dos bônus das empresas financeiras. O lado ético levou a ONU a qualificar esta situação de “obscena”. Mas o lado econômico nos leva a um raciocínio centrado na perda de produtividade sistêmica que a desigualdade provoca.

Na realidade, quando certas pessoas passam a ganhar dezenas de milhões de dólares por ano, elas não vão poder consumir mais, pois uma pessoa só pode consumir um certo volume de caviar e de champagne. Elas buscam mais renda porque o dinheiro, a partir de certo nível, não eleva a qualidade de vida, mas assegura mais poder. E se trata evidentemente de um poder que se exerce sobre outras pessoas. Por alguma razão, um mínimo de inteligência social nos levou a abandonar formas autocráticas de poder político, e a construir democracias. Hoje, este poder econômico, transformado em poder político, não tem nenhum controle, e já é tempo que pensemos nisto.

Um estudo de Sam Pizzigati é neste sentido muito instigante: “Os executivos de corporações de uma geração atrás não poderiam imaginar quão afortunados os seus sucessores se tornariam. Em 1975, Reginald Jones, então CEO da General Electric e considerado como o executivo de maior talento da nação, levava para casa 500 mil dólares, uma soma que equivalia 36 vezes a renda de uma família americana típica daquele ano. Um quarto de século mais tarde, em 2000, o CEO da General Electric Jack Welch levou 144,5 milhões de dólares, uma soma igual a 3.500 vezes a renda típica de uma família naquele ano. Em 2004, o CEO da Yahoo Terry Semel limpou 235 milhões nos primeiros 10 meses do ano. Remunerações deste tipo estão causando gritos por uma ação radical dentro da própria comunidade de negócios, em particular por parte de Richard C. Breeden, ex-administrador da SEC (Securities and Exchange Commission), a agência que regula Wall Street. Em 2002, um juiz federal nomeou Breeden para elaborar um plano para consertar WorldCom, o gigante de telecomunicações carcomido por escândalos. O plano de Breeden, posteriormente adotado, desmantelou completamente a estrutura generosa de pagamento de incentivos para executivos, - uma estrutura, acusou Breeden, que encorajava uma busca irresponsável de riqueza. A solução de Breeden foi de colocar um teto na compensação total de todas fontes para o executivo da MCI, a empresa que emergiu das cinzas da WorldCom. Breeden fixou este máximo em não mais de 15 milhões de dólares, acrescentando rapidamente que o conselho de administração da

---

<sup>187</sup> Nos Estados Unidos, o processo foi estudado em torno dos conceitos de *What you know* e de *Who you know*. Sobre dizer que o “who you know” ganha amplamente, como propulsor de carreira, do que o “what you know”. É mais importante “quem” você conhece, do que “o quê” você conhece, idéia generalizada no Brasil, mesmo sem pesquisa nenhuma, com o conceito de “QI”.

MCI estaria livre de fixar uma cifra menor. Breeden havia estabelecido, na realidade, o primeiro “salário máximo” da história contemporânea dos Estados Unidos.”<sup>188</sup>

As soluções técnicas são diferenciadas. Franklin Roosevelt, em 1942, tinha pedido um imposto de 100% sobre os ganhos que ultrapassassem 25 mil dólares, equivalentes hoje a 300 mil dólares. Na época, conseguiu aprovar uma taxa de 94% acima de 200 mil dólares. De lá para cá, o imposto pago pelos mais ricos só vem caindo, atingindo hoje 17,5% da sua renda total para o imposto federal. Uma lei em discussão no congresso americano proibiria deduções de imposto sobre compensações executivas que ultrapassem 25 vezes o salário dos trabalhadores de salário mais baixo. “Idéias deste tipo, comenta Pizzigati, naturalmente nunca pegam nos Estados Unidos. Poderemos seguir ladeira abaixo para atingir uma desigualdade maior nas próximas décadas. Se for o caso, como será a vida num Estados Unidos ainda mais desigual? Basta que olhemos para o Brasil para encontrar a resposta.”

Uma dimensão anedótica deste comentário é que o Brasil, já famoso por ter sido o último a abolir a escravidão no mundo, continua com sólida reputação de ter uma classe dominante pré-histórica. Mas o ponto central é simples: excesso de riqueza, tal como insuficiência de renda, são condições patológicas em termos de sociedade. Os muito ricos passam a dominar a política, e se precisarem ser eleitos para isso comprarão a política, mas em geral se contentarão em comprar políticos. De qualquer forma, o resultado é uma deformação radical da democracia. Por outro lado, os muito pobres não têm como assegurar representação, como organizar-se ou como se informar, ficando na realidade marginalizados. Chamar o que resulta de democracia, apesar dos avanços recentes do governo Lula, é pura boa vontade.

Em termos práticos de democracia econômica, vale a pena trabalhar com o teto de fortuna pessoal acumulada – podemos imaginar por exemplo a cifra de 50 milhões de dólares, com os quais se supõe que mesmo um capitalista exigente possa sobreviver – e com o teto de renda anual, como os 15 milhões de dólares anuais aceitos pela justiça americana para a MCI. No plano da fortuna pessoal, o imposto sobre a fortuna, como aplicado na França, combinado com o imposto sobre a herança, deveria gradualmente assegurar um mínimo de equilíbrio social, ainda que, crescentemente, as grandes fortunas estejam se deslocando para os mais de 50 paraísos fiscais dispersos no planeta.

No plano da renda, o mais interessante é a vinculação da renda mínima e da renda máxima, definindo por exemplo que a renda mínima familiar servisse de referência para a renda máxima, multiplicada por 50. Na realidade, segundo dados de Pizzigati, nas economias desenvolvidas 97% das pessoas com renda estão incluídas num limite de 1 para 10. O grande problema, portanto, são os donos das grandes fortunas. Em termos políticos, os cálculos mostram que são os únicos que perderiam com uma relação máximo/mínimo deste tipo. Por outro lado, a grande maioria teria interesse em que se

---

<sup>188</sup> Sam Pizzigati, *The Rich and the Rest: the growing concentration of wealth* – The Futurist, July-August 2005, p. 41 – [www.toomuchonline.org](http://www.toomuchonline.org)

aumente o mínimo, pois elevaria o máximo. Na proposta, acima do máximo, a taxaço seria de 100%.<sup>189</sup>

Uma grande bobagem liga a alta remuneração – estamos falando das remunerações nababescas como por exemplo de Eisner da Walt Disney que ganhava algo na faixa de meio bilhão por ano – a algum tipo de produtividade milagrosa do super-executivo. Isto é bastante ridículo, e mais próximo do *übermensch* de Nietzsche do que de qualquer racionalidade econômica. Tim Berners-Lee inventou a Web, o nosso www, um dos progressos essenciais do mundo moderno, e não cobrou um tostão. Louis Pasteur nos deu a vacina não por ter salário surrealista. O progresso é mais essencialmente ligado ao que Madalena Freire chamou de “a paixão de conhecer o mundo” do que à ação de executivos sobrehumanos.

Marjorie Kelly produziu nesta área um estudo particularmente interessante, intitulado “O direito divino do capital”. Analisando o mercado de ações dos Estados Unidos, Kelly constata que a imagem das empresas se capitalizarem por meio da venda de ações é uma bobagem, pois o processo é marginal: “Dólares investidos chegam às corporações apenas quando novas ações são vendidas. Em 1999 o valor de ações novas vendidas no mercado foi de 106 bilhões de dólares, enquanto o valor das ações negociadas atingiu um gigantesco 20,4 trilhões. Assim que de todo o volume de ações girando em Wall Street, menos de 1% chegou às empresas. Podemos concluir que o mercado é 1% produtivo e 99% especulativo”. Mas naturalmente, as pessoas ganham com as ações, e portanto há uma saída de recursos: “Em outras palavras, quando se olha para as duas décadas de 1981 a 2000, não se encontra uma entrada líquida de dinheiro de acionistas, e sim saídas. A saída líquida (*net outflow*) desde 1981 para novas emissões de ações foi negativa em 540 bilhões”...”A saída líquida tem sido um fenômeno muito real – e não algum truque estatístico. Em vez de capitalizar as empresas, o mercado de ações as tem descapitalizado. Durante décadas os acionistas têm se constituído em imensos drenos das corporações. São o mais morto dos pesos mortos. É inclusive inexato de se referir aos acionistas como *investidores*, pois na realidade são *extratores*. Quando compramos ações não estamos contribuindo com capital, estamos comprando o direito de extrair riqueza”.<sup>190</sup>

Este raciocínio é muito interessante, pois aponta para o mecanismo moderno de extração de riqueza: na base, está o grande progresso de produtividade que as novas tecnologias permitem. Só que estes ganhos não são apropriados pelos trabalhadores e pela sociedade em geral, pois se transformam em fabulosos salários dos administradores, e excelentes remunerações dos acionistas, numa colusão de interesses em que um protege o enriquecimento do outro. Assim o avanço tecnológico que deveria permitir uma vida digna e tranquila para todos, termina por se concentrar em poucas mãos, contribuindo para as fortunas obscenas.

---

<sup>189</sup> Assegurar a renda mínima faz todo sentido ético – algumas coisas não podem faltar a ninguém – e também econômico, pois os sobrecustos da pobreza excedem de longe a sua eliminação. A ampla literatura internacional sobre o assunto pode ser encontrada nos trabalhos de Eduardo Suplicy, por exemplo no pequeno mas excelente *Renda Básica de Cidadania*, L&PM, Porto Alegre, 2006. O conceito importante de *renda máxima* ainda engatinha.

<sup>190</sup> Marjorie Kelly – *The Divine Right of Capital* – Berrett-Koehler, San Francisco, 2001, páginas 33 e 35

É interessante cruzar o raciocínio de Kelly com o de Robert Dahl visto acima, sobre a ausência de qualquer democracia dentro da empresa. O autoritarismo interno da empresa assegura a reprodução de privilégios impressionantes, e gera níveis de enriquecimento absolutamente sem proporção à contribuição efetiva dos personagens para o crescimento econômico. ‘Se a democracia se justifica para o governo do estado, escreve Dahl, então é igualmente justificado para o governo de empreendimentos econômicos’.<sup>191</sup>

Na outra ponta do espectro, cerca de 3 bilhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares por dia. As crianças desnutridas, por falta de um pequeno apoio como por exemplo o bolsa-família desenvolvido no Brasil, passarão o resto da vida pouco produtivas e onerando os hospitais. Os adolescentes perdidos nas grandes cidades, sem escola nem emprego, geram custos de segurança imensos, e frequentemente morrem no processo. Quem ganha com isso? A realidade econômica é que sai muito mais barato tirar as pessoas da miséria, do que arcar com os custos indiretos. Manter a desigualdade constitui uma das maiores burrices das nossas teorias econômicas. E em termos de qualidade de vida, o ônus é tanto para os pobres que não têm o mínimo, como para os ricos que não têm segurança.

O terceiro eixo da democracia econômica é o *acesso à informação e ao conhecimento*. Isto está evidentemente vinculado à existência da imensa massa de pobres do planeta, que não têm acesso à educação suficiente, à informação efetiva, ao conhecimento tecnológico, ao conjunto dos instrumentos mínimos que possam constituir o que chamaríamos de uma precária escada para subir na vida. Assegurar oportunidades econômicas constitui um ponto de partida para qualquer democracia econômica. E isto se organiza, democratizando o acesso.

Um excelente texto sobre este enfoque ainda é a Declaração de Cocoyoc, de 1974: “Conclamamos todos os líderes de opinião pública, educadores, todos os agentes interessados em contribuir para uma consciência mais elevada tanto sobre as origens como sobre a gravidade da situação crítica que a humanidade hoje enfrenta. Cada pessoa tem o direito de entender plenamente a natureza do sistema do qual é parte, como produtor, como consumidor, como um entre bilhões de pessoas na terra. Ele tem o direito de saber quem se beneficia dos frutos do seu trabalho, quem se beneficia do que ele compra ou vende, e em que grau ele melhora ou detiora a sua herança planetária”.<sup>192</sup>

---

<sup>191</sup> Robert A. Dahl – *A Preface to Economic Democracy* – University of California Press, Berkeley, 1985, p. 134

<sup>192</sup> No original: “We call on leaders of public opinion, on educators, on all interested bodies to contribute to an increased public awareness of both the origins and the severity of the critical situation facing mankind today. Each person has the right to understand fully the nature of the system of which he is a part, as a producer, as a consumer, as one among the billions populating the earth. He has a right to know who benefits from the fruits of his work, who benefits from what he buys and sells, and the degree to which he enhances or degrades his planetary inheritance”. – *The Cocoyoc Declaration*, in South Centre, *The South and Sustainable Development Conundrum*, Geneva 2002 - A este respeito, ver propostas práticas no nosso *Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável* – <http://dowbor.org> sob “Artigos Online”.

A grande realidade é que as inúmeras formas de exploração que se desenvolveram no planeta passam hoje por mecanismos financeiros e monetários que são opacos para a maioria da população, permitindo-se assim barbaridades impressionantes.

Privilegiamos aqui propostas na linha das instituições e do processo produtivo, da renda e da informação. Trata-se aqui de pontuar linhas que as teorias desenham. Ao longo do texto vimos as mais variadas propostas que surgem, e que vão apontando novas soluções. A realidade prática é que dispomos dos recursos financeiros e humanos, das técnicas e dos conhecimentos necessários para remediar em pouco tempo a este duplo drama da desigualdade e da destruição ambiental. O pavonear-se dos executivos de Davos, sorridentes símbolos do sucesso, inconscientes da tragédia planetária que se desenvolve, é simplesmente lamentável.

No essencial, os mecanismos econômicos são insuficientes para assegurar os equilíbrios necessários. No plano político, constituiu um imenso avanço, apesar de todas as limitações, a nossa evolução para algo que se aproxima de processos democráticos. Os processos econômicos passaram a dominar a política, sem a ela se submeter. Um presidente da Exxon, com todo o poder político que tem junto ao presidente dos EUA, afirma com tranquilidade que trabalhar com alternativas energéticas é perda de tempo. Alguém o elegeu para isso? O que ficou dos processos de regulação econômica, com a rara exceção dos anos de políticas keynesianas em alguns países desenvolvidos, é simplesmente a lei do mais forte. É tempo de estendermos o cobertor democrático para esta área.

### **Conclusões**

Neste pequeno trabalho, dialogamos em diversos momentos com a busca de Celso Furtado por “um novo modelo” de interpretação econômica. Sem ter sido chamado para nenhum prêmio Nobel disfarçado, defendeu durante a sua vida de maneira coerente o interesse de quem precisa de uma inserção econômica decente. É uma visão que não se deixou trancar em nenhuma ideologia ou “escola”, que entendeu a ciência econômica na riqueza das suas relações com outras áreas de conhecimento, que privilegiou as transformações estruturais, e buscou de maneira bastante pragmática – e teoricamente muito sólida – respostas às necessidades do país. Solidez ética, rigor metodológico, conhecimento histórico, foco nos problemas centrais, e um saudável desrespeito pelos mais diversos “-ismos” que restringem a visão.

E trazia também, argumento que citamos logo no início deste trabalho, uma visão crítica da capacidade explicativa do aparelho conceitual herdado. Para citá-lo mais uma vez, “vivemos uma dessas épocas em que faz-se notória a insuficiência do quadro conceitual para apreender uma realidade em rápida transformação”.<sup>193</sup>

A primeira idéia que surge, tentando fechar o leque de idéias aqui exposto, é que a ciência econômica tem de passar a ser pesquisada, e inclusive ensinada, de maneira

---

<sup>193</sup> Celso Furtado - *O capitalismo global* – Paz e Terra, São Paulo 1998, p. 21

diferente. Ou seja, em vez de isolarmos a economia das outras ciências sociais, buscando “identidade”, e de fatiar esta identidade em disciplinas, deveríamos trabalhar por problemas-chave, e a eles aplicar conceitos econômicos, visão histórica, e os conhecimentos necessários de outras áreas científicas.

O objetivo seria, por exemplo, trabalhar de forma integrada e interdisciplinar as razões de uma taxa de juros tão descomunal no Brasil. Isto nos obrigaria a entender o processo de concentração dos bancos, o poder político dos grupos financeiros, os mecanismos de transferência de recursos públicos para grupos privados, o uso e mal-uso das teorias econômicas, como funcionam juros compostos, como está organizado o marco jurídico do crédito, como a mídia apresenta o problema à população e assim por diante.

Este é apenas um exemplo. O essencial é partirmos dos problemas identificados como cruciais na atualidade, e organizarmos os conhecimentos científicos em torno ao diagnóstico e respostas necessárias. A ciência econômica precisa se validar ao trazer respostas aos problemas-chave que efetivamente desafiam a humanidade. A crise financeira de 2008 apenas evidenciou a dimensão da fragilidade analítica do que chamamos algo exageradamente de “ciência econômica”. E não só análises, como políticas econômicas rigorosamente inversas para os mesmos males, em diferentes meios científicos e países, mostra a que ponto se trata da utilização ideológica de argumentos científicos.

Este enfoque é particularmente importante na economia, pois a dificuldade central não está em entender um conceito, mas em entender como os conceitos se relacionam na problematização e compreensão de uma realidade, com os seus diferentes interesses. Tal reorientação da pesquisa melhoraria a motivação dos alunos – que hoje têm imensa dificuldade em relacionar o que se ensina com o mundo real – e também a dos professores, ao tirá-los do conforto das apostilas setoriais, e desafiando a sua criatividade, além de exigir, por exemplo, uma articulação com pesquisadores de outras áreas, para entender a lógica dos processos estudados.<sup>194</sup>

Mais importante ainda, este enfoque, ao explicitar de maneira integrada o processo decisório que está por trás de uma dinâmica econômica, levará a uma compreensão melhor de como tornar este processo decisório mais democrático. Retomando o problema dos juros, no Brasil o problema foi enfrentado inserindo-se na constituição de 1988 a proibição de juros acima de 12%. É tipicamente uma ação cega, pois não é segundo a constituição que se tomam decisões referentes à taxa de juros. A democratização econômica tem de partir dos mecanismos econômicos realmente existentes. Pensar as alternativas à regulação econômica desastrosa das finanças internacionais exige a compreensão da estrutura de poder que caracteriza hoje a intermediação financeira.

Esta abordagem da economia através de problemas-chave, ou de mega-tendências estruturais, deve-nos permitir a pesquisa e estudo do que realmente importa. No texto

---

<sup>194</sup> Um exemplo característico é o desconhecimento, por parte dos economistas, do marco jurídico da economia, enquanto os juristas desconhecem os mecanismos econômicos sobre os quais são frequentemente chamados a legislar.

acima, privilegiamos alguns pontos que podem ser considerados críticos, pela sua importância para a nossa sobrevivência, ou pela força do seu impacto sistêmico. Há muitos outros, sem dúvida. Mas a nossa tendência tem sido de nos concentrarmos demasiado nos grandes argumentos ideológicos, como se o simples pertencimento a uma visão que consideramos digna, liberal ou socialista, nos permitisse ficar acima do trabalho de fundo que consiste em levantar as informações e analisar a realidade nas suas dinâmicas diversificadas, tornando claras as relações de poder que as sustentam.

Virar as costas para a política costuma ser confortante. É mais fácil dizer que a economia despreza o discurso e se concentra em realizações práticas: as empresas construíram as fábricas, dão emprego, financiam estradas, enquanto os políticos discutem. Assim a economia seria simpática e progressista, a política desagradável ou corrupta. As simplificações raramente dão bons resultados, ainda que satisfaçam os nossos instintos. É bom lembrar que foram os grandes movimentos políticos, regularmente taxados como subversivos na fase inicial, que nas respectivas épocas conseguiram a abolição da escravidão, o fim do colonialismo, os direitos do assalariado, a inclusão política da mulher, e hoje continuam lutando contra a desigualdade econômica, contra a destruição do meio ambiente, pelo resgate da riqueza cultural das nossas vidas, contra os sistemas de especulação financeira, pelo acesso de todos a bens básicos como água, comida, educação e saúde. A democratização da economia pode bem tornar-se um eixo desta construção de uma vida mais humana. Extrair petróleo mais rapidamente, liquidar a Amazônia mais eficientemente, impedir o acesso a medicamentos vitais para proteger patentes, leva para onde?

Hoje temos todos os meios econômicos, técnicos e de organização para assegurar uma vida digna para todos. É o desafio principal que se coloca. Não se responderá a este desafio sem uma participação ativa das forças que hoje controlam a economia, essencialmente as grandes corporações. E as corporações terão que gradualmente chegar ao que Peter Drucker exprimiu de maneira simples: “Não haverá empresa saudável numa sociedade doente”.

Os objetivos são conhecidos: hoje são apresentados como Metas do Milênio, antes disto foi a Carta da Terra, a Agenda XXI, antes ainda a Nova Ordem Econômica Internacional, ou a excelente Declaração de Cocoyoc. Ao rever os textos, vemos que os temas são sempre os mesmos, renovados sob nome diferente para dar novo fôlego, com algumas diferenças de ênfase. Mesmo o tímido documento *O Futuro que Queremos*, da Rio+20, retoma essencialmente os mesmos ideais.<sup>195</sup>

No geral, chegamos a uma visão que constitui um “norte” político, e que resultou do acúmulo de inúmeros estudos científicos: precisamos de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa, e sustentável em termos ambientais, porque o planeta é um só. E se trata de objetivos articulados: não basta a direita defender o econômico, a esquerda o

---

<sup>195</sup> Vários excelentes textos, inclusive a Declaração de Cocoyoc, encontram-se no livro *The South and the Sustainable Development Conundrum – From Stockholm 1972 to Rio 1992 to Johannesburg 2002 and Beyond* – South Centre, Geneva, 2002 – [www.southcentre.org](http://www.southcentre.org); sobre a Rio+20, ver o nosso *Entender a Rio+20, 2012*, <http://dowbor.org/2012/05/8972.html>

social, os verdes o ambiental, pois todas as áreas de atividade têm de articular o triplo objetivo. E tampouco existe o “trickling down” do tipo “vamos resolver o econômico, que o resto virá”.

A base política deste processo não será o proletariado ou a burguesia, mas uma articulação mais equilibrada do poder do Estado, da sociedade civil organizada e do empresariado, ancorada em territórios que permitam esta articulação. O tempo das “classes redentoras” passou. Precisamos democratizar o conjunto dos processos decisórios da sociedade, e isto envolve gestão democrática não só nas esferas propriamente de governo, mas no conjunto das instituições, em particular as corporações financeiras, farmacêuticas, de venda de armas e de petróleo, de especulação com as *commodities* do planeta.

E o mecanismo de regulação do conjunto não será *ou* o mercado *ou* o planejamento estatal, mas uma articulação de diversos mecanismos que incluirão, além do mercado e do planejamento estatal, sistemas de articulação inter-empresarial, desenvolvimento local integrado, forte participação dos movimentos sociais, além de sistemas renovados de concertação internacional. Somos sociedades demasiado complexas para soluções simplificadas de gestão.<sup>196</sup>

O conceito de democracia, neste sentido, tornou-se essencial. Achamos natural exigir transparência política. E a transparência corporativa? Achamos um escândalo dirigentes políticos terem salários de 20 mil reais, pois se trata do dinheiro que pagamos via impostos, do nosso dinheiro. Mas achamos natural que um dirigente empresarial tenha um salário de 20 milhões, ainda que o seu salário esteja incluído nos preços que pagamos pelos produtos, imposto discreto e implícito. Isto é dinheiro de quem?

Assim os objetivos, a base política e o processo decisório do desenvolvimento econômico e social estão se deslocando em profundidade. Estamos construindo outra sociedade, ainda que como resultante inesperada de processos que compreendemos apenas em parte. O desafio da economia, como ciência a serviço da sociedade, e não de grupos econômicos dominantes, é de se reinventar, e de resgatar a sua utilidade.

No conjunto, as ameaças que se avolumam nos planos social e ambiental, nos abrem uma janela limitada de tempo para agir. A lei da sobrevivência do mais forte, como mecanismo regulador principal numa sociedade que maneja tecnologias de impacto planetário, constitui não o progresso proclamado sob a sigla de “competitividade”, mas um drama em construção. Quando as coisas apertarem mais, haverá os salvadores de sempre sob forma de regimes autoritários. O grande dilema, é saber se conseguiremos recuperar o controle através da construção de processos democráticos na base da sociedade, ou se a ordem, a chamada ordem, virá de cima, com toda a barbárie que este tipo de soluções representa. Candidatos não faltarão.

---

<sup>196</sup> Uma proposta de agenda pode ser encontrada na coletânea que organizamos com Ignacy Sachs e Carlos Lopes, *Riscos e Oportunidades em Tempos de Mudança*, BNB e Instituto Paulo Freire, Fortaleza/São Paulo, 2010, disponível em [http://dowbor.org/riscos\\_e\\_oportunidades.pdf](http://dowbor.org/riscos_e_oportunidades.pdf)



## **Bibliografia**

- Alperovitz, Gar e Lew Daly** – *Apropriação indébita: como os ricos estão se apropriando da nossa herança comum* – Editora Senac, São Paulo 2010
- Archibugi, Daniele; Held, David; Köhler, Martin (Orgs.)** – *Re-imagining Political Community* – Stanford University Press, Stanford, 1998, 352 p.
- Austin, James E.** – *The collaboration Challenge: how nonprofits and businesses succeed through strategic alliances* – Drucker Foundation, Josey-Bass Publishers, San Francisco, 2000, 202 p.
- Backstrand, Goran and Lars Ingelstam**, *Global challenges and responsible lifestyles, What Next?*, Development Dialogue n. 47, V. I, Uppsala, June 2006
- Barbosa, Nelson e José Antonio Pereira de Souza**, *A inflexão do governo Lula* – 2010, <http://bit.ly/9KXRro>
- Castells, Manuel** – *The Rise of the Network Society* - Backwell, Oxford, 1996, 556 p.
- CEPAL** – *A Hora da Igualdade* – Brasília, 2010, 58 p. <http://bit.ly/bqwYAh> ; Documento completo em espanhol: CEPAL – *La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir*. Santiago, mayo de 2010, 289 p. <http://bit.ly/bA9yrl>
- Chang, Ha-Joon** – *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica* – Ed. Unesp, São Paulo, 2003, 267 p. [www.editoraunesp.com.br](http://www.editoraunesp.com.br)
- Chang, Ha-Joon** – *Globalisation, Economic Development and the Role of the State* – Zed Books, New York, 2003
- Cohen, Daniel** – *La mondialisation et ses ennemis* – Grasset, Paris, 2004, 263 p.
- Dahl, Robert A.** – *A preface to Economic Democracy* – University of California Press, Berkeley, 1985, 184 p.
- Daly, Herman** – *Beyond Growth: the Economics of Sustainable Development* – Beacon Press, Boston, 1996, 244 p.
- Davis, James**, Susana Sandström, Anthony Shorrocks, and Edward N. Wolff - *The Global Distribution of Household Wealth* – [www.Wider.unu.edu/bewsletter/newsletter](http://www.Wider.unu.edu/bewsletter/newsletter) - WIDER, UNU, Stockholm, 2006
- De Masi, Domenico** – *A Economia do Ócio* – (Com *Le droit à la paresse*, de Paul Lafargue, 1880; e *In Praise of Idleness*, de Bertrand Russel, 1935), Sextante, Rio de Janeiro, 2001 – [www.esextante.com.br](http://www.esextante.com.br)
- Dezalay, Yves** – *Marchands de droit: la restructuration de l'ordre juridique international par les multinationales du droit* - Fayard, Paris, 1992, 293 p.
- Dowbor, Ladislau** – *O mosaico partido* – Ed. Vozes, Petrópolis, 2002, 147 p. [www.vozes.com.br](http://www.vozes.com.br)
- Dowbor, Ladislau** – *A Reprodução Social* – 3ª edição revista, em III volumes, ed. Vozes, Petrópolis, 2003 [www.vozes.com.br](http://www.vozes.com.br)

- Dowbor, Ladislau** – *Da propriedade intelectual à sociedade do conhecimento*, 2009, <http://dowbor.org/09propriedadeintelectual7out.doc> , 32 p.
- Dowbor, Ladislau** - *Brasil, um outro patamar*, 2010, <http://dowbor.org/10agendabrasil.doc>
- Dowbor, Ladislau; Samuel Kilsztajn (Orgs.)** – *Economia social no Brasil* - Senac, São Paulo, 2001
- Frey, Bruno S; Alois Stutzer** – *Happiness and Economics: how the economy and institutions affect human well-being* - Princeton University Press, Princeton, 2002
- Furtado, Celso** – *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea* – Editora Paz e Terra, São paulo, 2002, 101 p.
- Furtado, Celso** – *O Capitalismo Global-* Paz e Terra, São Paulo, 1998, 81 p.
- Gadrey, Jean; Jany-Catrice, Florence** – *Les nouveaux indicateurs de richesse* – Ed. La Découverte, paris, 2005, 123 p. (edição brasileira pelo Senac, 2006)
- Galbraith, John K.** – *The Economics of Innocent Fraud* – Houghton Mifflin Company, Boston, 2004, 62 p.
- Galbraith, John K.** – *The Good Society: the Humane Agenda* – Houghton Mifflin Company, Boston, 1996, 151 p.
- Gerlach, Michael L.** – *Alliance Capitalism* – University of California Press, Berkeley, 1992, 354 p.
- Gianetti, Eduardo** – *Felicidade* - Companhia das Letras, São Paulo, 2005
- Gorz, André** – *O imaterial: conhecimento, valor e capital* - Ed. Anna Blume – São Paulo, 2005, 106 p.
- Goudzwaard, Bob; Harry de Lange** – *Beyond Poverty and Affluence: toward an economy of care* – *Foreword by Maurice Strong* – Eerdemans, Michigan, 1986, 165 p.
- Henderson, Hazel** – *Construindo um mundo onde todos ganhem: a vida depois da guerra da economia global* - Ed. Cultrix, são Paulo, 1996, 386 p. [www.pensamento-cultrix.com.br](http://www.pensamento-cultrix.com.br)
- Henderson, Hazel; Jon Lickerman and Patrice Flynn**, editors – *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators* – Calvert Group, Bethesda, MD, 2000
- Homer-Dixon, Thomas** - *The Upside of Down* – Island Press, Washington, 2006, 426 p.
- IFC** – *The next 4 billion: market size and business strategy at the base of the pyramid* [http://www.wri.org/business/pubs\\_description.cfm?pid=4142](http://www.wri.org/business/pubs_description.cfm?pid=4142) – International Finance Corporation, World Bank, Washington, 2007
- IPCC** – *Climate Change 2007: The physical Science Basis*, – Summary for Policymakers – [www.ipcc.ch/spm2feb07.pdf](http://www.ipcc.ch/spm2feb07.pdf)
- Kasser, Tim** – *The High Price of Materialism* – The MIT Press, Cambridge, 2002

- Kelly, Marjorie** – *The Divine Right of Capital: Dethroning the Corporate Aristocracy* – Berrett-Koehler Publishers, San Francisco, 2001
- Keynes, John M.** – *Economic Possibilities for our Grandchildren[1930]* - in *Essays in Persuasion*, W.W. Norton, New York, 1963
- Korten, David** – *When Corporations Rule the World* – Berrett-Koehler, San Francisco, 1995; (edição brasileira Ed. Futura, 1996)
- Korten, David** – *The Post-Corporate World* – Berrett-Koehler, San Francisco, 1999, 316 p. [www.bkpub.com](http://www.bkpub.com) ; (edição brasileira Ed. Vozes [www.vozes.com.br](http://www.vozes.com.br) , Petrópolis, 2001)
- Lopes, Carlos** – *Cooperação e Desenvolvimento Humano: a agenda emergente para o novo milênio* – Unesp, São Paulo, 2005, 210 p. [www.editoraunesp.com.br](http://www.editoraunesp.com.br)
- North, Douglass C.** – *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* - Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1990, 152 p. <http://cambridge.org>
- Oliveira, Rosiska Darcy de,** - *Reengenharia do tempo* – Rocco, 2003
- Perkins, John** – *Confessions of an Economic Hitman* – Berrett-Koehler, San Francisco, 2004 (edição brasileira Ed. Cultrix, São Paulo, 2005)
- Pizzigati, Sam** – *The Rich and the Rest* – The Futurist, July-August 2005 – [www.toomuchonline.org](http://www.toomuchonline.org)
- Henrique Rattner** – *O resgate da utopia: cultura, política e sociedade* – Palas Athenas, São Paulo, 2005
- Ricupero, Rubens** – *O Brasil e o Dilema da Globalização* – Ed. Senac, São Paulo, 2001, 127 p. [www.sp.senac.br](http://www.sp.senac.br)
- Rouillé D’Orfeuil, Henri** – *Economia Cidadã: alternativas ao neoliberalismo* – Editora Vozes, Petrópolis, 2002, 199 p. [www.vozes.com.br](http://www.vozes.com.br)
- Rouillé D’Orfeuil, Henri** – *Finances solidaires: changer d’échelle* – in *Les Placements éthiques*, Alternatives Economiques, Paris, 2003
- Russell, Bertrand** – *The History of Western Philosophy* – Simon & Schuster, New York, 1972
- Sachs, Ignacy** – *Inclusão social pelo trabalho* - Garamond, Rio de Janeiro, 2003, 198 p.
- Sachs, Ignacy, Carlos Lopes e Ignacy Sachs** – *Riscos e Oportunidades em Tempos de Mudanças* – BNB/IPF, Fortaleza/São Paulo 2010, disponível em [http://dowbor.org/riscos\\_e\\_oportunidades.pdf](http://dowbor.org/riscos_e_oportunidades.pdf)
- Salamon, Lester M., et al.,** – *Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector* – The John Hopkins Center for Civil Society Studies, Baltimore, 1999, 510 p.
- Schor, Juliet** – *Do Americans Shop too Much?* – Beacon Press, Boston, 2000, 102 p.
- Sen, Amartya** – *Development as Freedom* – Anchor Books, Random House, 1999, 366 p. [www.anchorbooks.com](http://www.anchorbooks.com) ; edição brasileira [editora@companhiadasletras.com.br](mailto:editora@companhiadasletras.com.br)

- Sen, Amaartya e Bernardo Kliksberg** – *As pessoas em primeiro lugar* – Companhia das Letras, São Paulo 2010
- Shirky, Clay** – *Cognitive Surplus* (excedente cognitivo), The Penguin Press, New York 2010.
- Singer, Paulo** – *Introdução à Economia solidária* – Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002, 125 p. [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)
- South Centre** – *The South and Sustainable Development Conundrum: from Stockholm 1972 to Rio 1992 to Johannesburg 2002 and Beyond* – South Centre, Geneva, 2002, [www.southcentre.org](http://www.southcentre.org)
- Stern, Nicholas** - *The Economics of Climate Change* – Oct.. 2006, [http://www.hm-treasury.gov.uk/media/8AC/F7/Executive\\_Summary.pdf](http://www.hm-treasury.gov.uk/media/8AC/F7/Executive_Summary.pdf)
- Suplicy, Eduardo M.** – *Renda Básica de Cidadania* – L&PM, Porto Alegre, 2006, 119 p. [www.lpm.com.br](http://www.lpm.com.br)
- Tapscott, Don e Anthony Williams** – *Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio* – Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro 2007
- Trigiglia, Carlo** – *Sviluppo Locale: un progetto per l'Italia* – Editori Laterza, Roma 2005, 207 p.
- United Nations** – *The Inequality Predicament: Report on the World Social Situation 2005* – United Nations, New York, 2005, 158 p.
- Vaz, José Pascoal** – *Desigualdade social e produtividade social no Brasil, 1960-2000* - Tese de doutorado em História Econômica, USP/FFLCH, 2005
- Vázquez-Barquero, Antonio** – *Endogenous Development: networking, innovation, institutions and cities* – Routledge, New York, 2002
- Viveret, Patrick** – *Reconsiderando a Riqueza* - Brasília, ed. UNB, 2006
- Wilson, Edward O.** – *The Future of Life* – Alfred Knopf, New York, 2002, 220 p.
- World Business Council for Sustainable Development** – *Vision 2050* – March 2010, Geneva, <http://bit.ly/9HalKR>
- World Watch Institute** – *O Estado do Mundo 2010 - Transformando Culturas: do Consumismo à Sustentabilidade*, disponível online no site do Akatu, ou no link <http://bit.ly/9JnEDk>

### **Quarta capa**

Ninguém mais pode evitar a consciência de que com o aquecimento global, concentração de renda, destruição da vida nos mares, esgotamento do petróleo e outros dramas que se avolumam, precisamos de formas mais eficientes de organização econômica e social. O poder econômico tornou-se o elemento central dos processos de decisão política, e a força da mídia é hoje igualmente dependente das corporações. Nestas condições, limitar a democracia à sua expressão política tornou-se cada vez menos realista, tornando-nos inclusive cada vez mais céticos. Temos de evoluir para um conceito mais democrático da própria economia, para que a política volte a ter sentido. O presente ensaio, apresentando de forma simples as diversas teorias que surgem sobre as alternativas econômicas na literatura internacional, e dialogando com a obra de Celso Furtado, mostra que há uma nova visão em construção, que vale a pena conhecer. Enfrentamos hoje o problema central da governança, da forma como nos organizamos para fazer a sociedade funcionar. No plano político, a democracia foi um imenso avanço, já que pelo menos formalmente cada pessoa tem direito a um voto, e saímos da barbárie. No mundo econômico, no entanto, continuamos a aplicar regras que de democráticas não têm nada.

### **Orelhas**

Democracia econômica pode parecer um conceito estranho. Aprendemos a apreciar a democracia política, vital para a nossa liberdade. Mas quando a economia passa a dominar todas as áreas, inclusive a própria política, precisamos repensar o equilíbrio geral dos processos de decisão, o que hoje tem se chamado de governança. Não basta ter eleições periódicas de representantes políticos, quando as decisões essenciais sobre as nossas vidas, nossos valores e o nosso futuro escapam à esfera política, e são tomadas por gigantes corporativos sobre os quais não temos nenhum controle. As corporações hoje manejam orçamentos maiores do que a maior parte dos governos do planeta. Ninguém elege os seus líderes. Nas principais cadeias produtivas, um grupo restrito de empresas domina o mercado, impõe os preços, constrói através da publicidade e do controle da mídia a visão positiva de si mesmo. A democratização da economia aflora como tema central.

As teorias econômicas que herdamos do passado não dão realmente conta do que acontece. O presente ensaio busca, nas diversas correntes de pensamento alternativo, identificar uma tendência mais ampla de resgate do controle, por parte dos cidadãos, dos rumos do nosso desenvolvimento. Não é um exercício meramente acadêmico. O aquecimento global está às nossas portas, e nos damos conta de que o consumo obsessivo baseado na exploração de um recurso barato e finito, o petróleo, nos leva simplesmente a um impasse. A água esbanjada e poluída de maneira irresponsável leva a que milhões de crianças morram anualmente por contaminação. A vida nos mares está sendo literalmente destruída, e se trata da maior reserva de vida do planeta. Só 2% das famílias concentram

metade da riqueza mundial; os 50% mais pobres da população respondem por apenas 1% da riqueza do planeta. Só os inconscientes ou pessoas de má fé não se dão conta do drama que se amplia.

As soluções ultrapassam as simplificações tradicionais. As organizações da sociedade civil nos obrigam a ir além da dicotomia tradicional entre empresas e Estado. A sociedade do conhecimento que emerge tem como principal fator de produção um bem – o conhecimento – que pode ser disseminado gratuitamente, e se tornar um meio de democratização do desenvolvimento. São visões sobre o mundo que emerge, ao mesmo tempo ameaçador e cheio de potenciais, mas antes de tudo novo, e que exige formas atualizadas de estudo e interpretação.

### **Sobre o autor**

**Ladislau Dowbor**, é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de “A Reprodução Social”, “O Mosaico Partido”, “Tecnologias do Conhecimento: os Desafios da Educação”, todos pela editora Vozes, além de “O que Acontece com o Trabalho?” (Ed. Senac) e co-organizador da coletânea “Economia Social no Brasil” (ed. Senac) Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social, inclusive uma lista de sites úteis para as propostas acima, estão disponíveis no site <http://dowbor.org>